



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
BACHARELADO**

**REALEZA, PR
2021**



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada pela Lei N° 12.029: de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul - Cerro Largo: Erechim e Passo Fundo - e dois *campi* no Paraná - Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro - CEP 89802-112 - Chapecó SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Mareio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva



Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edinéia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

Sumário

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	16
4 JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO.....	19
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ÉTICO-POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, METODOLÓGICOS E LEGAIS).....	30
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	47
7 PERFIL DO EGRESSO.....	48
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	50
9 PROCESSOS PEDAGÓGICO, DE GESTÃO DO CURSO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.....	188
10 AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO.....	192
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	196
12 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	198
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	200
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	206
15 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	212
REFERÊNCIAS.....	215
ANEXO 1: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BACHARELADO.....	217
Anexo 2: REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BACHARELADO.....	228
Anexo 3: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO.....	237



1 DADOS GERAIS DO CURSO

- 1.1 Tipo de curso:** Graduação
- 1.2 Modalidade:** Presencial
- 1.3 Denominação do Curso:** Graduação em Administração Pública
- 1.4 Título profissional:** Administrador(a) Público(a)
- 1.5 Local de oferta:** *Campus* Realeza - PR
- 1.6 Grau Acadêmico:** Bacharel em Administração Pública
- 1.7 Número de vagas:** 20 vagas
- 1.8 Carga horária total:** 3045 h
- 1.9 Turno de oferta:** Noturno
- 1.10 Periodicidade:** Semestral
- 1.11 Tempo mínimo para conclusão do curso:** 9 semestres
- 1.12 Tempo máximo para conclusão do curso:** 18 semestres
- 1.13 Carga horária mínima por semestre letivo:** 12 créditos
- 1.14 Carga horária máxima por semestre letivo:** 28 créditos
- 1.15 Coordenação do curso:** Professor Dr. José Oto Konzen
- 1.16 Coordenação Adjunta do Curso:** Professor Dr. Antonio Marcos Myskiw
- 1.17 Ato Autorizativo:** Decisão Nº 2/CONSUNI/UFFS/2021
- 1.18 Forma de ingresso:**

1.18.1 Para o Processo Seletivo 2021/1

O ingresso dos candidatos ao Curso de Administração Pública no primeiro semestre de 2021 será feito mediante Processo Seletivo Especial, regrado por edital específico, publicado para este fim. A seleção observará o disposto na lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 30 de agosto de 2012, no Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, publicado no DOU de 15 de outubro de 2012, na Portaria Normativa MEC Nº 18, de 11 de outubro de 2012, publicada no DOU de 15 de outubro de 2012 e alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 9 de 2017, publicada no DOU de 05 de maio de 2017, e Portaria Normativa MEC Nº 1.117, de 01 de novembro de 2018, publicada no DOU em 05 de novembro de 2018, na Resolução da Câmara de Graduação (CGRAD) do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFFS Nº 6/2012, de 03 de dezembro de 2012, alterada pelas Resoluções Nº 06/CONSUNI-CGAE/UFFS/2016, de 03 de julho de 2016 e Nº 8/2016-CONSUNI-CGAE, de 25 de outubro de 2016, na Resolução Nº 11/CONSUNI/UFFS/2019, de 12 de junho de 2019 e na Decisão Nº 2/2021 – CONSUNI.

Estarão aptos a participar do certame candidatos que tenham concluído o Ensino Médio até 2020.



O processo seletivo será feito em duas etapas: Etapa I: será realizada mediante avaliação do desempenho dos candidatos nas disciplinas cursadas no Ensino Médio, mediante cálculo da média aritmética simples dos resultados obtidos de todas as disciplinas cursadas no Ensino Médio. Em caso de empate entre candidatos na Etapa I terá preferência o candidato com maior idade. Serão classificados para a segunda etapa 04 (quatro) candidatos por vaga ofertada, observando o número mínimo de 05 (cinco) candidatos por modalidade de inscrição, nos termos da política de cotas da Instituição. Etapa II: será composta pela carta de intenções, em que o candidato expressa as relações entre suas intenções e o perfil e objetivos do Curso de Administração Pública, e uma entrevista realizada perante uma banca, realizadas via remota e regrada por edital específico. Na entrevista, os candidatos serão pontuados com nota entre zero e cem, de acordo com os seguintes requisitos: I – Capacidade argumentativa escrita e oral do candidato; II – As relações entre as intenções do candidato e o perfil e objetivos do Curso. A pontuação final do candidato será composta pela média aritmética simples entre a nota obtida na Etapa I e a pontuação obtida na Etapa II. Em caso de empate na nota final terá preferência o candidato com maior idade.

O cálculo de percentuais de vagas reservadas, bem como os critérios adotados para sua distribuição e remanejamento nos casos de vagas ociosas estão previstos nas Resoluções Nº 6/2012-CONSUNI/CGRAD, Nº 6/2016-CONSUNI/CGAE e Nº 8/2016-CONSUNI/CGAE e Portarias Normativas MEC Nº 18/2012 e Nº 09/2017.

1.18.2 Processo Seletivo para ingressos após 2021

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dará por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no



Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei Nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto Nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas. Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *Campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei Nº 9394/1996, regulamentada pela Lei Nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Nesse caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



c) Processos seletivos especiais

- PROHAITI (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.

- PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), instituído pela Resolução Nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Nesse novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.



Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições – públicas, privadas e comunitárias – passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nessa grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de



exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nessa grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF–Sul e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas associações de prefeitos, por vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró- Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do



Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC Nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei Nº 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei Nº 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova Universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o Ensino Médio em escola pública. Em cada *Campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo



constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nessa revisão, consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *Campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do Projeto Pedagógico Institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.



As primeiras ações da Universidade e a I COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011. até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional: a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do



Campus Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos cinco *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação: a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tomam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 COORDENAÇÃO DE CURSO

Coordenador: Prof. Dr. José Oto Konzen

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw

3.2 EQUIPE DE ELABORAÇÃO

A fim de garantir que os novos cursos de graduação a serem criados pelo *Campus Realeza* estejam em sintonia com o contexto regional e com as demandas de formação profissional e de quadros de nível superior requisitados pelo país, o Conselho do *Campus Realeza* definiu, em sua 10ª sessão ordinária do ano de 2015, como diretriz básica para a composição de grupos de trabalho visando a expansão dos cursos de graduação no *Campus* a presença de, no mínimo, três segmentos:

- a) profissionais oriundos da comunidade regional ligados à área do curso proposto;
- b) docentes do *Campus* ligados à área do curso;
- c) servidores técnicos-administrativos em educação do *Campus*;

Em consonância com esses critérios, para esta primeira versão do projeto pedagógico do curso de Administração Pública do *Campus Realeza*, contribuíram os seguintes servidores e profissionais da sociedade civil:

- Bruno da Rocha Nunes (Assistente em administração do *Campus Realeza*);
- Célio Wessler Boneti (Coordenador da Agência Regional de Desenvolvimento);
- Clóvis Alencar Butzge (Professor do *Campus Realeza*);
- Cristina Zulmira Almeida De Campos (Secretária Executiva do *Campus Realeza*);
- Elomar Linke (Representante do Conselho Comunitário do *Campus Realeza*);
- Inácio José Werle (Prefeito do Município de Planalto, Paraná);
- Jaci Poli (Professor do Instituto Federal de Educação do Paraná, *Campus Capanema*);
- José Oto Konzen (Professor do *Campus Realeza*);
- Maikel Douglas Florintino (Assistente em administração do *Campus Realeza*);
- Marcos Antônio Beal (Professor do *Campus Realeza*);
- Roseana Tenutti Setti (Assistente em administração do *Campus Realeza*);
- Suellen Karoliny Sergel (Assistente em administração do *Campus Realeza*);



Uma vez aprovada a criação do curso no âmbito do Conselho Universitário, foi emitida a Portaria Nº 96/PROGRAD/UFFS/2021, de 15 de março de 2021, pela qual designou-se a comissão responsável pela implantação do curso de graduação em Administração Pública, composta pelos seguintes membros:

- José Oto Konzen (Siape 1488209) - docente do *Campus* Realeza (coordenador do processo de implantação);
- Marcos Antônio Beal (Siape 1767581) - Diretor do *Campus* Realeza;
- Ademir Roberto Freddo (Siape 1373639) - Coordenador Acadêmico do *Campus* Realeza;
- Antonio Marcos Myskiw (Siape 1769697) - docente do *Campus* Realeza;
- Clóvis Alencar Butzge (Siape 1768224) - docente do *Campus* Realeza;
- Andréia Florêncio Eduardo de Deus (Siape 1911243) - pedagoga do *Campus* Realeza;
- Maikel Douglas Florintino (Siape 1767121) - assistente em administração do *Campus* Realeza;
- Maiquel Tesser (Siape 2769404) - Diretoria de Registro Acadêmico (PROGRAD);
- Neuza Maria Franz Blanger (Siape 1907116) - Diretoria de Organização Pedagógica (PROGRAD);
- Leocádia Cândido da Silva (Siape 1120943) - representante docente do Instituto Federal do Paraná, *Campus* Capanema.

3.3 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO CURRICULAR

- Hugo Von Linsingen Piazzetta (Diretor de Organização Pedagógica/DOP)
- Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)
- Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)
- Maiquel Tesser (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)
- Elaine Lorenzon, Marcos Franceschi, Pedro Castro, Priscilla Romano (DRA)
- Revisão das referências: Isaac Soares Emídio
- Revisão Textual: Clóvis Alencar Butzge



3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO¹

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração Pública, *Campus Realeza*, é composto pelos seguintes docentes, conforme Portaria Nº 174/PROGRAD/UFFS/2021.

Nome	Domínio formativo	Regime de trab.	Titulação
José Oto Konzen	Domínio Específico (Coordenador)	40h – Ded. exclusiva	Doutor
Antonio Marcos Myskiw	Domínio Específico	40h – Ded. Exclusiva	Doutor
Clóvis Alencar Butzge	Domínio Específico	40h – Ded. Exclusiva	Mestre
Marcos Antônio Beal	Domínio Específico	40h – Ded. Exclusiva	Doutor
Tiago da Costa	Domínio Específico	40h – Ded. Exclusiva	Doutor
Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	Domínio Conexo	40h – Ded. Exclusiva	Doutor
Everton Artuso	Domínio Comum	40h – Ded. exclusiva	Doutor

¹ Em atendimento ao §1º da Res. nº 001/2011 – CONSUNI/CGRAD e à Resolução da CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010.



4 JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO

A mesorregião da Grande Fronteira Mercosul chega ao início da terceira década do século XXI retratando o modelo histórico de desenvolvimento nacional que, dadas as dimensões territoriais do país, foi marcado por processos que induziram a uma crescente concentração regional da produção e da renda, acentuando o processo histórico de desigualdades constituintes da nação desde sua origem. Tais desigualdades regionais intensificaram-se, conformando um padrão macrorregional que diferenciou marcadamente as regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, além da concentração ao longo do litoral e em torno das metrópoles urbanas. Nessa direção, apesar da existência de alguns centros industriais com relativa diversificação, a Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul, onde se localiza a UFFS, encontra-se fora do eixo dinâmico da economia nacional. Paralelamente, a mesorregião vem enfrentando empobrecimento relativo, pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais e crescente perda de dinamismo da economia regional ante o contexto de globalização. Essa realidade pode ser mais bem compreendida quando se confrontam alguns dados socioeconômicos da Mesorregião com a Região Sul. Neste caso, o PIB da Mesorregião representa apenas 13% do PIB da região Sul e, segundo dados do Ministério da Integração Nacional (2009), das 22 microrregiões que compõem a Mesorregião, 12 possuem o diagnóstico de economia estagnada.

O Sudoeste do Paraná², um dos três territórios que reivindicaram a vinda da UFFS para a Mesorregião, reflete bem este contexto. A região é formada por 42 municípios com uma população total de 628.160 habitantes (estimativa populacional do IBGE em julho de 2020). Em sua maioria, os municípios da região caracterizam-se como pequenos municípios com população inferior a 20.000 habitantes³. A qualidade da gestão fiscal desses municípios e seu papel na promoção do desenvolvimento regional é elemento fundamental que justifica esta proposta. Segundo dados do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF para o ano de 2018⁴, a grande maioria dos municípios do Sudoeste do Paraná possui uma gestão fiscal que encontra dificuldades, não possuindo a região nenhum município que tenha, segundo os

2 Pode-se afirmar que o território do Sudoeste resulta de um feixe de relações sociais que combinou, nas últimas décadas, dois processos interdependentes que conviveram conflitivamente num mesmo espaço social: “uma presença marcante da ação do Estado na indução das mudanças socioeconômicas no meio rural e um intenso trabalho de organização social, econômica e política da agricultura familiar. Todavia, ainda que aparentemente de forma contraditória, ambos processos confluíram para a conformação e consolidação de um sentimento de identidade regional que tem as suas raízes históricas nas lutas sociais travadas no final dos anos 50” (TORRENS, 2007).

3 São 22 municípios com até 10 mil habitantes, 15 municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes, 3 municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes e apenas 2 municípios com mais de 50 mil habitantes.



critérios que compõem o índice, uma gestão fiscal de excelência, conforme pode ser observado na tabela e no mapa abaixo:

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) 2017 dos municípios do Sudoeste do Paraná

Gestão de excelência (Excelente situação fiscal) – Superior a 0,8	0	0,00%
Boa gestão (Boa situação fiscal) – Resultados entre 0,6 e 0,8 pontos	13	30,95%
Gestão com dificuldade (Situação fiscal difícil) – Resultados entre 0,4 e 0,6 pontos	28	66,67%
Gestão em colapso (Situação fiscal crítica) - resultados inferiores a 0,4 pontos	1	2,38%
Total	42	100,00%

Mapa Político do Sudoeste do Paraná - Situação da Gestão Fiscal dos Municípios

4 O IFGF é construído com base nos dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. A pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próxima de 1, melhor a situação fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro Conceitos para o IFGF: Conceito A (Gestão de Excelência): resultados superiores a 0,8 pontos. Conceito B (Boa Gestão): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos. Conceito C (Gestão em Dificuldade): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos. Conceito D (Gestão Crítica): resultados inferiores a 0,4 pontos. Os quatro primeiros têm peso de 22,5% sobre o resultado agregado. O Custo da Dívida, por sua vez, tem peso de 10%, haja vista o baixo grau de endividamento dos municípios brasileiros (fato que reflete a incapacidade da grande maioria deles em contrair dívida, seja pelas inúmeras restrições às quais estão sujeitos, seja pela falta de garantias frente ao mercado de crédito). O significado de cada um dos indicadores é o seguinte: *IFGF Receita Própria*: mede o total de receitas geradas pelo município, em relação ao total da receita corrente líquida – RCL. O índice permite avaliar o grau de dependência das prefeituras no tocante às transferências dos estados e da União. *IFGF Gastos com Pessoal*: representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, em relação ao total da receita corrente líquida (RCL). Tendo em vista que esse é o gasto com maior participação na despesa total de um município, este indicador mede o grau de rigidez do orçamento, ou seja, o espaço de manobra da prefeitura para execução das políticas públicas, em especial dos investimentos. *IFGF Liquidez*: verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar os restos a pagar acumulados no ano, medindo a liquidez da prefeitura como proporção das receitas correntes líquidas. *IFGF Investimentos*: acompanha o total de investimentos, em relação à receita corrente líquida (RCL). *IFGF Custo da Dívida*: corresponde às despesas de juros e amortizações, em relação ao total das receitas líquidas reais (RLR). em consonância com o limite estabelecido pela medida provisória nº 2.185-35 de 2001. O cálculo do índice leva em conta o limite de 13% da receita líquida real estabelecido por essa legislação. Assim, os valores compreendidos entre zero e esse percentual são escalonados no cálculo do índice. Quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com juros e amortizações referentes a empréstimos contraídos em anos anteriores.



significativos com recursos próprios (inclusive, 20% deles se encontram no limite de gastos permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal); apenas três deles apresentam resultado primário positivo e um número crescente deles (45,24% em 2017) têm suas dívidas públicas no limite do equilíbrio.

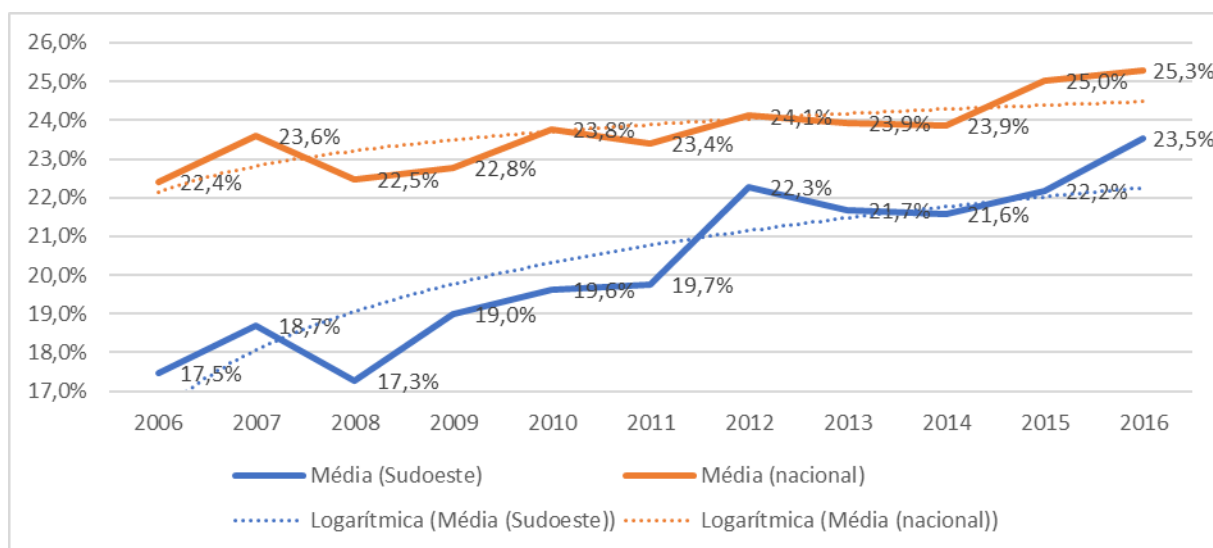
O IFGF Receita Própria (0,2311, menor do que o índice nacional, de 0,2528 pontos) é o menor dos cinco indicadores, reflexo da crônica dependência de transferências estaduais e federais dos municípios da região. Mostra um quadro de significativo desequilíbrio entre o volume de receitas e a arrecadação própria na grande maioria das prefeituras da região.

Receita própria - IFGF 2017 dos municípios do Sudoeste do Paraná

Independente de transferências (>0,8)	0	0,00%
Pouco dependente de transferências (0,6~0,8)	0	0,00%
Muito dependente de transferências (0,4~0,6)	3	7,14%
Totalmente dependente de transferências (<0,4)	39	92,86%
Dado não disponível	0	0,00%
Total	42	100,00%

O gráfico abaixo expressa o comportamento histórico do Índice FIRJAN para o componente "Receita própria" dos municípios do Sudoeste do Paraná, indicando um tímido crescimento da ampliação das receitas próprias, bastante aquém do desejável para autonomia financeira:

Receitas próprias: média sudoeste, média nacional e linhas de tendência





No caso dos gastos com pessoal, embora pouco mais da metade dos municípios da região estejam em situação de equilíbrio (conceitos A e B) e que nenhum deles tenha ultrapassado os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar N° 101, de 4 de maio de 2000), há um conjunto significativo de municípios dentro do limite prudencial da LRF (fixado, pelo Art. 22 em 57%).

Gastos com pessoal - IFGF 2017 dos municípios do Sudoeste do Paraná

No nível desejado (c/ capacidade de invest. - menos de 30%)	1	2,38%
Orçamento pouco comprometido (gasto entre 30% e 57% - LRF)	21	50,00%
No limite prudencial da LRF (Art. 22 da LRF = 57%)	20	47,62%
Orçamento muito comprometido (Além do limite de 60% - LRF)	0	0,00%
Dado não disponível	0	0,00%
Total	42	100,00%

O elevado comprometimento com despesas obrigatórias retratado pelo IFGF Gastos com Pessoal explica em grande medida o nível baixíssimo do IFGF Investimentos. De fato, tem sobrado cada vez menos espaço para os investimentos no orçamento público como um todo. Na distribuição por conceitos, um em cada 3 municípios (33,3%) receberam Conceito C ou D no IFGF Investimentos – isso significa que 14 cidades não investiram sequer 12% do orçamento.

Investimentos - IFGF 2017 dos municípios do Sudoeste do Paraná

Excelente capacidade de investimento ($>0,8$)	13	30,95%
Boa capacidade de investimento ($0,6\sim0,8$)	15	35,71%
Pequena capacidade de investimento ($0,4\sim0,6$)	9	21,43%
Capacidade nula de investimento ($<0,4$)	5	11,90%
Dado não disponível	0	0,00%
Total	42	100,00%

Já o IFGF Liquidez mensura se os municípios têm recursos suficientes em caixa para cobrir as despesas postergadas para o exercício seguinte. Tem havido grande esforço dos gestores para entregar as prefeituras com caixa suficiente para cobrir as despesas postergadas. No ano/base considerado nesta justificativa, isso ocorreu em 88,1% dos municípios da região (maior, inclusive, que os 84,3% registrados para o país), embora quase metade dos municípios (20 deles) encontrem-se em situação limítrofe.

Liquidez - IFGF 2017 dos municípios do Sudoeste do Paraná

Resultado primário muito positivo (situação de equilíbrio fiscal)	3	7,14%
Resultado primário pouco positivo (situação de equilíbrio fiscal)	14	33,33%
Limítrofe - Restos a pagar equivalentes aos recursos disponíveis	20	47,62%



Endividamento temerário (Restos a pagar maiores do que recursos)	0	0,00%
Dado não disponível	5	11,90%
Total	37	88,10%

O excelente resultado do IFGF dos municípios brasileiros no quesito “Custo da Dívida” (que corresponde às despesas de juros e amortizações em relação ao total das receitas líquidas reais dos municípios), 0,8306, mostra que a dívida não tem sido uma opção para fechar as contas para a grande maioria das prefeituras; os restos a pagar tornaram-se a forma tradicional de financiamento, o que por sua vez explica o baixo resultado do IFGF Liquidez 0,5378 para os municípios da região, abaixo, inclusive, dos 0,5450 observados no Brasil como um todo.

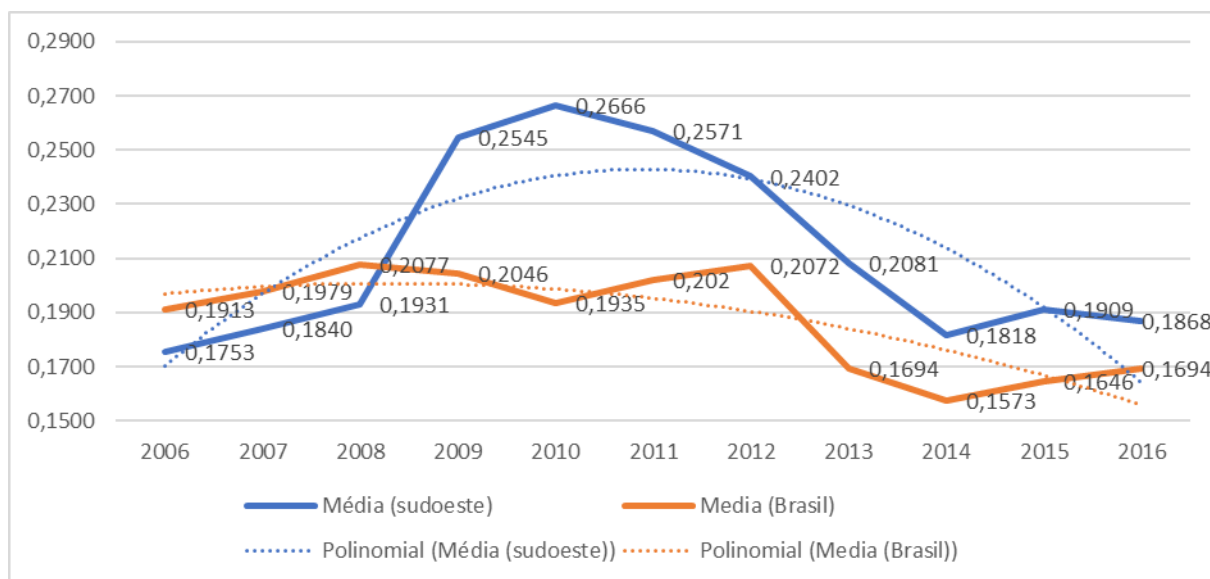
No que diz respeito ao IFGF *Custo da Dívida*, as prefeituras do Sudoeste encontram-se bem avaliadas, chegando aos 0,8132 pontos (lembrando que a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próxima de 1, melhor a situação fiscal do município), sendo este o melhor dos indicadores acompanhados. No entanto, embora bem avaliadas, as prefeituras do Sudoeste encontram-se abaixo da média nacional (de 0,8306 pontos para o ano de 2016), totalizando 0,8132 pontos. Dos 42 municípios da região, 52,38% tem sua dívida pública equacionada (contra 67,7% das prefeituras brasileiras como um todo) e outros 45,24% (19), encontram-se no limite do equilíbrio (Conceito B), contra 24,2% da média nacional⁵.

Custo da dívida - IFGF 2017 dos municípios do Sudoeste do Paraná

Dívida pública equacionada - equilíbrio fiscal (>0,8)	22	52,38%
Baixo risco de insolvência (0,6~0,8)	19	45,24%
Risco elevado de insolvência (0,4~0,6)	1	2,38%
Insolvência (<0,4)	0	0,00%
Dado não disponível	0	0,00%
Total	42	100,00%

Custo da dívida: médias do Sudoeste, do Brasil e linhas de tendência (2006-2016)

⁵ No Brasil, os municípios têm muito pouco acesso à contratação de dívida. Em todo o Brasil, apenas 367 (8,1%) municípios apresentaram dificuldade com o pagamento de juros e amortizações e por isso ficaram com Conceito C ou D no IFGF Custo da Dívida. Vale destacar que 10 municípios receberam nota zero nesse indicador por ultrapassar o limite legal de 13% da receita líquida real – RLR para pagamento de juros e amortizações da dívida.



Em resumo, assim como no resto do país, também nos municípios do Sudoeste do Paraná, o ajuste das contas públicas passou a ser o principal problema econômico. Apesar do Brasil ter uma das maiores cargas tributárias do mundo, diversos estados e municípios estão à beira da insolvência, tendo como agravante o fato de que alguns já estão descumprindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso significa que, além dos riscos fiscais, há riscos sociais e político-institucionais, razão que justifica sobejamente a necessidade de se qualificar a gestão pública dos entes federados, seja por meio de cursos de formação inicial, seja por meio de cursos de formação continuada.

Mas a justificativa do curso compreende também, para além da necessidade dos entes dos poderes públicos aludida acima, a necessidade de qualificação presente em organizações públicas não estatais. Neste aspecto, cabe destacar que o Sudoeste tem se constituído como referência nacional e internacional de organizações sociais, especialmente na organização da Agricultura Familiar e do Campesinato, possuindo uma das maiores densidades organizacionais da sociedade civil, como grupos de produção, associações, cooperativas e sindicatos, com destaque para organizações articuladoras dessas forças, como é o caso da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste, criada em agosto de 2000 por iniciativa da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP e inspirada no modelo organizacional italiano de coordenação dos processos de promoção do desenvolvimento regional.

A partir de 2013 foi iniciado o processo de estruturação e implantação do PDRI – Programa de Desenvolvimento Regional Integrado, envolvendo as instituições e poderes



públicos municipais de toda a região Sudoeste do Paraná, a partir de debates e ações de planejamento, visando o desenvolvimento das potencialidades regionais. Atualmente já está consolidada a Governança Regional, processo de coordenação dos debates e encaminhamentos dos processos de desenvolvimento regional, e das Governanças Sub-regionais, com a estruturação de cinco sub-regiões, articuladas com a regional.

Na data de 08 de novembro de 2018, como conclusão da “I Conferência Regional Sudoeste do Paraná”, que teve como tema o Desenvolvimento Territorial em Debate, deu-se a aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná (PDRI, 2019)⁶, que traz dois novos elementos para embasar a justificativa de criação do curso de Administração Pública na UFFS, *Campus Realeza*. O primeiro elemento refere-se ao resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho Temático número 6 da Conferência, destinado às reflexões sobre a Gestão Pública na região Sudoeste do Paraná, resultado este que prevê (vide páginas 162 a 165 do processo) como ações prioritárias na promoção do desenvolvimento regional duas iniciativas que dialogam com a elaboração da presente proposta de criação do curso de Bacharelado em Administração Pública:

- a) A implantação e consolidação da Escola de Administração Pública do Sudoeste do Paraná, com o objetivo de contribuir com a melhoria da gestão pública das prefeituras do Sudoeste. Com relação a este objetivo estratégico do PDRI, a UFFS se apresenta como instituição parceira, disposta a capitanear os esforços regionais de qualificação da gestão pública na região, respondendo ao desafio levantado pela Conferência e pelo plano.
- b) O desenvolvimento de estudo detalhado e regular da situação fiscal e gerencial dos municípios do Sudoeste, com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública, por meio da geração e disseminação de conhecimento sobre a situação fiscal e gerencial das prefeituras do Sudoeste do Paraná. Também neste aspecto, o PPC do curso de Administração Pública e seus dois laboratórios (o Observatório da gestão municipal e do desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná e a Incubadora de políticas públicas) emergem a partir de um diálogo profundo com os objetivos estratégicos do PDRI e pretendem atuar como instrumentos de indução do desenvolvimento regional pela formação de profissionais qualificados e pelo

6 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE. Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná: Ciclo 2019/2029. Francisco Beltrão, 2019.



desenvolvimento de um ambiente de produção de conhecimento e pesquisa sobre a realidade regional.

Importante ressaltar que o PDRI (que pode ser consultado neste link: <http://pdri.agenciasudoeste.org.br/upload/downloads/pdri.pdf>) é assinado pelos 42 municípios da região, por suas entidades representativas (a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP e a Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná – ACAMSOP), por órgãos estatais (todas as Secretarias de Estado), pelas 4 instituições públicas de educação superior presentes na região (UFFS, UTFPR, IFPR e UNIOESTE) e por mais de 50 entidades representativas da sociedade civil organizada, o que coloca a demanda por formação superior na área da administração pública como um desafio para o qual a UFFS não pode virar as costas.

Além desses dois aspectos, há um terceiro elemento trazido pelo PDRI que consubstancia a necessidade de oferta de formação superior na área: a administração pública aparece como a quarta atividade que mais emprega pessoas na região, atrás apenas da indústria de transformação, do comércio e do setor de serviços, conforme expressa a próxima Tabela:

Principais atividades produtivas da região Sudoeste (2017)

Atividade	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de transformação	2.378	43.128
Comércio	7.651	36.504
Serviços	6.300	33.070
Administração pública	97	20.562
Agropecuária	2.082	10.100
Construção civil	1.021	6.174
Serviços industriais de utilidade pública	42	494
Extrativa mineral	18	130

FONTE: PDRI (p. 10).

Dados preliminares de pesquisa em andamento no *Campus Realeza* indicam que a maioria absoluta dos gestores públicos do Sudoeste do Paraná nos últimos 10 anos, embora tenha formação de nível superior, não tem formação específica na área de gestão pública, vindo a atuar em funções de gestão a partir da experiência profissional acumulada a partir do desenvolvimento em outras carreiras.

Além das razões que remetem ao diálogo da proposta com as demandas regionais por capacitação, os dados trazidos pelo Mapa da Educação Superior no Brasil em 2020⁷

7 SEMESP. **Mapa da educação superior no Brasil**. 2016. Disponível em: < <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/educacao-10/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.



corroboram a alta procura por cursos dessa natureza. Os dados da tabela abaixo mostram que os cursos de administração não apenas estão entre os mais procurados do país – respondendo por 20,7% do total de matrículas em ambas as redes e modalidades (presencial e EAD) – mas também os cursos nos quais o déficit de matrículas da rede pública em relação à rede privada é mais gritante: a rede privada responde por 82,5% das matrículas ao passo que a rede pública responde por apenas 17,5%, uma diferença de 64,9% a mais de matrículas na rede privada em relação à rede pública, bem acima da média de -60,5 de déficit em relação aos demais cursos.

Total bruto de matrículas na educação superior no Brasil em 2020 nas redes pública e privada (Presencial + EAD) – 5 cursos com mais matrículas no Brasil

Curso	Rede Privada	Rede Pública	Total de Matrículas	% Matrículas Totais	Déficit matr. da rede públ. Vs privada
Direito	776.968	86.004	862.972	41,2%	-80,1%
Administração	357.287	75.954	433.241	20,7%	-64,9%
Engenharia Civil	249.925	52.107	302.032	14,4%	-65,5%
Contabilidade	183.396	44.043	227.439	10,9%	-61,3%
Pedagogia	176.144	93.643	269.787	12,9%	-30,6%
Total Geral	1.743.720	351.751	2.095.471		Média: -60,5%

FONTE: Mapa da Educação Superior (SEMESP, 2020, p. 13), com percentuais calculados pelo GT de Administração Pública.

Nesse sentido, a oferta do curso de Administração Pública visa atender a esta demanda, até certo ponto reprimida, da parcela da população privada do acesso à educação superior ou que encontra no ensino privado e à distância (com todas as suas limitações) a única alternativa de formação possível.

Para atender a estas demandas, o *Campus Realeza* da UFFS, durante a elaboração do seu Plano de Expansão em 2013 e 2014, realizou um conjunto de audiências públicas regionais, grupos de trabalho e sessões conjuntas do Conselho de *Campus* e Conselho Comunitário, a partir das quais foram definidas as prioridades para expansão do *Campus* para os próximos dez anos. Nesta oportunidade, motivado pelas mais de 30 instituições que integram o Conselho Comunitário, aparece a proposta de oferta do curso de bacharelado em Administração Pública, para atender à demanda por qualificação dos entes estatais (em seus diversos níveis), mas também para qualificar toda uma gama de agentes públicos que atuam em instituições públicas não-estatais e na promoção do desenvolvimento regional. Muitas dessas entidades estão presentes no Conselho Comunitário do *Campus Realeza* e têm apontado para a importância de que a UFFS crie condições de formação de administradores públicos para atuarem em seus quadros. Nesse mesmo sentido vão as reivindicações de



entidades estratégicas de formação e promoção do desenvolvimento regional, como a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a Agência de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná.

Além das motivações até aqui elencadas, vinculadas às demandas regionais, a proposta do curso de Administração Pública também se respalda em razões acadêmicas, relacionadas ao debate político e epistemológico da UFFS, em particular, e da própria instituição universitária como um todo, no contexto histórico atual. No âmbito interno da UFFS, a oferta do curso não está vinculada a um curso específico, mas dialoga com o conjunto dos cursos e conta com docentes que atuam prioritariamente no Domínio Comum e o Domínio Conexo das Licenciaturas. Em sua composição, o grupo de profissionais envolvidos integra docentes das áreas de Ciências Sociais, Educação, Filosofia, História e Letras. Em seu espaço de atuação mais específica, os Fóruns do Domínio Comum e Conexo, esses docentes têm promovido debates importantes sobre o currículo institucional e sua implantação, sobre a permanência e a formação dos estudantes, além da promoção de palestras e organização de debates envolvendo a formação cultural e política dos estudantes. Nesse sentido, a proposta de um curso de bacharelado em Administração Pública nasce do desejo de aprofundar os diálogos entre seus integrantes, de ampliar e qualificar os espaços de debate público no *Campus* em torno dos grandes temas históricos e regionais, de instaurar processos de investigação interdisciplinar, de contribuir com a elaboração da proposta de expansão de cursos nas humanidades e viabilizar a oferta de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Por fim, cabe ressaltar que a oferta do curso de Bacharelado em Administração Pública do *Campus* Realeza está prevista no item 4.4 do PDI da UFFS, tanto na síntese das discussões do fórum temático *Gestão, Cooperativismo, Economia Solidária e Políticas Públicas* (PDI da UFFS, Quadro 14, p. 159), quanto nas projeções do *Campus* Realeza (PDI da UFFS, p. 304)⁸.

Por todas estas razões, o curso de bacharelado em Administração Pública da UFFS *Campus* Realeza busca contribuir para que a UFFS atinja o objetivo de fomentar o desenvolvimento integrado da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL.

8 UFFS. Plano de Desenvolvimento institucional. Resolução nº 5/CONSUNI/UFFS/2019.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ÉTICO-POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, METODOLÓGICOS E LEGAIS)

A administração pública é constituída, de um lado, pelo sistema constitucional-legal, inclusive suas políticas públicas, e, de outro, pelas organizações formadas ou controladas por oficiais públicos eleitos e não-eleitos que executam aquelas políticas. Entendida nestes termos, a administração pública tem como objeto o aparelho do Estado, e, portanto, está mais próxima da ciência política ou do direito do que da administração de empresas. O servidor público é, essencialmente, um agente político como o é também o político eleito; não se limita a executar leis e políticas; ele ajuda os políticos eleitos a formulá-las ou a reformá-las. Ele fala e age em nome do Estado, partilha do poder de Estado, do poder que só o Estado tem sobre sua sociedade nacional.

Como afirma Bresser Pereira (2010)⁹, o administrador público precisa ter uma compreensão ampla da instituição normativa e organizacional que realiza essa coordenação, ou seja, do Estado; das teorias que buscam explicá-lo e relacioná-lo com a sociedade; da democracia que é a forma por excelência que assume o Estado moderno; do direito, não apenas o administrativo, mas principalmente o constitucional, que se consubstancia na lei; e do papel fundamental que o aparelho do Estado desempenha em todo esse processo político. Além disso, é preciso incluir a ampla discussão do que seja o *ethos* público do servidor. Além disso, um curso de graduação em administração pública não se limita a formar servidores para a administração pública; forma também, de um lado, políticos, e, de outro, administradores das organizações públicas não-estatais.

Esta concepção do curso, que, logo na sequência, se tentará traduzir em referenciais mais específicos, está, inclusive, contemplada nos próprios princípios dos cursos de Administração Pública, conforme a Resolução CNE N° 1, de 13 de janeiro de 2014, que dispõe que:

Art. 2º São princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

- I - o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

9 BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Autonomia da Administração Pública**. Audiência Pública de 5 de abril de 2010 – Auditório do Conselho Nacional de Educação.



III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

5.1 REFERENCIAIS ÉTICO-POLÍTICOS

O referencial ético-político do curso de Administração Pública do *Campus* Realeza procura estar em compasso com os referenciais de mesma natureza assumidos pelo Projeto Pedagógico Institucional da UFFS e que podem ser sintetizados em torno dos seguintes compromissos.

- a) compromisso com a construção de um referencial de qualidade para a educação superior calcado na formação de cidadãos conscientes, autônomos e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País. Esse compromisso implica entender a formação como um projeto para o esclarecimento e para a emancipação, quer num plano individual (no sentido kantiano¹⁰ de saída da condição de menoridade auto imposta), mas, principalmente em sua dimensão coletiva, que poderia ser traduzida nas noções de desenvolvimento. Por sua vez, a concepção de desenvolvimento para a qual este projeto pedagógico visa contribuir o entende como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2000)¹¹, concepção esta que contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento como as que o identificam meramente com crescimento econômico. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que desempenham um papel relevante no processo. Por isso, sustentar tal perspectiva de desenvolvimento requer que se combatam as principais fontes de privação das pessoas de liberdade, tais como a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.
- b) compromisso com uma concepção de democracia que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais. A reafirmação do compromisso com a democracia nestes

10 KANT, Immanuel. Que é Esclarecimento? In: MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 95-99.

11 SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



termos se reveste de especial significado em se tratando de um projeto formativo de administradores públicos, na medida em que estes serão treinados para ser guardiões e agentes de propagação da ética republicana e da justiça. Como ensina Celso Lafer (1992, p. 233 a 235)¹²,

a democracia se caracteriza por uma visão do mundo baseada no respeito pelo Outro, e pelo princípio de legalidade, do controle e da responsabilidade do poder, que exigem que os governantes sejam expostos à luz pública para o efeito específico das avaliações dos governados. Porque a democracia se baseia no princípio da confiança e da boa-fé, e não no medo, ela sucumbe quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo segredo e pela mentira. É por isso que a mentira pública, da mesma maneira que o segredo, como exceção ao princípio da transparência do poder, requer um controle, ainda que a posteriori, de natureza pública, na dupla acepção de comum e de visível. O direito à plena informação da cidadania, ainda que em certos casos defasado no tempo, é mais do que um instrumento jurídico necessário para "domesticar" a propensão ao realismo do poder do príncipe. É, como meio de conter a mentira dos governantes, uma expressão de justiça. Com efeito, a justiça tem entre os seus componentes inarredáveis o valor da igualdade. Este valor a teoria democrática atualizou historicamente, afirmando o primado da veracidade na *res pública*, ao pressupor como norma geral da convivência humana politicamente ordenada a reciprocidade, e ao postular, consequentemente, na relação entre governantes e governados a exigência da 'igualdade de oportunidades' na aferição daquilo que é a gestão do interesse comum.

c) Compromisso com o combate às desigualdades sociais e regionais que atingem especialmente a população mais excluída do campo e da cidade. O compromisso com a construção de uma sociedade menos desigual faz necessário de ser reafirmado na medida em que, como diagnosticava Nascimento já no início dos anos 1990:

os excluídos modernos são um grupo social economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado. É este último aspecto que funda a nova exclusão social. Estabelece-se um processo de apartação social, um novo apartheid que tende a assumir formas hoje inexistentes. A produção dos novos excluídos parece ser o sinal mais evidente de que a questão social mudou de natureza (NASCIMENTO, 1994, p. 29 a 47)¹³

Se muda a natureza da desigualdade, mudam também as formas pelas quais se tenta naturalizá-la, legitimá-la e perpetuá-la: proliferam os discursos de ódio, ressurgem ideários políticos eugenistas, confiscam-se direitos adquiridos, etc. Nesse sentido, além de um desafio técnico, a qualificação da administração pública se torna também um desafio ao mesmo

12 LAFER, Celso. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

13 NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **XVIII Encontro anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 23 a 27 de novembro de 1994.



tempo político e moral, na medida em que dialoga com uma série de discussões relativas aos direitos de grupos particulares ou marginalizados e que se constituem a base do debate político do tempo presente.

Entende-se que a reafirmação deste tripé de compromissos ético-políticos qualifica a contribuição do curso de Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza*, com a construção de uma universidade pública e popular, na qual o avanço do conhecimento esteja a serviço da melhoria da qualidade de vida para todos.

5.2 REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICOS

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública pretende fundamentar suas práticas numa perspectiva *transdisciplinar*, pela qual se busca superar tanto a fragmentação do conhecimento (derivada de sua especialização crescente), quanto a perda de seu sentido como elemento de emancipação e de integração social. Como bem observa Llosa (2009)¹⁴

A especialização permite aprofundar a exploração e a experimentação, e é o motor do progresso; mas determina também, como consequência negativa, a eliminação daqueles denominadores comuns da cultura graças aos quais os homens e as mulheres podem coexistir, comunicar-se e se sentir de algum modo solidários. A especialização leva à incomunicabilidade social, à fragmentação do conjunto de seres humanos em guetos culturais de técnicos e especialistas, aos quais a linguagem, alguns códigos e a informação progressivamente setorializada relegam naquele particularismo contra o qual nos alertava o antiquíssimo adágio: não é necessário se concentrar tanto no ramo nem na folha, a ponto de esquecer que eles fazem parte de uma árvore, e esta de um bosque. O sentido do pertencimento, que conserva unido o corpo social e o impede de se desintegrar em uma miríade de particularismos solipsistas, depende, em boa medida, de que se tenha uma consciência precisa da existência do bosque. E o solipsismo – de povos ou indivíduos – gera paranoias e delírios, as deformações da realidade que sempre dão origem ao ódio, às guerras e aos genocídios.

Dessa forma, para que a ciência e a técnica possam cumprir essa função cultural integradora em nosso tempo, torna-se necessário, da parte da constituição de projetos formativos, o desenvolvimento de práticas pedagógicas, currículos e espaços de formação que sejam capazes de romper com a incomunicabilidade crescente das áreas do saber e sua auto-referencialidade. Não se trata, aqui, de negar a importância da especialização do conhecimento acadêmico, mas, antes, de reivindicar desta miríade de especializações sua função social.

¹⁴ LLOSA, Mario Vargas. Em defesa do romance. In: **Revista Piauí**, edição de outubro de 2009.



Nesse registro, diferentemente da *pluridisciplinaridade* (que diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo) e da *interdisciplinaridade* (que diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra), a *transdisciplinaridade* diz respeito, nas palavras de Nicolescu (2002, p. 11)¹⁵, “àquilo que está ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”. Recorre, para isso, a três premissas básicas de compreensão da realidade: a de que ela (a realidade) se estrutura em níveis diferentes de compreensão (e não num único nível), a impossibilidade de categorizá-la em esquemas binários de compreensão (a lógica do terceiro incluído) e a de que, complementarmente, a complexidade é a natureza constitutiva de qualquer fenômeno. Como afirma Nicolescu (*idem*, p. 12), a maior ou menor satisfação desses três pilares gera diferentes graus de transdisciplinaridade.

Nessa direção, a orientação pela transdisciplinaridade não pode ser considerada como antagonista aos referenciais *pluri* e *interdisciplinares*, mas como seus necessários aprofundamentos. E é no estímulo das práticas *pluri* e *interdisciplinares* que o curso de Administração Pública da UFFS *Campus Realeza* buscará constituir-se como um curso transdisciplinar.

5.3 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

Os referenciais ético-políticos e epistemológicos abordados nas seções 5.1 e 5.2 requerem do curso de Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza* a observação de um conjunto de competências pedagógicas que seja capaz de dar respostas à altura dos desafios da formação superior no mundo contemporâneo. No plano metodológico, essas competências encontram na obra de Perrenoud (2000)¹⁶ uma formulação bastante precisa (embora o autor as tenha elaborado tendo em mente a realidade profissional dos professores da Educação Básica). Tomadas aqui como diretrizes pedagógicas e metodológicas, apontamos sinteticamente para elas:

15 NICOLESCU, Barasab. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2002.

16 PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.



a) Organizar e dirigir situações de aprendizagem a partir de novos espaços-tempos de formação

Este eixo exige que os docentes do curso, além de conhecerem os conteúdos a serem ensinados, saibam traduzi-los em objetivos de aprendizagem, saibam trabalhar a partir das representações dos estudantes, desenvolvam a capacidade de trabalhar a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem, aprendam a construir e planejar dispositivos e sequências didáticas e saibam envolver os alunos em atividades de pesquisa. Em conformidade com Demo (1996), esse último ponto permite ressignificar o entendimento da pesquisa como princípio, além de *científico, educativo*.

Aqui reside a própria concepção de educação sustentada pelo curso. Entender a pesquisa como princípio educativo permite conceber a educação como ato que transcende à mera instrução e informação, mas a entende, antes, como ambiência de instrumentação criativa, em contexto emancipatório, como espaço de aprender a criar. Nisto está o valor da pesquisa como princípio educativo, para além de seu valor à descoberta científica. Nessa direção, como afirma o autor, a ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa.

No contexto educacional contemporâneo, o conceito de pesquisa torna-se fundamental, porque está na raiz da consciência crítica questionadora, desde a recusa de ser massa de manobra, objeto dos outros, matéria de espoliação, até a produção de alternativas com vistas à consecução de sociedade pelo menos mais tolerável. Entra aqui o despertar da curiosidade, da inquietude, do desejo de descoberta e criação, sobretudo atitude política emancipatória de construção do sujeito social competente e organizado. (...) Em boa parte, o desafio da qualidade política está em fomentar a iniciativa do aluno, sobretudo aquela organizada. Não qualquer iniciativa, porque não é assim que, de repente, tudo cabe na escola, levando a prejudicar a qualidade formal. Mas, aquela iniciativa que decorre e fecunda o espaço escolar, nele e fora dele. O “mero aprender” estiola o desafio técnico e político da educação, matando a expectativa preventiva, emancipatória, redistributiva e equalizadora, cabível em sujeitos sociais que aprendem a aprender (DEMO, 1996, p. 82-94, *adaptado*)¹⁷

b) Atenção para com a progressão das aprendizagens

Nessa direção, o curso assume como orientação o desafio de conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos estudantes, mas também de adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino (de acordo com o objetivo do curso e com o perfil do egresso), estabelecer laços com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem, observar e avaliar os estudantes em situações de aprendizagem, de acordo com

¹⁷ DEMO, Pedro. **Pesquisa, princípio científico e educativo**. Editora Cortez, 12 Ed., 1996.



uma abordagem formativa (e não classificatória), além de fazer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão de forma coletiva, em regime de colaboração entre professores, dos quais se solicita uma corresponsabilidade dos alunos de um ciclo.

c) Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação

Como afirma Perrenoud (2000, p. 55), “diferenciar é romper com a pedagogia frontal (a mesma aula, os mesmos exercícios para todos), mas é, sobretudo, criar uma organização do trabalho e dos dispositivos didáticos que coloquem cada um dos estudantes diante de uma situação ótima de aprendizagem, priorizando aqueles que têm mais a aprender”. Isso implica que o curso e seus docentes aprendam a administrar a heterogeneidade do corpo discente, especialmente para trabalhar com alunos portadores de grandes dificuldades (não só pela situação individual a partir da qual cada estudante ingressa no curso, mas inclusive por conta das mudanças introduzidas pela legislação de cotas), organize diferentemente o trabalho em aula (a partir do apoio integrado e da cooperação entre os próprios estudantes).

d) Envolver o estudante em sua aprendizagem

Os projetos pedagógicos tradicionalmente são concebidos para estudantes cujo interesse em aprender é considerado uma disposição preliminar do estudante, algo natural e estável, cabendo ao professor apenas orientar essa vontade. No entanto, a ampliação do acesso à educação superior (que trouxe para a universidade públicos historicamente alijados) e as reconfigurações do mundo do trabalho (para o qual a formação superior tem sua importância cada vez mais relativizada) fazem com que a universidade tenha que lidar com um novo contexto, no qual parte do público que acessa a universidade não tem exata clareza das possibilidades e do significado da formação que se está acessando. Nessa direção, o PPC do curso mantém entre suas preocupações a de suscitar entre os estudantes o desejo de aprender e a capacidade de autoavaliação, além de valorizar o espaço de participação política do Centro Acadêmico como instrumento de vivência profissional e de negociação de regras e de contratos e em favorecer a definição de um projeto de formação pessoal como integrante de um projeto pessoal de vida, notadamente por meio das atividades opcionais de formação (CCRs eletivos, optativos ACCs, etc.).

e) Apostar no trabalho em equipe



Como já aludido na seção anterior, o curso de Administração pública da UFFS pauta-se na transdisciplinaridade como referencial epistemológico. Coerentemente, aposta no trabalho em equipe como competência coletiva a ser desenvolvida no processo pedagógico, seja no planejamento, na organização e ministração das situações de aprendizagem, seja ainda nos processos avaliativos a elas inerentes. Mas, além disso, esta competência deverá ser medida pela capacidade do curso em (re)elaborar seu próprio projeto coletivamente, na forma de conduzir suas atividades colegiadas e de coordenação, na condução dos processos decisórios, incluindo aqueles que se referem à formação e renovação de sua equipe pedagógica.

f) Colaborar na qualificação da administração da própria instituição

O senso de zelo e responsabilidade pelo patrimônio público pode ter, para os administradores formados em instituições públicas, os primeiros estímulos para seu desenvolvimento no próprio contato com a gestão da própria universidade como ente público. Isso cobre não apenas as práticas de gestão da instituição, mas também o exercício constante de (re)discussão do projeto institucional. Por isso, motivado por concepções participativas de democracia, o curso assume como princípio metodológico de seu projeto formativo a colaboração na qualificação da administração da própria instituição em todos os espaços em que tiver abertura para atuar.

g) Utilizar novas tecnologias

Mais do que explorar as potencialidades didáticas das ferramentas tecnológicas em relação aos objetivos do processo pedagógico, o desafio do curso é assumir o uso de novas tecnologias no âmbito do desenvolvimento de competências fundamentadas em uma cultura tecnológica. No caso da Administração Pública, este desafio se reveste de significado especial, na medida em que, cada vez mais, os fluxos informacionais estão em rede. Garimpar informações, decodificá-las e articulá-las em função de análises de conjuntura e de processos de tomada de decisão constituem-se em competências fundamentais para as quais o curso deve formar.

h) Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão

Coerentemente com o referencial ético-político aludido acima, enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão constitui-se, também uma diretriz metodológica do curso. Isso



se reveste de significado especial se considerado o lugar ocupado pela *res-pública* no imaginário da cultura política do país, cultura está forjada sob as insígnias do patrimonialismo, do personalismo, do patriarcalismo, do messianismo, etc. Pela superação dessa herança, o curso assume como diretriz o desenvolvimento dos princípios fundamentais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pelo desenvolvimento dos quais se espera promover o senso de responsabilidade, de solidariedade e de justiça social.

i) *Inserção nos espaços organizacionais*

O curso promove a inserção dos estudantes no contexto da vida institucional local e regional, desde as fases iniciais do percurso formativo, objetivando o reconhecimento de práticas organizacionais, o levantamento de dados, a identificação de situações problema e sua investigação, a proposição de ações, entre outros. Tais atividades, em alguns casos, requerem visitas técnicas, em vinculação com o desenvolvimento de componentes curriculares específicos e integradas ao Plano de Ensino, apreciado pelo Colegiado de Curso.

j) *Formação continuada*

Por fim, o curso também entende como estratégia metodológica importante o desenvolvimento da capacidade dos estudantes administrarem a própria formação continuada. Saber administrar sua formação continuada, hoje, significa bem mais do que especializar-se. Significa, antes, retomar, desenvolver e ressignificar todas as dimensões da formação inicial, pois é na formação continuada que alguns paradigmas novos se desenvolvem antes de serem integrados à formação inicial. O desenvolvimento dessa diretriz metodológica requer, por sua vez, o desenvolvimento de habilidades como a de saber refletir sobre as próprias práticas no intuito de estabelecer seu próprio balanço de competências, além de romper com o individualismo da noção de carreira para negociar um projeto de formação comum com os colegas.

É com tais diretrizes que o curso procurará dialogar tanto na estruturação de sua matriz curricular, quanto em suas práticas de gestão pedagógica, avaliação do processo de ensino/aprendizagem, concepção e práticas de auto avaliação do curso, na estruturação de sua perspectiva sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e, por fim, no próprio processo de seleção e formação continuada do corpo docente.



5.4 REFERENCIAIS LEGAIS

5.4.1 Referenciais legais em âmbito nacional

A principal referência legal em âmbito nacional para a elaboração desta proposta pedagógica é a [Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Na esteira da LDB, outros marcos jurídicos foram sendo incorporadas como parâmetros para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos superiores. Deste arcabouço, o curso de Administração Pública procura dialogar, especialmente com:

- a) Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.
- b) Portaria Nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- c) Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.
- d) Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.



- e) Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei Nº 9.394/1996, modificada pela Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.
- f) Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.
- g) Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.
- h) Resolução Nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP Nº 8/2012.
- i) Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de Cotas).
- j) Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.
- k) Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.
- l) [Lei Nº 13.005, de 25 junho de 2014](#) – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa



bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

m) Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

n) Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

o) Portaria Nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

p) Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

5.4.2 Referenciais específicos dos bacharelados

A proposta pedagógica do curso de Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza*, foi construída também em observância à Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

5.4.3 Referenciais normativos em âmbito institucional



Além destes marcos legais, o curso de Administração Pública foi articulado em conformidade com os seguintes regramentos institucionais:

- a) PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.
- b) PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.
- c) Resolução Nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.
- d) Resolução Nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria Nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.
- e) Resolução Nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.
- f) Resolução Nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à



sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

g) Resolução Nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

h) Resolução Nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

i) Resolução Nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos projetos pedagógicos dos cursos.

j) Resolução Nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

k) Resolução Nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

l) Resolução Nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

m) Resolução Nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.



n) Resolução Nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

o) Resolução Nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

5.4.4 Referenciais específicos do curso de Administração Pública

Para além dos atos normativos indicados acima, o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza*, busca se adequar às exigências legais das Diretrizes dos Cursos de Administração no Brasil, e especificamente às diretrizes dos cursos de Administração Pública. Para tanto, busca atender as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos seguintes pareceres, que explicitam as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública - DCNs.

Inicialmente, faz-se necessário resgatar brevemente o processo que culminou com a definição das DCNs para o curso. Com a aprovação da Res. CNE/CES Nº 4/2005 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado em Administração), foram retiradas as Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração¹⁸, definindo que estas não viessem a se constituir numa extensão ao nome do curso nem se caracterizam como uma habilitação. Porém, em 2006, o Diretor do Departamento de Supervisão da Secretaria de Educação Superior do MEC, DESUP/SESu¹⁹, inaugurou novo entendimento sobre a matéria. Em Despacho de 16 de maio de 2006, este afirmava que

As IES que possuem curso de Administração com uma ou mais habilitações, deverão elaborar novo projeto pedagógico único, podendo contemplar o conteúdo curricular que vinha sendo oferecido nas extintas habilitações, em Linhas de Formação Específicas. As Linhas de Formação, quando existirem, não poderão ser extensão do nome do curso, cuja denominação passará a ser, exclusivamente, bacharelado em Administração. Fica permitida a exceção para o curso de Administração Pública, fundamentada na própria origem dos cursos de Administração no Brasil e, ainda, acompanhado o entendimento do Parecer

¹⁸ Cf. Art. 2º, § 3º.

¹⁹ SESU. **Despacho alusivo à exceção para o curso de Administração Pública dentre as habilitações do curso de Administração**. Brasília, 2006.



SESu/MEC Nº 307, de 8 de julho de 1966. O diploma expedido deverá contemplar apenas a denominação “Bacharel em Administração” ou “Bacharel em Administração Pública

Todavia, tal despacho não passava de ato de ofício, carecendo, ainda, dirimir a questão da legalidade da distinção entre as duas formações²⁰. É com o Parecer CNE/CES Nº 266/2010 que esse assunto será resolvido. Tal documento trata da legitimidade da aprovação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Administração Pública. Sinteticamente, apontava para o fato de que, nos trabalhos da Comissão formulada a partir da Indicação CNE/CES Nº 7/2007²¹ e nos atos que se seguiram, “ficou evidenciada a pertinência de um recorte disciplinar e acadêmico que justificava o estabelecimento de um diploma na área de Administração Pública, enquanto objeto de estudo e formação específica” (p. 11), razão pela qual sugeria, além da legitimidade da aprovação de DCNs para o curso, uma minuta de resolução sobre elas.

A decisão aprovada pelo parecer CNE/CES 266/2010 dava, assim, legitimidade para a constituição de DCNs, mas não as criava. Antes de aprová-las, porém, o CNE teve, novamente, que lidar com a questão da legitimidade ao ter que produzir resposta ao recurso interposto pelo Conselho Federal de Administração, por Conselhos Regionais de Administração, pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e pelo Sindicato dos Administradores de Goiânia junto contra o parecer CNE/CES 266/2010. Argumentava o recurso em torno da “inoportunidade e desnecessidade” da aprovação de DCNs para o curso de Administração Pública, na medida em que poderia promover a divisão indesejada na profissão de Administrador (regulamentada pela Lei 4.769/1965), “com as consequentes inseguranças jurídicas advindas de uma possível nova profissão que poderá ser criada a partir da aprovação das DCNs”.

A resposta do CNE veio por meio do Parecer CNE/CP Nº 7/2013. Tal parecer basicamente, alegava que a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2005, atendia plenamente a formação do Administrador, seja ele público ou não e, uma vez que a formação de Administração Pública deve atender aos pressupostos inerentes a formação do Administrador, preservadas suas especificidades, esta encontra, portanto, amparo integral na Resolução Nº 4

20 Tal parecer indicava ser “inválida, além de inadequada e impertinente, a criação de um diploma por meio de despacho” (Parecer CNE/CES nº 266/2010).

21 Tal indicação sugeria a formação de uma comissão para tratar das diretrizes. Tal comissão foi constituída pela Portaria CNE/CES nº 7/2007 (Indicação CNE/CES nº 7/2007) e, posteriormente, recomposta pelas Portarias CNE/CES números 8/2007, 1/2008 e 1/2010, sendo, originalmente, integrada pelos Conselheiros Antonio Araujo Freitas Junior, Edson de Oliveira Nunes, Héglio Trindade, Maria Beatriz Luce e Paulo Speller.



de 2005. Ia além ao textuar que “Em se adotando a Administração Pública como linha de formação específica, esta deve contemplar os conteúdos inerentes à formação desse administrador”. Salientava que a distinção entre a Administração de Empresas (ou Administração em sentido amplo) e a Administração Pública e Políticas Públicas, não reside apenas na terminologia. Há razões disciplinares, acadêmicas e comparativas para existência de DCN de Administração Pública e o que a distingue da Administração de Empresas: “Seus conteúdos principais, objetivos e fontes orientadoras estão associados às características próprias das questões relativas ao Estado e à arte de sua governança operacional, bem como aos fundamentos lógicos, éticos e políticos da vida pública” (Parecer CNE/CP Nº 7/2013, p.11). E concluía que “as peculiaridades de cada formação confirmam a pertinência de um recorte acadêmico e normativo, o qual justifica a instituição de uma diretriz curricular específica para o curso de administração pública” (Parecer CNE/CP Nº 7/2013, p.11).

Refutado o recurso, finalmente, em 13 de janeiro de 2014, com a Resolução CNE/CES Nº 1, instituem-se as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, compreendendo o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas (Art. 1º). Com elas, ficam fixados princípios (Art. 2º), objetivos (Art. 3º), competências e habilidades (Art. 4º), diretrizes de organização curricular (Art. 5º), elementos básicos do projeto pedagógico (Art. 6º a 10) e a carga horária do curso em 3000 horas (Art. 11). Cada uma destas delimitações aparece como pontos de interlocução nos diferentes elementos desta proposta pedagógica.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 GERAL

Propiciar, a partir de um referencial de formação humanista e crítico e de um diálogo contínuo com o poder público e com as organizações sociais do Sudoeste do Paraná e seu entorno, a formação integral de profissionais e pesquisadores, promotores da justiça social, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública (federal, estadual ou municipal), como administradores de organizações e instituições não-estatais de caráter público, em quaisquer outras organizações orientadas pelo *ethos* público e para o bem público ou ainda como analistas de políticas públicas, comprometidos com o desenvolvimento regional e a promoção da justiça social, em conformidade com o Art. 3º da Res. Nº 1/2014-CNE/CES.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Propiciar embasamento teórico/metodológico/técnico/prático no que concerne aos conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício profissional;
- b) Oportunizar formação humana calcada em valores como a democracia, a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- c) Estimular a formação transdisciplinar do administrador público, a partir de práticas pedagógicas capazes de superar tanto a fragmentação do conhecimento quanto à perda de seu sentido como elemento de emancipação e de integração social;
- d) Envolver os estudantes em programas de pesquisa e extensão especialmente voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo como diretriz fundamental a superação das desigualdades sociais, locais e regionais.



7 PERFIL DO EGRESSO

As concepções constantes nos referenciais desta proposta pedagógica, assim como os objetivos do curso, procuram fundamentar a oferta do curso de Administração Pública do *Campus Realeza* em sintonia com os compromissos institucionais de atuação da UFFS, previstos no Capítulo III de seu Estatuto (Dos princípios, finalidades e objetivos) e em seu Projeto Pedagógico Institucional. Tais demarcações fundam o projeto formativo do curso, que tem por parâmetro orientador: o compromisso com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País; a valorização de práticas democráticas e de promoção da autonomia dos sujeitos, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural; e o combate às desigualdades sociais e regionais, com ênfase na atenção à população mais excluída do campo e da cidade (princípios IV, V e VI do PPI, respectivamente). Com base nessas demarcações, o perfil do formando do curso tem por base a qualificação para a compreensão dos fundamentos constitutivos do Estado e da sociedade, com sólido conhecimento dos temas de interesse público, tais como a pobreza, a exclusão, a formação política do país, etc.

Para atender este perfil geral, o egresso do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFFS *Campus Realeza* deverá ter desenvolvido, ao longo do curso, um conjunto de competências que o permitam atuar:

a) na gestão pública como agente público (em sentido lato), nas mais diversas áreas de prestação do serviço público (a que terá acesso por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública);

b) como gestor de organizações públicas (fundações, agências, departamentos, secretarias, ministérios, autarquias, empresas públicas, etc.) , sejam elas estatais (em nível federal, estadual ou municipal) ou não estatais (OSCIPs, ONGs, sistema cooperativo, com ênfase nas cooperativas de produção, de trabalho e de crédito solidário);

c) como formulador e analista de projetos sociais e políticas públicas nessas mesmas organizações. Terá, assim, sua prática e atuação profissional voltadas à compreensão e à pesquisa e à investigação sobre o Estado, o Governo, a Administração Pública, a Gestão Pública, a Gestão Social e a Gestão de Políticas Públicas.

Em consonância com o Art. 4º da Res. 1/2014-CNE e com o Parecer CNE-CES 266/2010 (p. 12), as principais habilidades que o bacharel em Administração Pública da UFFS



terá que desenvolver para dar conta do exercício das competências acima descritas são as seguintes:

- a) reconhecer, definir e equacionar problemas de interesse público;
- b) pensar estrategicamente, introduzir modificações, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos
- c) exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- d) desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, do senso de promoção do interesse público e de valorização da cidadania, assim como do compromisso com o desenvolvimento (econômico, social, cultural) regional.
- e) expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- f) desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para lidar com valores do Estado, expressando-se de modo criativo nos diferentes contextos organizacionais, sociais e regulatórios;
- g) ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade de apreender as questões políticas e administrativas, estar aberto às mudanças e ter consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

A partir deste perfil de formação, o curso espera colaborar com a qualificação da gestão pública no país e dar, assim, efetiva contribuição na superação das desigualdades constituintes da sociedade brasileira.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Para atingir seus objetivos formativos e materializar seus compromissos com as razões que erigiram a Administração Pública como área de formação no Brasil, o curso procura organizar o currículo conectando os princípios da formação da UFFS com as referências presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração Pública, tratando-as como fundamentalmente complementares.

Na esfera da elaboração de seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a UFFS assumiu compromisso com a promoção do desenvolvimento regional sustentável, elegendo como temas centrais de sua atuação a qualificação da educação básica, a produção agroecológica, a saúde pública, a promoção de novas formas energéticas e o cuidado com o meio ambiente. Tais temas orientaram a escolha dos cursos de graduação e a definição de seus perfis de formação. A partir dos princípios do PPI, a UFFS implantou um currículo institucional na forma de *domínios curriculares*, objetivando inserir os estudantes no universo acadêmico e social de forma contextualizada e crítica e buscando capacitá-los na produção de conhecimento interdisciplinar e socialmente referenciado. Nessa direção, conforme o Art. 12 do Regulamento da Graduação da UFFS (Resolução N° 4/2014/CONSUNI/CGRAD), competem, respectivamente:

- a) Ao *Domínio Comum*, ser, no currículo institucional, o principal responsável pela contextualização acadêmica e pela formação crítico-social do estudante (§1°)²²;
- b) Ao *Domínio Conexo*, promover a interface entre diferentes áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos (§2°);
- c) Ao *Domínio Específico*, capacitar para as especificidades do exercício profissional (§3°).

Também nessa direção, o Parecer CNE/CES 266/2010, referendado pelo Art. 5° da Res. 1/2014-CNE (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração Pública), em seu Art. 5°, estabelece uma *dimensão básica* e uma *dimensão profissional* na formação do administrador público, devendo contemplar, em ambos os casos, conteúdos “que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com

²² As alíneas “A” e “B” do §1° assim definem o escopo de cada um dos eixos de formação do Domínio Comum: a) a *contextualização acadêmica*: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; b) a *formação crítico social*: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico, econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.



os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural”. Conforme o texto das diretrizes,

§ 1º São conteúdos de formação básica:

I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;

III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;

IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

§ 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

§ 3º Os conteúdos de que trata este artigo poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

A seguir são apresentadas as formas de integralização curricular, conforme se segue: as atividades complementares, o trabalho de conclusão de cursos (TCC), estágio curricular obrigatório, componentes curriculares obrigatórios, eletivos e optativos, respeitando o Art. 11 da Resolução CNE/CES Nº 2, de 2007, que fixa a carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado em 3.000 horas. Como se pode observar abaixo, conforme orientações das DCNs, a organização curricular do curso incluirá conteúdos que revelam as realidades regional, nacional e internacional em perspectiva comparada nas suas inter-relações.

8.1 OS DOMÍNIOS FORMATIVOS E SUA ARTICULAÇÃO

8.1.1 O Domínio Comum

Os componentes curriculares do Domínio Comum estão presentes em todos os cursos de graduação da UFFS. Conforme o PPI, tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional. Os componentes do Domínio Comum estão divididos em dois eixos de formação: Contextualização acadêmica, cujo objetivo é desenvolver



habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem o aluno a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional, e Formação crítico-social, que tem por objetivo desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental, e à organização sócio político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos. A seguir, os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO COMUM: EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CR	HORAS
GCH293	Introdução à filosofia	4	60
GCH291	Introdução ao pensamento social	4	60
GCH292	História da fronteira sul	4	60
GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4	60
Total		16	240

DOMÍNIO COMUM: EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CR	HORAS
GLA104	Produção textual acadêmica	4	60
GCH290	Iniciação à prática científica	4	60
GEX208	Informática básica	4	60
GEX210	Estatística básica	4	60
Total		16	240

8.1.2 O Domínio Conexo

A educação superior contemporânea exige cada vez mais um conjunto de habilidades e competências dos estudantes. Habilidades e competências que, muitas vezes, não refletem os desafios que o egresso vai enfrentar, e sim refletem a realidade de formação dos professores que geraram um determinado currículo. A preocupação com a interdisciplinaridade no currículo institucional da UFFS vem contribuir para com a discussão de um currículo que esteja à altura dos desafios da formação para a sociedade contemporânea. Nesta discussão, o Domínio Conexo de formação ocupa um lugar privilegiado: ele consiste num conjunto de componentes curriculares que se situam em espaço de interface de formação de vários cursos, sem que, no entanto, possam ser caracterizadas como exclusivos de um ou de outro. Tem como princípio a dimensão *inter* e *trans* disciplinar da formação, a partir dos diálogos entre saberes produzidos e articulados entre os cursos de um mesmo *Campus*. Não se trata de um



mero compartilhamento de disciplinas, mas representa um esforço no desenho de uma metodologia para a articulação próprias.

Nesta direção, o curso de Bacharelado em Administração Pública propõe conexão tanto com os bacharelados quanto com as licenciaturas do *Campus* Realeza, conforme explicitado na tabela abaixo:

DOMÍNIO CONEXO: EIXO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CR	HORAS	OFERTA ATUAL
GCH999	Políticas educacionais	4	60	Licenciaturas
GSA004	Fundamentos da Saúde pública	4	60	Bacharelados
GCB508	Legislação e Gestão ambiental	4	60	C. Biológicas
GEX907	Ciência, tecnologia e sociedade	4	60	Química
Total		16	240	

8.1.3 O Domínio Específico

Conforme o Regulamento da Graduação da UFFS (Resolução 4/2014/ CONSUNI/CGRAD/UFFS), o Domínio Específico de formação é estruturado a partir de componentes curriculares que correspondem à formação específica de cada curso. Assim, os componentes curriculares do Domínio Específico do curso de Administração Pública da UFFS voltam-se, de acordo com as definições já apontadas ao longo deste PPC, para a formação do administrador especializado no gerenciamento de instituições governamentais, sociais e cooperativas, bem como na elaboração e acompanhamento de políticas públicas nas diferentes esferas de governo. Nessa direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais, emanadas a partir do Parecer CNE/CES N° 266/2010

O curso de graduação em Administração Pública deve propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores comprometidos com o *ethos* democrático, tornando-os aptos a atuar como políticos, como administradores ou gestores públicos na administração pública federal, estadual ou municipal; como administradores de organizações e instituições não-estatais de caráter público, nacionais e internacionais; ou em quaisquer outras organizações orientadas pelo *ethos* público e para o bem público; como analistas de políticas públicas ou ainda prepará-los para a pesquisa e a investigação voltadas à área pública (Parecer CNE/CES N° 266/2010, p. 11).²³

Assim, considerando tanto o disposto no Regulamento da Graduação quanto nas DCNs, o curso de Bacharelado em Administração Pública do *Campus* Realeza definiu os seguintes componentes curriculares em sua matriz:

23 CNE. **Parecer CNE/CES n° 266/2010**. Acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração. Brasília, 2010.



DOMÍNIO ESPECÍFICO DE FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCS650	Fundamentos da administração pública	4	60
GCS651	Formação social brasileira	4	60
GCS652	Fundamentos de ciência política	4	60
GCS656	Instituições de direito público e privado	4	60
GCH1642	Desenvolvimento regional e poder local	4	60
GEX1006	Matemática financeira	4	60
GCS657	Direito constitucional	4	60
GCS658	Planejamento na administração pública	4	60
GCS659	Teoria do cooperativismo	4	60
GCS660	Direito administrativo	4	60
GCS661	Metodologias de avaliação de serviços públicos	4	60
GCS662	Administração de materiais na Administração Pública	4	60
GCS663	Licitação, contratos e convênios	4	60
GCS664	Finanças públicas	4	60
GCS665	Economia brasileira contemporânea	4	60
GCH1643	Direitos humanos	2	30
GCH1644	Extensão, universidade e sociedade	6	90
GCS666	Direito tributário	4	60
GCH1645	Políticas públicas e questão social	4	60
GCS667	Contabilidade pública e orçamento público	4	60
GCH1646	Laboratório de pesquisa e extensão: observatório de gestão municipal e do desenvolvimento regional do sudoeste do paraná	5	75
GCH1647	Análise de conjuntura	2	30
GCS668	Ética na administração pública	2	30
A definir	Optativa I	4	60
GCS669	Gestão de pessoas na administração pública	4	60
GCS670	Estágio curricular supervisionado I	10	150
GCS671	Trabalho de Conclusão de Curso I	3	45
GCS672	Auditoria e controladoria	4	60
GCS673	Laboratório de pesquisa e extensão: Incubadora de políticas públicas	5	75
GCS674	Estágio curricular supervisionado II	10	150
GCH1648	Pensamento político brasileiro	4	60
A definir	Optativa II	4	60
GCS675	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	60
Total		141	2115

8.1.4 A flexibilidade na organização curricular

A flexibilidade constitui um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS e se traduz pela oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos e de aplicá-la à oferta de componentes curriculares optativos, e às atividades complementares que integram o currículo dos cursos. Assim, no sentido de garantir que os acadêmicos se constituam como agentes da própria formação e possuam autonomia na construção de parte de seu currículo, foram pensados dois componentes curriculares optativos, com previsão de 60



horas cada, um na sétima e o outro na nona fase, totalizando 120 horas²⁴. A oferta desses componentes foi pensada de forma articulada com os demais cursos do *Campus*, a fim de favorecer o contato com questões conexas à formação do administrador público, bem como o intercâmbio de experiências entre os estudantes de formações distintas. O elenco dos CCRs optativos é o que segue:

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRED	HORAS	OFERTA ATUAL
GCA065	Administração em unidades de alimentação e nutrição	4	60	Nutrição
GCB501	Bioética	4	60	Ciências biológicas
GCS676	Desenvolvimento sustentável e urbanismo	4	60	Nova oferta
GCS010	Direitos e cidadania	4	60	Domínio Comum
GCS049	Economia rural e desenvolvimento sustentável	4	60	Med. Veterinária
GCA096	Extensão rural	2	30	Med. Veterinária
GCH996	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	4	60	Domínio Conexo
GCH1257	História e epistemologia da ciência	4	60	Química
GCB001	Introdução à ecologia	2	30	Medicina Veterinária
GCA065	Legislação e vigilância sanitária de alimentos	4	60	Nutrição
GLA217	Língua Brasileira de Sinais	4	60	Domínio Conexo
GLA329	Produção cultural	2	30	Letras
GCS677	Responsabilidade socioambiental	4	60	Nova oferta
GCH1083	Temas especiais em ciências sociais e Humanas	2	30	Nutrição
GCH1082	Temas especiais em educação I	2	30	Nutrição
GSA279	Temas especiais em educação II	3	45	Nutrição
GSA276	Temas especiais em saúde	3	45	Nutrição
GCH1649	Tópicos avançados em Desenvolvimento regional e territorial	4	60	Nova oferta
GCH1313	Tópicos contemporâneos em educação	4	60	Domínio Conexo
Total do elenco de CCRs optativos		66	990	

Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado Campus Realeza		Atividades					Total de Horas
		Aulas presenciais				Aulas na modalidade EAD	
Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	PCCr	Teórica	
GSA0329	Gestão de Unidades de alimentação e nutrição II	56				4	60
GCS0746	Economia e	45					45

²⁴ Na tabela de CCRs optativos, há CCRs com 30, 45 e 60 horas. A referência à carga horária de 120 horas, previstas entre os CCRs “Optativa 1” e “Optativa 2”, refere-se à carga horária que deve ser integralizada pelo estudante, podendo esta ser cursada em mais ou menos do que dois CCRs.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado <i>Campus Realeza</i>		Atividades					Total de Horas
		Aulas presenciais				Aulas na mo- dalidade EAD	
Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	PCCr	Teórica	
	Empreendedorismo Rural						
GCB480	Ecologia de Organismos, populações e interações.	45		5	10		60
GSA0321	Legislação e vigilância sanitária de alimentos	40		30		5	75
GLA107	Língua Brasileira de Sinais	60					60
GCH1692	Fundamentos Da Educação: Contribuições Da Sociologia, Da Antropologia E Da Filosofia Da Educação	22		8	20	10	60
GCH2007	Relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena	60					60
GCA0788	Extensão Rural	30					30
GCA0879	Introdução ao Direito Animal	30	30				60
GCA0888	Vigilância em Saúde (possui pré-requisito)	30	30				60
GCH1383	História e Epistemologia das Ciências	55			5		60
GCH1312	Educação Especial na Perspectiva da Inclusão	25			5		30
GCB496	Tópicos em Educação Ambiental	25	5	10	20		60
GCH1385	Educação de Jovens e Adultos	60					60
GCH1386	Sexualidade e Diversidade	60					60
GCH1387	Tópicos Especiais em Educação	60					60
GCH1000	Diversidade e Educação	60					60



Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado <i>Campus Realeza</i>		Atividades					Total de Horas
		Aulas presenciais				Aulas na mo- dalidade EAD	
Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	PCCr	Teórica	
	Inclusiva						
GCS589	Pensamento Político Brasileiro	15				15	30
GCH1253	Tópicos em Educação	15				15	30
GCH1254	Sexualidade e Diversidade	15				15	30
GEX934	Circulação e textualização de conhecimentos científicos e a divulgação da ciência	30					30
GCH1697	Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	22		8	20	10	60
GCH1699	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Relações Étnico-Raciais na Escola	22		8	20	10	60
GCH1199	Pensamento Político Brasileiro	30					30
GCH1200	Educação Especial na Perspectiva da Inclusão	30					30
GLA338	Felicidade: a ética no cuidado de si	30					30
GCS0882	Transformação Digital e Inovação no Setor Público	60					60
GCS0881	Temas Especiais em Políticas Públicas Socioambientais	60					60

Componentes curriculares optativos inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 2/CG APBB RE/UFFS/2025

8.2 OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES NO FORMATO SEMIPRESENCIAL

Ao longo de sua história a modalidade, Educação a Distância (EaD) desenvolveu diferentes e interessantes ferramentas que podem, certamente, ser adotadas pela educação presencial. Em vista disso, o MEC editou a Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que



prevê a oferta de carga horária na modalidade de EaD dos cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.²⁵ De forma complementar, no âmbito institucional, a Resolução N° 5/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2014 define a possibilidade de ofertar até 20% da carga horária do curso em atividades semipresenciais.

Considerando as condições de oferta do Curso de Graduação em Administração Pública, de modo especial, a composição do corpo docente responsável pela execução da proposta pedagógica, que integra a participação de docentes de outros *campi* da instituição e de outras instituições de ensino superior (conforme Acordo de Cooperação Técnica com o IFPR – *campi* Capanema e Barracão), a organização das atividades de ensino envolve a oferta de um conjunto de componentes com parte da carga horária em formato semipresencial, conforme listagem abaixo.

Tais componentes poderão oferecer até 2/3 (dois terços) da carga horária total prevista para o CCR em formato não presencial, ficando assegurada a destinação de uma carga horária mínima em formato presencial (nunca inferior a 20h), dedicada à organização dos trabalhos, à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, à oferta de atividades de recuperação de estudos e à sistematização e avaliação final dos trabalhos vinculados ao CCR, entre outros.

Nº	Componente Curricular	Fase	C.H CCR (h)	Limite de oferta C.H não pres. (h)
1	Fundamentos da Administração Pública	1ª	60	40h
2	Desenvolvimento Regional e Poder Local	2ª	60	25h
3	Planejamento na Administração Pública	3ª	60	25h
4	Teoria do Cooperativismo	3ª	60	25h
5	Metodologia de Avaliação de Serviços Públicos	4ª	60	25h
6	Administração de Materiais na Administração Pública	4ª	60	40h
7	Finanças públicas	5ª	60	40h
8	Economia Brasileira Contemporânea	5ª	60	40h
9	Contabilidade Pública e Orçamento Público	6ª	60	40h
10	Gestão de Pessoas na Administração Pública	7ª	60	40h
11	Auditoria e Controladoria	8ª	60	40h
TOTAL			660	380h

Em seu Plano de Ensino, a ser apreciado pelo Colegiado de Curso, o docente deverá explicitar o formato de organização, estratégias de ensino e acompanhamento das atividades

²⁵ A nova normativa anunciou modificações na Portaria nº 1.428 de 28 de dezembro de 2018, que estava em vigência até então: o limite de 40% da carga horária já era previsto pela Portaria nº 1.428, o que mudou com o novo decreto foi o fim da obrigatoriedade do credenciamento prévio da IES para oferta EAD, bem como o fim da necessidade de um Conceito Institucional (CI) com nota igual ou superior a 4 para poder desempenhar a nova modalidade em conformidade com o MEC. Também não é mais necessária a existência de um curso de graduação EAD com Conceito de Curso (CC) nota 4 e mesma denominação e grau de um curso presencial já ofertado pela IES.



não presenciais, priorizando as atividades remotas no formato “síncrono”, conforme caracterização e indicativo de carga horária que segue:

- a) Atividades síncronas: aquelas em que as atividades relacionadas à ministração e ao desenvolvimento da carga horária do CCR são realizadas por meio de ferramentas de comunicação virtual, em tempo real, que conferem interação entre professores e estudantes. Nos componentes semipresenciais, a carga horária de atividades síncronas deverá ser de, no mínimo, 3/4 (três quartos) da carga horária destinada ao formato não presencial do CCR.
- b) Atividades assíncronas - aquelas em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento da carga horária do CCR caracterizam-se pela não concomitância entre as tarefas realizadas pelos professores e as realizadas pelos estudantes. A carga horária de atividades assíncronas, quando utilizadas, deverá ser de, no máximo 1/4 da carga horária destinada ao formato não presencial do CCR.

Para atender a ambos os casos, serão utilizados os recursos institucionais disponíveis, assim como os que certamente surgirão no decorrer do tempo. Dentre os já disponíveis, menciona-se a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle-UFFS, que comporta diversas ferramentas como fórum de debates, chat, wiki, tarefas, entrega de trabalhos, avaliações, etc.) o sistema institucional de videoconferência e aulas (atualmente o Cisco® Webex), - assim como a biblioteca digital recentemente adquirida pela UFFS, entre outros. O curso dialogará continuamente com as práticas e programas de inovação no contexto educacional continuamente pensadas pela instituição, tais como a estruturação de ambientes que possibilitem a gravação, transmissão, edição e produção de conteúdos educacionais, a adaptação de algumas salas de aulas atuais para o oferecimento de aula em tempo real por telepresença, por exemplo).

A grande vantagem destas ferramentas está em potencializar o tempo e o espaço do processo formativo, possibilitando maior interatividade e autonomia do estudante, que deverá gerir seus estudos a fim de dar conta das atividades propostas por seus docentes. Além de administrar seu processo formativo, o estudante adquire novos conhecimentos e habilidades com os novos recursos tecnológicos disponíveis. Portanto, os recursos desta modalidade podem contribuir para que o aluno tenha oportunidades mais diversificadas de aprendizagem.

Sempre que houverem atividades ministradas no formato semipresencial, estas serão tutoradas pelo próprio docente do CCR.



8.3 ATENDIMENTO ÀS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

O Curso de Administração Pública atende ao disposto nas legislações específicas voltadas para a educação ambiental, para os direitos humanos e para a diversidade étnico-racial, além de outras legislações.

8.3.1 Educação ambiental

O Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores. Com relação ao disposto no Inciso I, o currículo proposto está voltado para a construção de um ambiente socialmente inclusivo e ecologicamente sustentável, objetivando a formação de um egresso capaz de articular as demandas sociais e ambientais nos processos de produção, execução e avaliação de políticas públicas e em processos de gestão social. Quanto ao Inciso II, a proposta curricular se efetiva por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma que os docentes vinculados ao seu desenvolvimento terão oportunidade de aprofundamento contínuo das temáticas ambientais.

A tabela que segue apresenta uma relação de componentes que dialogam mais diretamente com a temática ambiental, com a indicação de tópicos ementários e referenciais bibliográficos que oportunizam o desenvolvimento de análises, discussões e proposições voltadas para a questão ambiental.

CCRs que abordam a questão ambiental, com indicação de tópicos ementários e referenciais bibliográficos

Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com a temática
Legislação e Gestão ambiental (Obrigatório)	Conceito jurídico de meio ambiente. Princípios de direito ambiental. Tutela constitucional do meio ambiente. Tutela administrativa: Política e sistema nacional e estadual do meio ambiente. Cidadania e meio ambiente. Administração pública e meio ambiente. Gestão ambiental:	FIORILLO, C. A. P. <i>Curso de Direito Ambiental Brasileiro</i> . São Paulo: Saraiva, 2001. ROCCO, R. <i>Legislação brasileira do meio ambiente</i> . São Paulo: DP&A, 2002. SPAREMBERGER, R. F. L.; AUGUSTIN, S. (Org.). <i>Direito Ambiental & Bioética: Legislação, educação e cidadania</i> . Caxias do Sul: EDUCS, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com a temática
	Histórico, conceitos e princípios. O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. A proteção e o gerenciamento ambiental nas atividades econômicas. Gestão da Qualidade na Biologia. Produção Orgânica e agroecológica. Resíduos sólidos. Energias alternativas. A Produção Mais Limpa, Eco-design, ecoprofit. As causas e os efeitos dos atuais problemas ambientais. Licenciamento ambiental e EIA/RIMA. O papel da educação na gestão ambiental.	SPAREMBERGER, R. F. L.; PAVIANI, J. (Org.). <i>Homem, Natureza, Direito</i> : notas de estudo sobre Biodireito e Direito Ambiental. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.
Ciência, tecnologia e sociedade (Obrigatório)	Aspectos do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Argumentação e tomada de decisões científicas e tecnológicas a respeito da realidade local e global; A construção sócio-histórica da Ciência e Tecnologia	BAZZO, Walter Antonio. <i>Ciência, tecnologia e sociedade</i> : e o contexto da educação tecnológica. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2001. SANTOS, W.L.P. et al. <i>O enfoque CTS e Educação Ambiental</i> : possibilidade de “ambientalização” na sala de aula de Ciências. IN: SANTOS, W. L. P. MALDANER, O. A. (Orgs.) <i>Ensino de Química em Foco</i> . Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2010. p.131-157.
Meio ambiente, economia e sociedade (Obrigatório)	Organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia; Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo; Modelos produtivos e sustentabilidade; Experiências produtivas alternativas	ALTIERI, Miguel. <i>Agroecologia</i> : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). <i>Economia do meio ambiente</i> . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. ALIER, Jean Martinez. <i>Da economia ecológica ao ecologismo popular</i> . Blumenau: Edifurb, 2008. CAVALCANTI, C. (Org.). <i>Desenvolvimento e natureza</i> : estudos para uma sociedade sustentável. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
Responsabilidade socioambiental (Optativo)	Responsabilidade ambiental e gestão ambiental pública e privada. Sustentabilidade. A governança socioambiental. Ferramentas de gestão ambiental. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental. Gestão de resíduos, reciclagem e passivo ambiental. Normas ISO e NBR, ambiental e de responsabilidade social	NASCIMENTO, L. F; LEMOS, A.D.C; MELLO, M.C. <i>Gestão Socioambiental Estratégica</i> ; Porto Alegre: Bookman, 2014. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo (Ed.). <i>Saneamento, saúde e ambiente</i> : fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. 842 p. TACHIZAWA, T. <i>Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa</i> . São Paulo: Atlas, 2004.
Bioética (Optativo)	A bioética com ênfase em: biotecnologias, genética e direito. Ética ambiental. Importância da bioética no ensino e na pesquisa científica	COSTA, S.; DINIZ, D. <i>Ensaio: Bioética</i> . Brasiliense, 2006. MORIN, E. <i>Ciência com Consciência</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Revista da Sociedade Brasileira de Bioética. Disponível em: < http://www.sbbioetica.org.br >.



8.3.2 A Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos

A Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. E a Resolução Nº 01, de 30 de maio de 2012, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos termos do Parecer CNE/CP Nº 8/2012.

A proposta curricular do Curso de Administração Pública atende às exigências voltadas para a educação das relações étnico-raciais e para os direitos humanos. O Curso visa formar um egresso capaz de reconhecer a complexidade da formação econômica, social, política e cultural brasileira, atentando para sua historicidade e para os níveis de desigualdade emergentes, de forma que, no seu conjunto, as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão voltadas para a promoção de uma sociedade inclusiva e democrática.

Para além dessa orientação geral, o Curso oferece um conjunto de CCRs que dialogam diretamente com as temáticas em foco. Considerando as interfaces que se estabelecem entre as duas legislações, em termos teóricos e históricos, e atentando para a importância de sua articulação em termos propositivos, no campo político, cultural e educacional, optamos por apresentá-los de forma integrada, numa mesma tabela.

CCRs que contemplam a temática étnico-racial e dos direitos humanos, com indicação de tópicos ementários e referenciais bibliográficos que dialogam com as temáticas.

Componente	Tópicos ementários relacionados com as temáticas da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com as temáticas
Extensão, Universidade e Sociedade (Obrigatório)	Cultura; Direitos Humanos e Justiça	CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. <i>Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da articulação nacional de Extensão Popular</i> . São Paulo: Hucitec, 2013.
Formação social brasileira (Obrigatório)	A escravidão, o patriarcalismo, o coronelismo, o patrimonialismo na formação das instituições no Brasil	FLORESTAN, Fernando. <i>A integração do negro na sociedade de classes</i> . São Paulo: Editora Biblioteca Azul, 2013.
Fundamentos de Ciência Política (Obrigatório)	Sociedade, Estado, Governo e Direito. Democracia e Sociedade	RAWLS, John. <i>Uma teoria da justiça</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.
Desenvolvimento Regional e Poder local	Movimentos sociais. A relação comunidade, movimentos sociais e sociedade	ABREU, N.B; SCHOMMER, P. C. <i>Controle Social, um Árduo e Significativo Processo de Aprendizagem: a Experiência do Centro Cultural Escrava Anastácia</i> .



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Componente	Tópicos relacionados com as temáticas da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com as temáticas
(Obrigatório)		Revista NAU Social, v.7, n.12, p. 37-53, maio/nov. 2016. ARENDT, Hannah. <i>A Condição Humana</i> . 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997
Direitos humanos (Obrigatório)	Os direitos humanos na sociedade contemporânea. A problemática da definição de direitos humanos. Os direitos humanos como doutrina filosófica e ideário político da modernidade. Os direitos humanos no constitucionalismo contemporâneo. As políticas de defesa dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito.	AVELÂS NUNES, Antônio José. <i>Neoliberalismo e direitos humanos</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2003. COMPARATO, Fábio Konder. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i> . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
Políticas Públicas e Questão social (Obrigatório)	Exploração do trabalho e desigualdade social	ROCHA, Sonia. <i>Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?</i> Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. <i>Política Social: fundamentos e história</i> . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
Pensamento Político Brasileiro (Obrigatório)	O pensamento político na formação da literatura nacional. Desafios emergentes à reflexão política brasileira	IANNI, Octávio. <i>Pensamento social no Brasil</i> . São Paulo: EDUSC, 2004. FREYRE, Gilberto. <i>Casa Grande & Senzala</i> . 52. ed. São Paulo: Global, 2013. RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.). <i>Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro</i> . Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. CANDIDO, Antonio. <i>Formação da literatura brasileira</i> . 14 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.
Introdução ao pensamento social (Obrigatório)	Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.	LAPLANTINE, François. <i>Aprender antropologia</i> . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. GEERTZ, Clifford. <i>A interpretação das culturas</i> . Rio de Janeiro: LTC, 2008. LANDER, Edgardo (Org.). <i>A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais</i> . Buenos Aires: CLACSO, 2005.
Introdução à filosofia (Obrigatório)	Tópicos de Ética e de Epistemologia	SILVA, Márcio Bolda. <i>Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana</i> . São Paulo: Paulus, 1995. CANCLINI, Nestor García. <i>Culturas híbridas</i> . São Paulo: Editora da USP, 2000. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. <i>Ética</i> . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.
História da Fronteira Sul (Obrigatório)	Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente	LEITE, Ilka Boaventura (Org.). <i>Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade</i> . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. BARTH, Frederik. <i>Grupos étnicos e suas fronteiras</i> . In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. <i>Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth</i> . São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. LE GOFF, Jacques. <i>Memória e História. campinas</i> : Ed. Unicamp, 1994.
Políticas	As políticas públicas em	AZEVEDO, Janete M. Lins de. <i>A educação como</i>



Componente	Tópicos e mentários relacionados com as temáticas da legislação	Referências bibliográficas que dialogam com as temáticas
Educacionais (Obrigatório)	educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação.	política pública. 2. ed. amp. <i>campinas</i> : Autores Associados, 2001.

8.3.3 Demais legislações específicas

Segundo a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando garantir a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante, é obrigação da IES assegurar a acessibilidade, independente de instituição ser de origem pública ou privada.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, a UFFS conta com o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para os estudantes nessa condição. É importante informar que, em complemento a esse Núcleo local voltado à acessibilidade, no tocante aos servidores da Instituição, existe o Departamento de Qualidade de Vida no Trabalho, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que pode auxiliar no apoio a futuros servidores que sejam portadores do transtorno do espectro autista.

8.4 MATRIZ CURRICULAR

As próximas tabelas explicitam a organização da matriz curricular do curso de Administração no decurso de 9 fases, as quais totalizam 4,5 (quatro e meio) anos para integralização do curso. A coluna “forma de atendimento” indica a articulação dos domínios Comum e Conexo com os cursos de Letras, Física, Química e Nutrição, e os componentes do Domínio Específico sendo atendidos por docentes do *Campus* Realeza em parceria com docentes do IFPR/*Campus* Capanema. Complementarmente, outras parcerias podem vir a ser estabelecidas, como, por exemplo, oferta de CCRs por docentes de outros *campi* da UFFS. No entanto, cabe enfatizar que a viabilidade de oferta independe dessas possíveis parcerias complementares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



8.4.1 Detalhamento da Matriz Curricular

Curso de graduação em Administração Pública – Bacharelado <i>Campus Realeza</i>						Atividades*						Total de Horas	Pré-req.
						Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
						Teórica	Prática						
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos								
1ª fase	1	CM	GCH291	Introdução ao pensamento social	4	60						60	NSA
	2	CM	GEX208	Informática básica	4	60						60	NSA
	3	ES	GCS650	Fundamentos da administração pública	4	20		40				60	NSA
	4	ES	GCS651	Formação social brasileira	4	60						60	NSA
	5	ES	GCS652	Fundamentos de ciência política	4	60						60	NSA
Subtotal					20	260		40				300	
2ª fase	6	CM	GLA104	Produção textual acadêmica	4	60						60	NSA
	7	CM	GCH293	Introdução à filosofia	4	60						60	NSA
	8	CM	GEX210	Estatística básica	4	60						60	NSA
	9	ES	GCS656	Instituições de direito público e privado	4	60						60	NSA
	10	ES	GCH1642	Desenvolvimento regional e poder local	4	20		25		15		60	NSA
Subtotal					20	260		25		15		300	
3ª fase	11	CM	GCH290	Iniciação à prática científica	4	60						60	NSA
	12	ES	GEX1006	Matemática financeira	4	60						60	NSA
	13	ES	GCS657	Direito constitucional	4	60						60	NSA
	14	ES	GCS658	Planejamento na administração pública	4	20		25		15		60	NSA
	15	ES	GCS659	Teoria do cooperativismo	4	20		25		15		60	NSA
Subtotal					20	220		50		30		300	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Administração Pública – Bacharelado <i>Campus Realeza</i>						Atividades*						Total de Horas	Pré-req.
						Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
						Teórica	Prática						
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos								
4ª fase	16	CM	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4	60						60	NSA
	17	CX	GCH999	Políticas educacionais	4	60						60	NSA
	18	ES	GCS660	Direito administrativo	4	60						60	NSA
	19	ES	GCS661	Metodologias de avaliação de serviços públicos	4	20		25		15		60	NSA
	20	ES	GCS662	Administração de materiais na Administração Pública	4	20		40				60	NSA
Subtotal					20	220	0	65		15		300	
5ª fase	21	ES	GCS663	Licitação, contratos e convênios	4	60						60	NSA
	22	ES	GCS664	Finanças públicas	4	20		40				60	NSA
	23	ES	GCS665	Economia brasileira contemporânea	4	20		40				60	NSA
	24	ES	GCH1643	Direitos humanos	2	20				10		30	NSA
	25	ES	GCH1644	Extensão, universidade e sociedade	6					90		90	NSA
Subtotal					20	120		80		100		300	
6ª fase	26	CX	GEX907	Ciência, tecnologia e sociedade	4	60						60	NSA
	27	ES	GCS666	Direito tributário	4	60						60	NSA
	28	ES	GCH1645	Políticas públicas e questão social	4	45				15		60	NSA
	29	ES	GCS667	Contabilidade pública e orçamento público	4	20		40				60	NSA
	30	ES	GCH1646	Laboratório de pesquisa e extensão: observatório de gestão municipal e do desenvolvimento regional do sudoeste do Paraná	5					60	15	75	NSA
Subtotal					21	185		40		75	15	315	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Administração Pública – Bacharelado Campus Realeza						Atividades*						Total de Horas	Pré-req.
						Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
						Teórica	Prática						
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos								
7ª fase	31	ES	GCH1647	Análise de conjuntura	2	30						30	NSA
	32	ES	GCS668	Ética na administração pública	2	30						30	NSA
	33	ES	A definir	Optativa I	4	60						60	NSA
	34	ES	GCS669	Gestão de pessoas na administração pública	4	5		40		15		60	NSA
	35	ES	GCS670	Estágio Curricular Supervisionado I	10	30			120			150	NSA
Subtotal					22	155		40	120	15		330	
8ª fase	36	CX	GCB508	Legislação e gestão ambiental	4	60						60	NSA
	37	ES	GCS671	Trabalho de Conclusão de Curso I	3	30					15	45	NSA
	38	ES	GCS672	Auditoria e controladoria	4	20		40				60	NSA
	39	ES	GCS673	Laboratório de pesquisa e extensão: incubadora de políticas públicas	5					60	15	75	NSA
	40	ES	GCS674	Estágio Curricular Supervisionado II	10	30			120			150	35
Subtotal					26	140		40	120	60	30	390	
9ª fase	41	CM	GCH292	História da Fronteira Sul	4	60						60	NSA
	42	CX	GSA004	Fundamentos da saúde pública	4	60						60	NSA
	43	ES	GCH1648	Pensamento político brasileiro	4	60						60	NSA
	44	ES	A definir	Optativa II	4	60						60	NSA
	45	ES	GCS675	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	15					45	60	37
Subtotal					20	255					45	300	
Subtotal Geral					189	1815		380	240	310	90	2835	
Atividades curriculares complementares					14							210	
Total Geral					203	1815		380	240	310	90	3045	



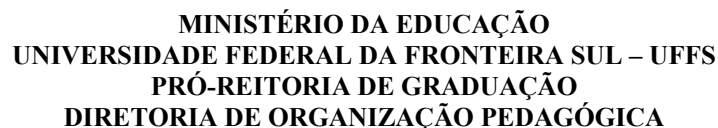
CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS

*NSA

8.4.2 Rol de componentes optativos:

Curso de graduação em Administração Pública – Bacharelado Campus Realeza				Atividades	Total de Horas
				Aulas presenciais	
				Teórica	
Nº	Código	Componente Curricular	Créditos		
46	GCS108	Administração em unidades de alimentação e nutrição	4	60	60
47	GCB501	Bioética	4	60	60
48	GCS676	Desenvolvimento sustentável e urbanismo	4	60	60
49	GCS010	Direitos e cidadania	4	60	60
50	GCS049	Economia rural e desenvolvimento sustentável	4	60	60
51	GCA096	Extensão rural	2	30	30
52	GCH996	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	4	60	60
53	GCH1257	História e epistemologia da ciência	4	60	60
54	GCB001	Introdução à ecologia	2	30	30
55	GCA065	Legislação e vigilância sanitária de alimentos	4	60	60
56	GLA217	Língua Brasileira de Sinais	4	60	60
57	GLA329	Produção cultural	2	30	30
58	GCS677	Responsabilidade socioambiental	4	60	60
59	GCH1083	Temas especiais em ciências sociais e humanas	2	30	30
60	GCH1082	Temas especiais em educação I	2	30	30
61	GSA279	Temas especiais em educação II	3	45	45
62	GSA276	Temas especiais em saúde	3	45	45
63	GCH1649	Tópicos avançados em desenvolvimento regional e territorial	4	60	60
64	GCH1313	Tópicos contemporâneos em educação	4	60	60





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**



8.5 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é uma prática educativa desenvolvida em articulação com o ambiente de trabalho, que objetiva proporcionar aprendizagens práticas e reflexivas vinculadas ao perfil de formação do curso, mediadas pedagogicamente. O Curso de Administração Pública, em conformidade com o Regulamento de Estágio da UFFS, concebe o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

Conforme o Regulamento de Estágios do Curso de Administração Pública (Anexo I), o Estágio Curricular Supervisionado envolve atividades de aprendizagem social, cultural, política e profissional numa situação real de trabalho no âmbito das organizações públicas estatais e não-estatais. As Unidades Concedentes de Estágio (UCE) são organizações públicas estatais e não-estatais, entidades empresariais de caráter público e entidades sem fins lucrativos, nos termos definidos pela Comissão Nacional de Classificação (IBGE, 2018)²⁶, localizadas na região de abrangência do *Campus Realeza*, no Estado do Paraná e na Região Sul do País, que estejam conveniadas junto à UFFS ou junto a agente integrador de estágio conveniado com a UFFS e ofereçam condições para a prática profissional em Administração Pública, em conformidade com os objetivos do estágio. Assim, o principal objetivo do estágio na Administração Pública é o de proporcionar ao estudante os instrumentos de preparação para a inserção no mundo do trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico.

Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Lei 11788/2008, o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFFS – *Campus Realeza* conta com uma carga horária de 300 horas (20 créditos), organizado em dois componentes curriculares obrigatórios de 150 horas cada e que procura propiciar ao estudante, a observação, participação e a reflexão sobre as atividades cotidianas realizadas nos campos

26 IBGE. **Tabela de Natureza Jurídica**. Comissão nacional de Classificação – Concla. CNAE – documentação. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>. Acesso em 14/04/2021.



de estágio. Estes componentes estão dispostos na matriz na sétima e oitava fases do Curso e observam, conforme o Regulamento, as seguintes atividades:

Art. 8º A organização dos CCRs do Estágio Curricular Supervisionado, em ambos os componentes (ECS-1 e ECS-2), envolve o desenvolvimento de atividades e a destinação de cargas horárias assim distribuídas:

I – 30 horas dedicadas às aulas presenciais organizadas conforme Plano de Ensino, devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso.

II – atividades desenvolvidas no campo de estágio, contemplando ao menos 60 horas.

III - atividades de estudo, leitura e análise bibliográfica requeridas para a elaboração do plano de estágio e do relatório final pelo estudante, contemplando ao menos 60 horas.

As demais atividades e regramentos do estágio curricular supervisionado do curso de Administração Pública encontram-se normatizadas no regulamento próprio, constante no já aludido Anexo I.

8.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A proposta de regramentos relativos à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentada no Anexo II deste PPC, sustenta a sua compreensão como atividade culminante do percurso formativo, vinculado ao perfil do egresso. O TCC é componente curricular obrigatório e que exige do acadêmico sua inferência na solução de problemas diagnosticados nas organizações e instituições públicas, estatais ou não. No curso de Administração Pública, ele é pensado como produto de um processo de investigação individual, que o acadêmico desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, sob a orientação de um professor designado pelo Colegiado de Curso, expresso na forma de trabalho monográfico.

Conforme é possível observar no Regulamento do TCC, no curso de Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza*, a atividade de TCC está organizada em dois momentos na matriz curricular: no oitavo e nono períodos. Com uma carga horária de 105 horas, equivalente a 7 créditos, o TCC está dividido entre dois componentes curriculares, sendo eles:

- a) TCC I: neste CCR, o estudante iniciará sua pesquisa, definirá a metodologia a ser adotada e dará início à redação do trabalho;
- b) TCC II: nesta etapa, o estudante fará a análise dos resultados de sua pesquisa, concluirá a redação e fará a defesa do trabalho.



A elaboração do TCC dará ao estudante a oportunidade de desenvolver um trabalho único, que mostra um conteúdo aprofundado, capaz de mostrar problemas e apresentar soluções, como também o desenvolvimento de novas abordagens, a fim de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da área estudada, da profissão escolhida e até mesmo ao país. Além do mais, o regulamento está estruturado de forma a pensar no desenvolvimento da atividade como ferramenta que estimula a necessidade do estudante pensar na continuidade de sua formação acadêmica, pela imersão na pesquisa indissociada do ensino e da extensão.

8.7 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

As Atividades Curriculares Complementares (ACCs) são atividades extracurriculares de cunho pedagógico, científico, cultural, político, humanístico e social realizadas pelos estudantes paralelamente à realização dos componentes curriculares e que serão contabilizadas para a integralização da matriz curricular do Curso. No curso de Administração Pública da UFFS, elas têm o objetivo de possibilitar ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão junto à comunidade.

As ACCs têm por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento aos componentes curriculares do Curso de Administração Pública, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. São atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular de forma interdisciplinar, visando uma formação integral e cidadã, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão junto à comunidade.

Conforme o Regulamento das ACCs do curso de Administração Pública (Anexo III), a carga horária mínima de ACCs a serem integralizadas compreende 210 horas, correspondentes a 14 créditos, podendo estas serem efetivadas nas modalidades presencial ou à distância, e devem corresponder a um dos quatro grupos regulamentados neste PCC: Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

A integralização das 210 horas deverá contemplar, obrigatoriamente, 100 horas em Extensão, haja vista garantir, no cômputo com os demais CCRs do curso, que 10% da matriz curricular seja composta de atividades extensionistas, atendendo o que estabelecem as



Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018)²⁷. As demais 110 horas poderão ser integralizadas a partir da combinação, em qualquer proporção, de atividades que integrem os demais grupos (Ensino, Pesquisa e Gestão), respeitando-se o limite de aproveitamento em cada grupo conforme tabela a seguir:

Grupos de ACCs e carga horária de aproveitamento

Modalidade	Descrição	Carga horária
Ensino	Participação em atividades de ensino ofertadas pela UFFS ou outras instituições	Até 60 horas
Pesquisa	Participação em atividades de pesquisa ofertadas pela UFFS ou outras instituições	Até 60 horas
Extensão	Participação em atividades de extensão ofertadas pela UFFS ou outras instituições	Obrigatoriamente 100 horas
Gestão	Atuação não remunerada em órgãos públicos ou privados sem fins lucrativos	Até 60 horas

²⁷ https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808



8.8 EMENTÁRIOS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias : construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson, 2010. SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice. Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação. 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate. São Paulo: Érica, 2010. MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador. Porto Alegre: Bookman, 1999. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. SCHECHTER, Renato. BROffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS650	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	04	60
EMENTA			
Diferenciação entre Administração Pública e Privada. A constituição do campo de conhecimento da administração pública: aspectos históricos, conceituais e teóricos. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Administração Pública. O caráter transdisciplinar da Administração Pública. A constituição da Administração Pública como área de atuação profissional. O conceito de “problema público”. A Administração Pública frente aos problemas constitutivos da sociedade brasileira.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir os princípios constitutivos da Administração Pública como campo do conhecimento e como área de atuação profissional, a partir de sua afirmação no contexto brasileiro.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
COELHO, Fernando de Souza. <i>Et. al.</i> O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). Administração: Ensino e Pesquisa . Rio de Janeiro v. 21 nº 3 p. 488–529 Set-Dez 2020. Disponível em: https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1897/409 . Acesso em: 11/06/2021.			
COSTIN, Cláudia. Administração Pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			
DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública . São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil . Rio de Janeiro: FGV, 2004.			
BRASIL. Resolução nº 4/2005-CNE/CES . Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AFFONSO, Ligia Maria Fonseca. Gestão social . Porto Alegre SER - SAGAH 2018			
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. AMBONI, Nério. Teoria geral da administração . 3. Rio de Janeiro GEN Atlas 2017.			
MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública . 5. Rio de Janeiro Atlas, 2018.			
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Introdução à administração: teoria e prática . São Paulo: Atlas, 2009.			
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo . São Paulo Atlas 2014.			
PAULA, Renato Francisco dos Santos (Org.). Gestão social e planejamento público: temas de políticas públicas . Curitiba: CRV, 2018.			
RIBEIRO, A.L. Teorias da Administração . São Paulo: Saraiva, 2003.			
ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas . São Paulo: Saraiva, 2005.			
SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos . 3. São Paulo Cengage Learning Brasil 2019.			
TENÓRIO, Fernando Guilherme (Coord.). Gestão social: metodologia e casos . Rio de Janeiro: FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS651	FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	04	60
EMENTA			
Questão agrária e urbana na formação do Brasil; a interpretação do Brasil moderno; a revolução burguesa no Brasil; a escravidão, o patriarcalismo, o coronelismo, o patrimonialismo na formação das instituições no Brasil.			
OBJETIVO			
Compreender de forma sucinta a história da formação da sociedade brasileira; entender as principais questões sociais, sob perspectiva histórica, que envolvem a participação política dos diferentes segmentos da sociedade brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FAORO, Raymundo. Os donos do poder (Formação do patronato político brasileiro). 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.			
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Editora Biblioteca Azul, 2013.			
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala . Editora Record, Rio de Janeiro, 1998			
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . 24 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991.			
PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.			
RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro . São Paulo: Cia das Letras, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 44-76.			
BATALHA, Claudio H. M. O movimento operário na Primeira República . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.			
CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi . São Paulo: Cia das Letras, 2005.			
DEL PIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil . São Paulo: Ed. Planeta, 2000.			
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Edusp, 1995.			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. O Brasil Republicano . Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.			
FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia , Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.			
GOMES, Angela Maria C. Cidadania e direitos do trabalho . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.			
MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS652	FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA	04	60
EMENTA			
Poder político, resistência e desobediência civil. Estado. Regimes políticos e Formas de governo. Elementos de teoria democrática. Ideologias políticas e partidos políticos. Eleições e sistemas eleitorais. Cultura política, comportamento político e opinião pública. Justiça e Justiça Social. Política, ética e Moral.			
OBJETIVO			
Fundamentar a compreensão dos principais temas da ciência e da teoria política contemporânea e suas relações com o processo de formação do administrador público.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política . São Paulo: Campus, 2000. DIAS, Reinaldo. Ciência política . 2. São Paulo: Atlas, 2013. SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política : Política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Vozes, 2006. SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais . 2. São Paulo: Grupo Almedina, 2018. WEBER, Max. Economia e sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, vol.1 e 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BOBBIO, Norberto. O terceiro ausente : ensaios e discursos sobre a paz e a guerra. São Paulo: Manole, 2009. BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Organização de Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2000. DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia . Brasília, DF: Editora UnB, 2001. GIANTURCO, Adriano. A ciência da política : uma introdução. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social : encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998. HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia : entre factibilidade e validade. Volume 01 e 02. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. LANDER, Edgardo (Ed.). A colonialidade do saber : eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. MOREIRA, Adriano. Ciência política . 6. São Paulo: Grupo Almedina, 2014. OLIVEIRA, Nythamar de. Rawls . Rio de Janeiro: Zahar, 2003. RAWLS, John. Uma teoria da justiça . São Paulo: Martins Fontes, 1997.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, <i>handout</i> , seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos : fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto : leitura e escrita. <i>campinas</i> : Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever : estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa : atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto : leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	04	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia : O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia : Uma Introdução por Disciplinas. Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo : a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. <i>campinas</i> : Papirus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean- Paul. Marxismo e existencialismo . In: __. Questão de método. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade : para um critério ético em perspectiva latino-americana. São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência Central. Medidas de dispersão. Análise de assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Conceituar e identificar os elementos básicos da Estatística, bem como organizar, representar e descrever um conjunto de dados por meio das medidas descritivas e da análise exploratória de dados. Definir números índices e suas aplicações, calcular os principais índices e fazer mudança de base. Distinguir entre sumarização de dados precários e antiética. Ressaltar resultados bons e ruins.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A.. Estatística Básica : 4 ed. São Paulo: Atual, 1993. FARIAS, A.A.; SOARES, J.F. & CÉSAR, C.C. Introdução à estatística . 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, [2003]. 340p. FONSECA, S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. Estatística Aplicada : 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985. TRIOLA, F. M. Introdução à Estatística : 7 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BISQUERRA, R.; SARRIERA, J.C. & MARTÍNEZ, F. Introdução à estatística : enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255p. DOWNING, D.; CLARK, J.. Estatística aplicada . São Paulo: Saraiva, 2002. LEVINE, David M. et. al. Estatística - Teoria e Aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 2008. SPIEGEL, Murray R. Estatística . São Paulo: Mc Graw – Hill.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS657	DIREITO CONSTITUCIONAL	04	60
EMENTA			
Teorias da Constituição. Constituição: natureza e tipos. A tradição constitucionalista da América Latina. Poder constituinte. Normas constitucionais: tipologias. Formação Constitucional do Brasil. Preâmbulo da Constituição. Princípios fundamentais da República brasileira. Federalismo e repartição de Competências. Federação brasileira. Princípio de organização dos poderes dos Estados Federados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção. Reforma constitucional no contexto atual.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos históricos e processuais da Constituição brasileira em suas relações com o constitucionalismo moderno.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AVRITZER, Leonardo (Et. Al.). O Constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos. São Paulo Autêntica 2017.			
BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.			
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Aspectos do direito constitucional contemporâneo. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.			
FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Curso de direito constitucional brasileiro. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2021.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HESSE, Konrad. Temas fundamentais do direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009.			
PINHO, Rodrigo César Rebello. Direito constitucional: da organização do Estado, dos poderes, e histórico das constituições. São Paulo: Saraiva, 2017.			
PINHO, Rodrigo César Rebello. Direito constitucional: teoria geral da constituição e direitos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2017.			
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 18. São Paulo: Saraiva, 2018.			
VOBKUHLE, Andreas. Defesa do Estado constitucional democrático em tempos de populismo. São Paulo Saraiva 2020.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1642	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PODER LOCAL	04	60
EMENTA			
Desenvolvimento comunitário (definições, evolução histórica). As teorias de desenvolvimento comunitário e local. Movimentos sociais. A relação comunidade, movimentos sociais e sociedade. O poder local. Os processos de desenvolvimento comunitário. Metodologias de fomento e articulação da participação política. Experiências em: gestão pública e desenvolvimento comunitário; gestão pública e poder local.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir o desenvolvimento comunitário e local a partir de distintas abordagens teóricas, atentando para os aspectos históricos e para as experiências em gestão pública e suas articulações com o contexto local.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARNS, Paulo Cesar. Governança democrática e desenvolvimento territorial : avanços e limites das iniciativas brasileiras. Disponível em: http://www.iadh.org.br . Acesso em 07/07/2021. Recurso <i>online</i> . KON, Anita. BORELLI, Elizabeth. (Orgs.). Arranjos institucionais, cooperação e desenvolvimento . Ijuí: Unijuí, 2019. MIKLOS, Jorge. Cultura e desenvolvimento local : ética e comunicação comunitária. São Paulo: Erica, 2014. PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. SCHOMMER, Paula Chies. Desenvolvimento local : reconfiguração de papéis e governança para a coprodução do bem público. In: Ecossistema do desenvolvimento local no Brasil: diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. São Paulo: ICE, GIFE, IBRF, FGV, 2013. Pg. 20-31. Disponível em: http://gife.issuelab.org . Acesso em 07/07/2021. Recurso on-line.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABREU, Natália Berns; SCHOMMER, Paula Chies. Controle Social, um Árduo e Significativo Processo de Aprendizagem : a Experiência do Centro Cultural Escrava Anastácia. Revista NAU Social, v.7, n.12, p. 37-53, maio/nov. 2016. ARENDT, Hannah. A Condição Humana . 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. BERNARDES, Marciele Berger. Democracia na sociedade informacional : o desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros. São Paulo Saraiva 2013. GONÇALVES, Reinaldo. Desenvolvimento às Avessas : Verdade, Má-fé e Ilusão no Atual Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013. IANI, Ronaldo. Cooperação e conflito : instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2011. KON, Anita. BORELLI, Elizabeth. (Orgs.). Aportes ao desenvolvimento da economia brasileira . São Paulo: Blucher, 2015. LAZZARI, Artur; MAZZARINO, Jane TURATTI, Luciana. Comunidade : a busca de um conceito. Revista Espacios , Vol. 38, Nº 03, 2017. Disponível em: http://www.revistaespacios.com/a17v38n03/a17v38n03p04.pdf . Acesso em: 07/07/2021. SANDEL, Michael J. Justiça : o que é fazer a coisa certa? [trad. 6 ed. de Heloísa Matias e			



Maria Alice Máximo]. 6 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WALZER, Michael. **Esferas da Justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz . In: _____. Educação e emancipação. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAU, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade . In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX1006	MATEMÁTICA FINANCEIRA	04	60
EMENTA			
Matemática Financeira. Razões e proporções. Porcentagem. Atualização monetária. Taxa de crescimento. Juros simples e compostos. Taxas. Desconto. Sistema de Amortização. Avaliação de fluxo de caixa. Calculadora Financeira.			
OBJETIVO			
Proporcionar o conhecimento básico de matemática aplicada à área financeira para auxiliar o acadêmico na compreensão de dados financeiros.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações .14. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.			
DALZOT, Wili Dal. Matemática financeira: fundamentos e aplicações . Porto Alegre: Bookman, 2015.			
IEZZI, Gelson et al. Fundamentos de matemática elementar . 7. ed. São Paulo, SP: Atual, 2004-2013. 11 v.			
LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira . 2. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2013.			
NASCIMENTO, Marco Aurélio. Introdução à matemática financeira . São Paulo: Saraiva, 2007.			
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira: edição compacta . 3. São Paulo: Atlas, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Jarbas Thaunahy Santos de. Matemática financeira . Rio de Janeiro: LTC, 2016.			
BRUNI, Adriano Leal. Introdução à matemática financeira . Rio de Janeiro: Atlas, 2018.			
HAZZAN, Samuel. Matemática financeira . 7. São Paulo: Saraiva, 2014.			
HAZZAN, Samuel. POMPEU, José Nicolau. Matemática Financeira . 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
HOJI, Masakazu. Matemática financeira: didática, objetiva e prática . São Paulo: Atlas, 2016.			
LAPPONI, Juan Carlos. Modelagem financeira com Excel . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003. 361 p.			
CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: método algébrico, HP-12C e Microsoft Excel® . 4. São Paulo Cengage Learning 2015.			
VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS656	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	04	60
EMENTA			
O patrimonialismo na formação da sociedade brasileira. Noções gerais de Direito Público e Privado. Princípios e normas do direito Público e Privado brasileiro. Aspectos teóricos e práticos do Direito Público relacionados à Administração Pública no contexto nacional e internacional, com destaque à esfera municipal.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos teóricos e práticos do direito relacionados à administração pública no contexto atual, a partir das relações entre o público e o privado na cultura e na legislação brasileira, com destaque à esfera municipal.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro . 10. ed. São Paulo: Globo, 1995.			
FERNANDES, Luciana Cordeiro de Souza. Instituições de direito: desmistificando o direito público, privado e difuso . São Paulo: Saraiva, 2019.			
GRILLO, Marcelo Gomes Franco. Instituições de direito público e privado . Rio de Janeiro: Atlas, 2019.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Instituições de direito público e privado . Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
REALE, Miguel. Questões de direito público . São Paulo Saraiva 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo . 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. 1151 p.			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier <i>Campus</i> , 2004.			
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . 17. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2018. 1760 p.			
DOWER, Nelson Godoy Bassil Org.). Instituições de direito público e privado . São Paulo: Saraiva, 2017.			
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2011. (Volumes I a VII)			
MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro . 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral, parte especial . 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1151 p.			
SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 279 p.			
TEIXEIRA, Carla Noura. Manual de direito internacional público e privado: inclui direitos humanos . 5. São Paulo Saraiva 2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS658	PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	04	60
EMENTA			
Teorias e modelos de planejamento público: abordagem crítica dos modelos de planejamento. O pensamento estratégico aplicado às organizações públicas. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público. Etapas do processo de planejamento. Problemas públicos e ferramentas tecnológicas para o planejamento. Governança pública e processos de desenvolvimento territorial.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir concepções, ferramentas e processos de planejamento público e suas contribuições para o desenvolvimento regional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, June Alisson Westarb. Planejamento e orçamento na administração pública. 2. ed. Curitiba, PR: IBPEX, 2010. BUARQUE, Sérgio C. Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável - Metodologia de planejamento. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.180 p. CARDOSO JR, José Celso. A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil . V. 4, Diálogos para o Desenvolvimento, IPEA, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3182/1 . Acesso em: 1/06/2021. GHEDINI, Cecília Maria; BERTÉ, Rosane (Org.). Planejamento coletivo interdisciplinar e instrumental metodológico . Francisco Beltrão: Unioeste, 2018. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo . São Paulo Atlas 2014 (ebook). TEIXEIRA, Helio Janny. Remodelando a gestão pública: uma revisão dos princípios e sistemas de planejamento, controle e avaliação de desempenho . São Paulo: Blucher, 1994.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CARDOSO JR, José Celso (Org.) Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa: elementos para o pensar e o agir . Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160530_livro_planejamento_brasil_sec_xxi.pdf . Acesso em: 11/06/2021. FETZNER, M. A., OLTRAMARI, A. P., & Olea, P. M. Gestão do desempenho na administração pública: o caso da TI governo . Revista De Administração Contemporânea, 14(5), 968-982. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000500014 . Acesso em: 28/06/2021 KANAANE, Roberto. FIEL FILHO, Alécio. FERREIRA, Maria das Graças. Gestão pública planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas . São Paulo: Atlas, 2012. (E-book). LUZ, Cláudio Luiz Melo da. Cortaram o orçamento: Implementando novas > estratégias na visão de dirigentes do <i>Campus</i> de um Instituto Federal. GV Casos –Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, v. 4, > n. 2,2014. MATIAS PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea . 4 ed. Ed. Atlas, São Paulo, 2012. RANDOLPH, Rainer; SIQUEIRA, Hipólita; OLIVEIRA, Alberto de, (Org.). Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemáticas e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 324 p WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS659	TEORIA DO COOPERATIVISMO	4	60
EMENTA			
Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo: lições, desafios e significado socioeconômico. A emergência da economia solidária. Experiências históricas e contemporâneas. Potencialidades e limites da Economia solidária. Atividade de extensão realizada junto às cooperativas da região.			
OBJETIVO			
Apresentar a evolução histórica do movimento cooperativista brasileiro e suas especificidades regionais bem como a fundamentação teórica da educação cooperativista, abordando a teoria e a prática e os seus desafios.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BÜTTENBENDER, Pedro Luís (Org.). Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Unijuí, 2011. POLONIO, Wilson Alves. Manual das sociedades cooperativas. 4. São Paulo: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 7. São Paulo: Atlas, 2015. ZDANOWICZ, José Eduardo. Gestão financeira para cooperativas: enfoques contábil e gerencial. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FÍGARO, Roseli. Gestão da Comunicação: no mundo do trabalho, terceiro setor e cooperativismo. São Paulo: Atlas, 2005. (Ebook disponível na BU da UFFS). FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v. 12, n.1, p. 9-19, junho 2002. GEORGES, I.; LEITE, M. P. (Orgs.) Novas configurações do trabalho e Economia Solidária. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009. MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. As sociedades cooperativas e o regime jurídico concursal: a recuperação de empresas e falências, insolvência civil e liquidação extrajudicial e a empresa cooperativa. São Paulo Grupo Almedina 2015. MATOS, M. I. S. de. Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Mck Pesquisa e Cultura Acadêmica, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	4	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998. ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004. BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2003. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI . Revista Estudos Avançados, USP, v. 21, n. 59, 2007. SANTOS, Milton. 1992: A redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992. VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p. FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986. IANNI, O. Estado e capitalismo . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática . Crítica Marxista, São			



Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH999	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	04	60
EMENTA			
A educação numa perspectiva política. Análise das políticas e gestão de processos educacionais na crise do Estado, da cultura e da sociedade contemporânea. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. Legislação educacional. As políticas públicas em educação na pesquisa educacional contemporânea.			
OBJETIVOS			
Discutir a educação como política pública e seu desenvolvimento no âmbito da Educação Básica, buscando identificar os processos e as relações do ordenamento legal, da gestão democrática e no controle público e social da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 2. ed. amp. <i>Campinas</i> : Autores Associados, 2001.			
COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil : dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI : reformas em debate. <i>Campinas</i> : Autores Associados, 2000.			
OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; DUARTE, Marisa R. T. Duarte (Org.). Política e trabalho na escola : administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil : Introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.			
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARNOY, Martin; CASTRO, Cláudio Moura. Como anda a reforma educativa na América Latina . Rio de Janeiro: FGV, 1997.			
COSTA, V. et al. Descentralização da Educação : novas formas de Coordenação e Financiamento. São Paulo: Cortez, 1999.			
DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e o Orçamento da Educação : desvendando a caixa preta. <i>Campinas</i> : Autores Associados, 1999.			
FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988 . <i>Campinas</i> : Autores Associados, 1996.			
GENTILE, P.; SILVA, Tomaz T. Neoliberalismo, qualidade total e educação : visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.			
SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação . <i>Campinas</i> : Autores Associados, 1997.			
_____. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação : por uma outra política Educacional. <i>Campinas</i> : Autores Associados, 1999.			
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
XAVIER, Maria E. Sampaio Prado. Capitalismo e escola no Brasil . <i>Campinas</i> : Papirus, 1990.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS660	DIREITO ADMINISTRATIVO	04	60
EMENTA			
Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atos administrativos. Processo administrativo e responsabilidade do Estado. Agentes Públicos e Serviço público. Concessões de Serviço Público. Responsabilidade Civil e crimes contra a administração pública. Controle administrativo, social e judicial da administração.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos teóricos, princípios e ordenamentos jurídicos da Administração Pública a partir do enfoque do Direito Administrativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERWIG, Aldemir. Direito administrativo . Ijuí: Unijuí, 2019. CONRADO, Regis da Silva. Serviços públicos à brasileira: fundamentos jurídicos, definição e aplicação . São Paulo Saraiva 2013. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo . Rio de Janeiro: Atlas, 2017. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Princípios do direito administrativo . 2. Rio de Janeiro Método 2013. ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo, partes 1 e 2 . 15. São Paulo Saraiva 2018. SCHIRATO, Vitor Rhein. As empresas estatais no direito administrativo atual . São Paulo Saraiva 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo . 8. São Paulo Saraiva 2018. COUTO, Reinaldo. Curso de direito administrativo . 4. São Paulo Saraiva 2019. CRETILLA JÚNIOR, José. O desvio de poder na administração pública . 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 293p. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 34. Rio de Janeiro Forense 2021. HORVATH, Miriam Vasconcelos Fiaux. Direito administrativo . São Paulo Manole 2011. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo . 16. Rio de Janeiro: Forense, 2014. NOHARA, Irene Patrícia. Direito administrativo . 10. Rio de Janeiro Atlas 2020. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo . 8. Rio de Janeiro Método 2020. SADDY, André. Silêncio administrativo no direito brasileiro . Rio de Janeiro Forense 2013. SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo . 3. São Paulo Saraiva 2020.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS661	METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	4	60
EMENTA			
Políticas públicas e serviços públicos: diferenças conceituais; <i>Accountability</i> e transparência na gestão pública; Fundamentos conceituais e modelos analíticos para a avaliação de serviços públicos estatais; Indicadores de monitoramento e avaliação. Metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação de serviços públicos; Instrumentos participativos na avaliação de serviços públicos: Ouvidorias e outros mecanismos; Governo eletrônico (E-Gov).			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos teóricos e metodológicos da avaliação do serviço público e sua importância e aplicação como ferramenta de gestão pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANO, Ignácio. Introdução à avaliação de programas sociais . 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.			
COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos . Rev. Adm. Pública, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003. Disponível em: http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Costa_castanha.pdf . Acesso em: 02/07/2021.			
DIAS, Reinaldo. Gestão pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização . Rio de Janeiro: Atlas, 2017.			
FRANCO, Ernesto Cohen Rolando. Avaliação de projetos sociais . São Paulo: Vozes, 2000.			
JANNUZZI, P. M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas . Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.			
RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate . São Paulo: Cortez, 1998.			
SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções . São Paulo: Cengage, 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AZEVEDO, Sergio de. ANASTASIA, Fátima. Governança, “Accountability” e Responsividade . Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), pp. 82-100, janeiro-março/2002. Disponível em: Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), pp. 82-100, janeiro-março/2002. Acesso em> 02/07/2021.			
CARVALHO, M. C. Avaliação Participativa – uma escolha metodológica . In: Rico, E. M. (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez. p. 87-94. 1998.			
COHEN, Ernesto, e Rolando Franco. Avaliação de projetos sociais . Petrópolis: Vozes. 1993.			
CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiência no Brasil . Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298 . Acesso em 02/07/2021.			
FARIA, Carlos Aurélio. A política da avaliação de Políticas Públicas. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais , vol. 20, n. 59, p. 97- 109, out. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt .			



Acesso em 02/07/2021.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística**. 10^a ed. Rio de Janeiro: LTC. 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS662	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de Administração Patrimonial e de Materiais. Gestão de estoques. Armazenamento de Materiais. Logística e distribuição. Cadeias de valor e sistemas de abastecimento. Reaprovisionamento, qualidade, preço e compras. Licitações: estratégias e processos. Experiências e alternativas de compras no setor público. A administração do patrimônio: princípios de contabilização do imobilizado, inventário e auditorias.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos gerais vinculados à administração de materiais na gestão pública, atentando para os aspectos conceituais e procedimentais vinculados aos processos de planejamento, compras, movimentação, estoque, distribuição e administração do patrimônio.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.			
CHING, H. Y. Gestão de Estoques na Cadeia Logística Integrada . São Paulo: Atlas, 2001.			
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . São Paulo, SP: Saraiva, 2000.			
PIRES, Sílvio R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos - Supply chain management . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução . São Paulo, SP: Atlas, 1999.			
BALLOU, Ronald. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física . São Paulo: Atlas, 2010.			
BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos . São Paulo Atlas, 2001.			
CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gerenciamento da cadeia de suprimentos . São Paulo: Prentice Hall, 2006.			
FRANCISCHINI, Paulino G. Administração de materiais e do patrimônio . São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.			
HONG, Yuh Ching. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: supply chain . 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.			
POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.			
RITZMAN, Larry; KRAJEWSKI, Lee J. Administração da produção e operações . São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático . São Paulo, Atlas, 2010.			
WANKE, Peter. Gestão de estoques na cadeia de suprimento . 2. ed. São Paulo: Atlas 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS663	LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS	04	60
EMENTA			
Licitação: normas gerais, definição do objeto, dispensa e inexigibilidade, modalidades e procedimentos, sanções administrativas e penais. Contrato administrativo: conceito, modalidades e procedimentos, execução, equilíbrio financeiro, penalidades contratuais, extinção, rescisão. Convênios e cooperação: normas gerais, definição do objeto, modalidades e procedimentos. Consórcios públicos. Parcerias Público-Privadas. Contratações públicas e desenvolvimento regional.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir princípios constitucionais e normas jurídicas que orientam os processos de licitação e a celebração de contratos e convênios vinculados à gestão pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARCELLOS, Bruno Maldonado. Licitações e contratos . Porto Alegre: SER-SAGAH, 2017. BITENCOURT, Cezar Roberto. Direito penal das licitações . São Paulo: Saraiva, 2012. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Consórcios públicos : Lei nº 11.107, de 06.04.2005, e decreto nº 6.017, de 17.01.2007. 2. São Paulo Atlas 2013. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos : teoria e prática. 9. Rio de Janeiro: Método, 2020.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CALASANS JUNIOR, José. Manual da licitação : orientação prática para o processamento de licitações, com roteiros de procedimento, modelos de carta-convite e de editais, de atas de sessões públicas e de relatórios de julgamento de propostas. 2. São Paulo: Atlas, 2015. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . São Paulo, Atlas, 2009. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . São Paulo: Saraiva, 2008. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 40. Ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2014. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2009. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos : Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Grupo Gen, 2015. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Nova Lei de Licitações e contratos administrativos comparada e comentada : Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS664	FINANÇAS PÚBLICAS	04	60
EMENTA			
Fundamentos e legislação das finanças públicas. Política fiscal e atividade econômica. Tributação e gasto público. Transparência fiscal. Financiamento do setor público, <i>déficit</i> e dívida pública. Planejamento e estrutura financeira. Custos públicos. Déficit e dívida pública. Indicadores de gestão e de sustentabilidade fiscal. Fluxos financeiros e a coprodução do bem público. Reforma tributária e federalismo. Finanças públicas e política fiscal nos estados e municípios.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir os fundamentos das finanças públicas e suas aplicações no contexto da Administração pública, com destaque para as questões locais e regionais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária : matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xxii, 583 p.			
ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti (Autor). Curso de administração financeira . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, c2011. xvii, 836 p.			
ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 716 p.			
BRAGA, Roberto Silveira. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo, SP: Atlas, 1989. 408 p.			
SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Decisões financeiras e análise de investimentos : fundamentos, técnicas e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 178 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços : um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 320 p.			
CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos : matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 468p.			
GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, c2010. xxiii, 775 p.			
LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; RIGO, Cláudio Miessa. Administração financeira : princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 3. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. xx, 603 p.			
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira : objetiva e aplicada. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 501 p.			
SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Matemática financeira : fundamentos, conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2000. 117 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS665	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	04	60
EMENTA			
Elementos de teoria macroeconômica. A formação econômica do Brasil à luz das principais escolas de pensamento econômico. As transformações da economia brasileira no século XX; Política fiscal e gastos públicos; Inflação e Política Monetária; Globalização e política externa; A questão da Pobreza e as Políticas de emprego e distribuição de renda. O <i>Welfare State</i> no Brasil: dilemas e perspectivas.			
OBJETIVO			
Estimular o estudante à percepção e ao interesse pelos problemas econômicos contemporâneos a partir da familiarização com os principais aspectos da formação econômica do Brasil e com as principais dimensões da análise macroeconômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIAMBIAGI, Fabio. [et. al.]. Economia brasileira contemporânea: 1945-2015. 3ª Reimpressão. Rio de Janeiro GEN Atlas 2016. GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea. 8. Ed. Rio de Janeiro: Atlas 2016. LACERDA, Antônio Corrêa de. Economia brasileira. 6. São Paulo Saraiva 2018. LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. 5. Rio de Janeiro Atlas 2016. MARIANO, Jefferson. Introdução à economia brasileira. 2. São Paulo Saraiva 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MARQUES, Rosa Maria. O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea. São Paulo Saraiva 2009. NEVES, Cesar das. Econometria e séries temporais com aplicações à dados da economia brasileira. Rio de Janeiro LTC 2014 PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. PIRES, Marcos Cordeiro. Economia brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo Saraiva 2010. SAMUELSON, Paul A. Economia. 19. Porto Alegre: AMGH, 2012. TEBCHIRANI, Flávio Ribas. Princípios de economia: micro e macro. Curitiba: Intersaberes, 2012. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de economia. 6. São Paulo Saraiva 2018.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1643	DIREITOS HUMANOS	2	30
EMENTA			
Os direitos humanos na sociedade contemporânea. A problemática da definição de direitos humanos. Os direitos humanos como doutrina filosófica e ideário político da modernidade. A fundamentação dos direitos humanos. Os direitos humanos no constitucionalismo contemporâneo. Os direitos humanos e o neoliberalismo. As políticas de defesa dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito. Demandas por reconhecimento: a questão racial, de gênero, da criança e do adolescente, do deficiente, entre outras.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir os princípios filosóficos e jurídicos que fundamentam os direitos humanos no contexto da modernidade, seus embates contemporâneos e suas implicações no estado de direito democrático e nas políticas públicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1992. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais . São Paulo: Manole, 2005. MIRANDA, Nilmário de. Por que direitos humanos . São Paulo Autêntica 2007. MONDAINI, Marco. Direitos humanos: breve história de uma grande utopia . São Paulo: Grupo Almedina, 2020. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o internacional . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Guilherme Assis de. Direitos humanos e não-violência . 2. São Paulo Atlas 2015. AVELÃS NUNES, António José. Neoliberalismo e direitos humanos . Rio de Janeiro: Renovar, 2003. BALDI, César Augusto (Org.) Direitos humanos na sociedade cosmopolita . Rio de Janeiro: Renovar, 2004. BIELEFELDT, Heiner. Filosofia dos direitos humanos . Tradução de Danrwart Bernsmüller. São Leopoldo: Unisinos, 2000. CAMPOS, Germán y Bidart. Teoría general de los derechos humanos . México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989. MIRANDOLA, Giovanni Pico Della. Discurso sobre a dignidade do homem : edição bilingue. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018. PIOVESAN, Flávia. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos . Rio de Janeiro Forense 2019. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano . 9. São Paulo Saraiva 2018. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais . 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. WEYNE, Bruno Cunha. O princípio da dignidade humana: reflexões a partir da filosofia de Kant . São Paulo Saraiva 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1644	EXTENSÃO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE ²⁸	06	90
EMENTA			
Concepções teóricas sobre extensão universitária. Ligação da extensão com as atividades de pesquisa e ensino na formação do discente. Concepção, prática, acompanhamento, sistematização e avaliação das atividades de extensão na área de Administração Pública. Elaboração, submissão e execução de atividade de extensão, no formato de programa, projeto, curso, evento, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos na área de Administração Pública. ou nos seguintes eixos temáticos: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; Educação; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho, que integram o Plano Nacional de Extensão.			
OBJETIVO			
Introduzir o estudante nas atividades de extensão universitária, amparado nos princípios institucionais e em associação com os eixos temáticos da extensão que fazem interface com a gestão pública e social, para desenvolver ações no contexto local e regional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DA SILVA, Wagner Pires. Extensão Universitária: um conceito em construção. Revista Extensão & Sociedade Edição 2020.2. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade . Acesso em: 01/02/2021.			
DE PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Revista Interfaces. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces . Acesso em: 07/07/2021.			
GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Disponível em: paulofreire.org . Acesso em: 07/07/2021.			
NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001. Disponível em: < http://escritorio-piloto.org/sites/default/files/documentos/Nogueira,%20Maria%20das%20Dores.%20Extens%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria%20no%20Brasil%20-%20uma%20revis%C3%A3o%20conceitual.pdf > . Acesso em: 07/07/2021.			
REZER, Ricardo. Horizontes para pensar a universidade comunitária no contemporâneo. Ijuí: Unijuí, 2018.			
SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, N. A universidade do século XXI: Para uma universidade nova. Coimbra: Editora Almedina. 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BATISTA, Zenilde Nunes. KERBAUYA, Maria Teresa Micely. Gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do ensino superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set., 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br . Acesso em: 07/07/2021.			
BOTOMÉ, S. P. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora Universidade de Caxias do Sul, 1996. 248 p.			
CALGARO NETO, Silvio. Extensão e Universidade. A construção de transições			

28 As atividades práticas deste CCR poderão ser desenvolvidas junto aos Laboratórios: “Incubadora de Políticas Públicas” e “Observatório de Gestão Municipal e do Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná”.



paradigmáticas por meio de realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. **A extensão universitária no Brasil**, do assistencialismo à sustentabilidade. Revista de Educação, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/reduc/article/view/207/205>.

CHRISTENSEN, Clayton M. **A universidade inovadora**: mudando o dna do ensino superior de fora para dentro. 1. Porto Alegre: Bookman, 2013.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Educação Popular na Universidade**: reflexões e vivências da articulação nacional de Extensão Popular. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINS, L. M. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. São Paulo: Unesp, 2012.

NOGUEIRA, M. D. P.. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira. CRUZ SILVA, Maria Batista da. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade**. Revista Mal-Estar e Sociedade - Ano IV - n. 7 - Barbacena - julho/dezembro 2011. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar>. Acesso em: 20/10/2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX907	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Aspectos do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Argumentação e tomada de decisão sobre decisões científicas e tecnológicas a respeito da realidade local e global; A construção sócio-histórica da Ciência e Tecnologia; Implicações do enfoque CTS no ensino de Ciências e ensino de Química no espaço-tempo da sala de aula tanto na escola da Educação Básica quanto na Universidade; Escrita, leitura, argumentação, diálogo e tomada de decisão a respeito de aspectos concernentes ao enfoque CTS.			
OBJETIVO			
Compreender os aspectos concernentes ao enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no espaço-tempo da sala de aula de Química, bem como problematizar, tomar decisões e argumentar sobre problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais tanto locais quanto globais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AULER, Décio. Enfoque ciência-tecnologia-sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. <i>Ciência & Ensino</i> , v. 1, n. especial, p. 1-20, 2007. BAZZO, Walter Antonio. Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação tecnológica. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2001. SANTOS, Wildson Luiz Pereira; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Educação em química: um compromisso com a cidadania. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003. SANTOS, W.L.P.; GALIAZZI, M.C.; PINHEIRO JR, E.M.; SOUZA, M.L. & PORTUGAL, S. O enfoque CTS e Educação Ambiental: possibilidade de “ambientalização” na sala de aula de Ciências. IN: SANTOS, W.L.P. & MALDANER, O.A. (Orgs.) Ensino de Química em Foco . Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2010. p.131-157.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Ministério da Educação. MEC/PCNS+. Parâmetros curriculares nacionais mais para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2002. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: uma breve história do amanhã. Editora Companhia das Letras, 2016. HARARI, Yuval Noah. Uma breve história da humanidade. Sapiens. Porto Alegre: L&PM, 2015. REBELO, I. S.; MARTINS, I.P. & PEDROSA, M.A. Formação contínua de professores para uma orientação CTS do Ensino de Química: um estudo de caso. <i>Química Nova na Escola</i> . n.27, fevereiro 2008. p.30-33. SANTOS, Wildson Luis Pereira. Contextualização no ensino de Ciências por meio de temas CTS em uma perspectiva crítica. <i>Ciência & Ensino</i> . vol.1, número especial, 2007. 12pp. SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MOL, G. S.; SILVA, Roberto Ribeiro da; CASTRO, Eliane Nilvana F de; SILVA, G.; SANTOS, Sandra Maria de Oliveira; DIB, Siland Meyre Franca; MATSUNAGA, Roseli Takako. Química e Sociedade: um projeto brasileiro para o ensino de química por meio de temas CTS. <i>Educación Química</i> , v. 3, p. 20-28, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS666	DIREITO TRIBUTÁRIO	04	60
EMENTA			
Tributário: aspectos históricos e conceitos básicos. Sistema Tributário brasileiro. O Código Tributário Nacional. Aplicação da legislação tributária na Administração pública. Estudo das causas extintivas do crédito tributário e diferenciação com as hipóteses de exclusão de crédito. Tributação e desigualdade social.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir princípios e normas que fundamentam o sistema tributário brasileiro e suas aplicações à gestão pública em favor da construção do bem comum.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 24. São Paulo: Saraiva, 2021. CALIENDO, Paulo. Curso de direito tributário . 3. São Paulo Saraiva 2019. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Teoria e prática do direito tributário . 3. São Paulo Saraiva 2012. FABRETTI, Láudio Camargo. Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis . 10. São Paulo Atlas 2014. PAULSEN, Leandro. Impostos federais, estaduais e municipais . 11. São Paulo Saraiva 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABRAHAM, Marcus. Curso de direito tributário brasileiro . 2. Rio de Janeiro: Forense, 2019. CAPARROZ, Roberto. Direito tributário . 4. São Paulo: Saraiva, 2020. CARNEIRO, Claudio. Impostos federais, estaduais e municipais . 6. São Paulo Saraiva 2018. CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Tributário . São Paulo: Malheiros, 2008. CARVALHO, Paulo de Barros. Teoria da Norma Tributária . São Paulo: Max Limonad, 2002. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro . Rio de Janeiro: Forense, 2001. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro . 17. Rio de Janeiro Forense 2019. PICCOLI, Karin Rose Mussi Botelho; PICCOLI, Rafael Luiz Gonzaga. Manual de Tributos – Federais, Estaduais e Municipais. IOB: São Paulo, 2013. RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de Crédito . São Paulo: Editora Forense Jurídica, 2014. VALÉRIO, Valter Paldes. Programa de Direito Tributário , Parte Geral e Parte Especial. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1645	POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÃO SOCIAL	04	60
EMENTA			
O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade contemporânea. Conceitos de políticas públicas. Exploração do trabalho e desigualdade social. Abordagens teóricas do estudo das políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas. Desenvolvimento de atividade de extensão: assessoria a órgão público no desenvolvimento/gestão de política pública.			
OBJETIVO			
Fornecer o instrumental teórico e normativo, bem como desenvolver competências e habilidades dos alunos para compreenderem o papel das políticas públicas no desenvolvimento nacional e local, e na transformação da realidade, a partir de uma perspectiva articulada com suas dimensões política, econômica e social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARRETCHE, Marta Teresa da Silva, MARQUES, Eduardo Cesar (org.) Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.			
BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais . 2. São Paulo: Saraiva, 2015.			
PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração pública . São Paulo: Atlas, 2013.			
ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.			
SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções . São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário . Petrópolis, Vozes, 1998.			
COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos . Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5, set.-out. 2003.			
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes . In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003.			
FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, Junho de 2000.			
HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento . Brasília: Editora da UnB, 2009.			
HOWLETT, Michael, RAMESH, M., PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
MENDES, Gilmar Ferreira. CARNEIRO Rafael Araripe. (Orgs). Políticas públicas e gestão municipal: tendências e desafios . São Paulo: Saraiva, 2016.			
ROSANVALLON, Pierre. A nova questão social . Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 1998.			
SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos . 3. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.			



SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Saraiva, 2010.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS667	CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO PÚBLICO	04	60
EMENTA			
A contabilidade pública e o campo de sua aplicação; Sistemas contábeis no setor público; Orçamento Público; Orçamento como instrumento de planejamento e controle; Plano de Contas da administração pública; Receitas e Despesas públicas; Programação e Execução Financeira; Princípios Orçamentários e concepção da proposta orçamentária. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual. A planificação do setor público e o orçamento por programas. Instrumentos de controle.			
OBJETIVO			
Desenvolver conceitos inerentes às finanças do Setor Público, com base no conhecimento da Administração Pública, sua técnica de planejamento e de realização das receitas e despesas, bem como dos principais aspectos relativos à sua contabilidade, com vistas ao aprendizado teórico e prático necessários à vida profissional e ao pleno exercício de cidadania.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal . 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública . 9ª. São Paulo: Atlas, 2012. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle . São Paulo: Saraiva, 2012. GIACOMONI, James. Orçamento público . 17. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. GONÇALVES, Guilherme Corrêa. Planejamento e orçamento público . Porto Alegre: SAGAH, 2020.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRADE, Nilton de Aquino. Questões de contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade . Rio de Janeiro: Atlas, 2020. BORGES, Thiago Bernardo. Fundamentos de contabilidade pública . Porto Alegre: SER – SAGAH, 2016. LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, contabilidade e gestão no setor público . Rio de Janeiro: Atlas, 2018. ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade pública: da teoria à prática . 3. São Paulo Saraiva 2020. LIMA, Severino Cesário de. Contabilidade pública: análise financeira governamental . Rio de Janeiro: Atlas, 2016. LOCHAGIN, Gabriel Loretto. A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo . São Paulo: Blucher, 2016. MORGADO, Jéferson Vaz; DEBUS, Ilvo. Orçamento Público . Brasília: Vestcon, 2002. PISCITELLI, Roberto Boccacio. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública . 14. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. PISCITELLI, Roberto Boccacio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade Pública: uma Abordagem de Administração Financeira Pública . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. SLOMSIK, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: Um Enfoque na Contabilidade			



Municipal. São Paulo: Atlas, 2003.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1646	LABORATÓRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO: OBSERVATÓRIO DE GESTÃO MUNICIPAL E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ	05	75
EMENTA			
Desenvolvimento de projeto de pesquisa dentro do Observatório de gestão municipal e do desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná; devolutiva à comunidade, via projeto de extensão, da pesquisa desenvolvida, com a finalidade de qualificação do Observatório e no planejamento do desenvolvimento regional e na gestão dos municípios.			
OBJETIVO			
Qualificar as ações desenvolvidas no âmbito do Observatório de gestão municipal e do desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AGENCIA. Plano de desenvolvimento Regional integrado do Sudoeste do Paraná - ciclo 2019/2029. Francisco Beltrão: Agência Regional de Desenvolvimento, 2019. Disponível em: http://pdri.agenciasudoeste.org.br/ . Acesso em: 07/07/2021. BOMFIM, Natanael Reis Noção Social de Território - em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade. Ilhéus: Editus, 2009. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico . Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Notas para uso em curso de Desenvolvimento Econômico, 2008. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br . Acesso em: 01/07/2021. FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2018 . Rio de Janeiro: Firjan, 2016. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/ . Acesso em: 07/07/2021. SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade . (L. T. Motta, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FERREIRA, Denilson da Silva. Território, Territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica . Campo-Território, vol. 9, n. 17 abril, 2014. GALA, Paulo. Complexidade Econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações (1 ed.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2017. KIESKOSKI, Silvestre; Castanha, André Paulo. Do Contestado a luta pelo Estado do Iguaçu: a ocupação do Sudoeste do Paraná . Revista Faz Ciência, vol. 16, n. 24, 2014. MILONE, Paulo César. Teoria do Desenvolvimento Econômico e Social . Em D. B. (coord.), Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 1988. PRIORI, Angelo; Pomari, Luciana Regina; Amâncio, Silvia Maria; Ipólito, Veronica Karina. A Revoltados Possesores de 1957 no Sudoeste do Paraná . Em A. Priori, A História do Paraná: séculos XIX e XX(p. 234). Maringá: Eduem, 2012. ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do Sudoeste paranaense e mito do "vazio demográfico". In: XV Encontro Regional de História: 100 anos da Guerra do Contestado - historiografia, acervo e fontes. Curitiba: UFPR, 2016. ZATTA, Ronaldo; Vannini, Ismael Antônio. O Sudoeste do Paraná e a presença militar na fronteira. In Vozes, Pretérito e Devir - Dossiê Temático: artigos, Ano III, vol. V, n. 1, 2016.			



WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba, Lítero Técnica. 1985.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1647	ANÁLISE DE CONJUNTURA	02	30

EMENTA

Análise de conjunturas políticas recentes no Brasil. Eventos políticos específicos e processos histórico-sociais. Periodização política e periodização econômica. A cena política, o mundo social e o campo do poder. Os agentes políticos, as instituições políticas e as ideologias políticas na cena política atual. Conflitos políticos e contradições sociais no interior de uma conjuntura concreta. Exercícios práticos de análise de conjuntura: Inflação, emprego e salário, política monetária e política fiscal.

OBJETIVO

Apresentar e discutir aspectos teóricos e metodológicos relacionados à análise de conjuntura aplicados à ciência política e introduzir os estudantes no exercício da análise de conjuntura.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Introdução, pp 01-26.

CRUZ, Sebastião Velasco e. **Teoria e método da análise de conjuntura**. Educação & Sociedade, ano XXI, no 72, Agosto/00. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4197.pdf>

FEIJÓ, Carmem A. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, SP: Manole, 2011.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de & MARQUES, Moisés da Silva (Orgs.). **Introdução ao Risco Político**. Conceitos, Análises e Problemas. Rio de Janeiro, Ed. *Campus/Elsevier*, 2014.

SILVA, José C. F. **Relações macroeconômicas básicas**. Cadernos ANGE, Textos Didáticos 7. Rio de Janeiro: 1994

SOUZA, Herbert J. **Como se faz análise de conjuntura**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVES, J. E. D.; FAVERSANI, F. **Análises de conjuntura: globalização e o segundo governo FHC**. Ouro Preto: Revista Escola de Minas, 2002.

FORNAZIERI, Aldo. **O que é Análise de Conjuntura Política**. Pp. 1-39. In OLIVEIRA, Flávio Rocha de; MARQUES, Moisés da Silva (Orgs.). **Introdução ao Risco Político**. Conceitos, Análises e Problemas. Rio de Janeiro, Ed. *Campus/Elsevier*, 2014.

HARNECKER, M. H. **Esquema para analisar una conyuntura**. Barcelona: www.rebelion.org/, 2002. Texto disponível em: www.rebelion.org/.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS668	ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	30
EMENTA			
Concepções de ética. Ética e política. Ética e modernidade: igualdade, desigualdade e diferença. Ética no contexto da cultura e da sociabilidade neoliberal. Ética e responsabilidade no serviço público: códigos de ética. Ética e Transparência como instrumento de gestão pública. Estratégias para a promoção da ética no serviço público.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos teóricos e conceituais de ética e analisar as regulamentações sobre ética para a Administração Pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AVRITZER, L.; BIGNOTO, N.; GUIMARÃES, J; STARLING, H. (Orgs.) A corrupção: ensaios e críticas . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. CRISOSTOMO, Alessandro Lombardi. [Et. Al.]. Ética . Porto Alegre: SAGAH, 2018. MOTTA, S; FREIRE, E. Ética na administração pública . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2007. PASSOS, E. Ética nas Organizações . São Paulo, Atlas, 2008. SERRANO, P.J. Ética e Administração Pública . São Paulo: Alínea, 2011 VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. Revista Brasileira de Educação . ANPED, v. 23, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/djdgg7bsmyr5RGvFTcY37dv/?lang=pt# BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003. _____. Presidência da República. Desvios éticos: risco institucional . Brasília: 2002. CASTRO, M. M; OLIVEIRA, L. M. A. Gestão ética, competente e consciente . São Paulo: Markon Books, 2007. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno . São Paulo: Companhia de Letras, 2006. CORTELLA, M. S.; TAILLE, Y. Nos Labirintos da Moral . Col. Papirus Debates. São Paulo: Papirus, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
A definir	OPTATIVA 1	4	60
EMENTA			
Componente Curricular a ser cursado dentre os elencados no PPC.			
OBJETIVO			
Oportunizar a flexibilidade curricular ao estudante. Objetivo de acordo com o CCR a ser cursado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS669	GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	04	60
EMENTA			
Estatuto do serviço público nos diferentes poderes e esferas administrativas. Gestão de Recursos humanos na Administração pública: princípios e objetivos. Estrutura e planejamento de recursos humanos nas organizações públicas. Planos de carreira. Qualidade de vida no Ambiente de trabalho. Políticas de formação, qualificação e avaliação do serviço público. Gestão por Competências no Serviço Público. Gerenciamento de Conflitos. Processo Administrativo. Serviço público e Reformas do Estado: embates e desafios da gestão de recursos humanos nas organizações públicas.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir os fundamentos, embates e desafios da Gestão de Pessoas na Administração Pública contemporânea.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAPUANO, E. A. Gestão por competências no setor público: experiências de países avançados e lições para o Brasil. Revista Do Serviço Público, 66(3), 371 – 394, 2015. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/ . Acesso em: 13/07/2021.			
CARBONE, Pedro Paulo. Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.			
DE ANGELIS, Cristiano Trindade. A Emergência da Reforma do Estado Brasileiro: governança compartilhada e o modelo do novo serviço público. Revista Planejamento e Políticas Públicas – PPP do IPEA. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br . Acesso em: 13/07/2021.			
ENAP. Revista do Serviço Público . Disponível em: https://revista.enap.gov.br . Acesso em: 13/07/2021.			
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. MANCEBO, Deise. O Servidor Público no Mundo do Trabalho do Século XXI . Revista Psicologia: Ciência e profissão, 33 (1), 2013. Disponível em: https://www.scielo.br . Acesso em: 13/07/2021.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional . São Paulo: Atlas, 2006.			
BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.			
CAPOBIANGO, Ronan Pereira. <i>Et al.</i> Reformas administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica . REGE - Revista de Gestão. Volume 20, Janeiro/Março, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com . Acesso em: 13/07/2021.			
COSTA, F. L. da. (2014). História das reformas administrativas no Brasil: narrativas, teorizações e representações . Revista Do Serviço Público, 59(3), p. 271-288. Disponível em: https://revista.enap.gov.br . Acesso em: 13/07/2021.			
DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional . São Paulo: Atlas, 2008.			
DRUCK, Graça. SENA, Jeovana. PINTO, Marina Morena. A Terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, André Gambier (Org.). Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate . Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/ . Acesso em: 13/07/2021.			



LEITE, A. L., & Da Cunha Lemos, D. (2021). Gestão de pessoas e o teletrabalho: desafios e possibilidades. Revista Do Serviço Público, 72(2), 330 -359. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br>. Acesso em: 13/07/2021.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS670	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	10	150
EMENTA			
Legislação e regulamentação de Estágios. Estudo teórico e prático acerca de conteúdos estratégicos da Administração. Elementos pré-textuais. Desenvolvimento. Elementos pós-textuais. Composição estrutural do relatório de estágio. Elaboração de relatório. Planejamento, acompanhamento e observação de uma prática de administração em instituições públicas, privadas ou não-governamentais, que possibilitem a familiarização do aluno com a realidade administrativa e a aquisição de uma visão crítica do ambiente profissional.			
OBJETIVO			
Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico, (teoria e prática) permitindo-lhe, através do contato com a realidade nas empresas e/ou instituições públicas, conviver, pesquisar, diagnosticar e até propor alternativas de modificações e ou de soluções para os problemas observados na realização do estágio e com a devida sustentação teórica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MAYO, Herbert B. Manual de Orientação – Estágio Supervisionado. 4ª edição. São Paulo: Thomson Learning, 2009. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado . 5ª edição. Campinas: Papirus, 2000. ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso São Paulo: Atlas, 1999. UFFS. Regulamento de Estágios da Universidade Federal da Fronteira Sul . UFFS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional . 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1998. ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p. 6 reimp. 2011. VERGARA, Sylvia Constant et al. Métodos de pesquisa em administração . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 287p. YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos . 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB508	LEGISLAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL	04	60
EMENTA			
Conceito jurídico de meio ambiente. Princípios de direito ambiental. Tutela constitucional do meio ambiente. Tutela administrativa: Política e sistema nacional e estadual do meio ambiente. Cidadania e meio ambiente. Administração pública e meio ambiente. Gestão ambiental: Histórico, conceitos e princípios. O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. A proteção e o gerenciamento ambiental nas atividades econômicas. Gestão da Qualidade na Biologia. Produção Orgânica e agroecológica. Resíduos sólidos. Energias alternativas. A Produção Mais Limpa, Eco-design, ecoprofit. As causas e os efeitos dos atuais problemas ambientais. Licenciamento ambiental e EIA/RIMA. O papel da educação na gestão ambiental.			
OBJETIVO			
Discutir os mecanismos jurídicos de intervenção do cidadão e dos profissionais das ciências biológicas na defesa do trinômio Homem/Natureza/Sociedade, bem como propor alternativas ecologicamente correta capaz de contribuir para melhoria da qualidade de vida.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FIORILLO, C. A. P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2001. MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. MAGALHÃES, J. P. A evolução do direito ambiental no Brasil . 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. MORAES, Luis Carlos Silva de. Curso de direito ambiental . São Paulo: Atlas, 2002. ROCCO, R. Legislação brasileira do meio ambiente . São Paulo: DP&A, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, 1988. SPAREMBERGER, R. F. L.; AUGUSTIN, S. (Org.). Direito Ambiental & Bioética: Legislação, educação e cidadania . Caxias do Sul: EDUCS, 2004. SPAREMBERGER, R. F. L.; PAVIANI, J. (Org.). Homem, Natureza, Direito: notas de estudo sobre Biodireito e Direito Ambiental . Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS671	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	3	45
EMENTA			
Introdução aos principais aspectos teórico-metodológicos necessários para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Elaboração de um projeto de pesquisa relacionado à Administração Pública a ser executado em TCC II.			
OBJETIVO			
Construir e apresentar projeto de pesquisa acadêmica a ser desenvolvido no CCR TCC II.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, C. M. Prática da pesquisa . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1997. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. THIOLLENT, Michel; OLIVEIRA, Lira. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. <i>Investigação Qualitativa em Ciências Sociais</i> . V.3, 2016. Disponível em: Visualização de Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação (ciaiq.org)			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa . São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber . Campinas: Papirus, 1997. COSTA, M. A.; COSTA, M. F. B. Metodologia da Pesquisa: Conceitos e Técnicas . Rio de Janeiro: Interciência, 2001. DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo . São Paulo: Cortez, 1996. MOREIRA, A. et al. (Org.). Para quem pesquisamos: para quem escrevemos - o impasse dos intelectuais . São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, 88). MORIN, E. Ciência com Consciência . 8. ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS672	AUDITORIA E CONTROLADORIA	04	60
EMENTA			
Conceitos gerais de auditoria. Objetivos da auditoria no setor público. Órgãos Reguladores. Modalidades de Auditoria. Normas e Princípios de auditoria. Papéis de Trabalho. Relatório e Parecer de Auditoria. Controles internos. Elaboração do planejamento e do programa de auditoria. Elaboração de relatório e parecer. Encerramentos do trabalho de auditoria. Auditoria contábil. Auditoria de sistemas. Auditoria operacional. Auditoria tributária. Técnicas de auditoria no setor público. Origem e papel da Controladoria. Organização da Controladoria. Sistemas: empresa, contábil e de gestão (aspectos comportamentais). Planejamento e Controle (econômico e financeiro). Avaliação de desempenho.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir as técnicas de auditoria e controladoria utilizadas no setor público.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Marcelo C. Auditora : um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012 BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. Auditoria . Tradução: José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002 FRANCO, H.; MARRA, E. Auditoria contábil . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GIL, A. L. Auditoria operacional e de gestão . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. PADOVEZE, Clovis L. Controladoria Estratégica e Operacional . 3 ed. SP. Cengage Learning, 2015.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ATTIE, Willian. Auditoria : conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. ANTHONY, Robert N., GOVINDARAJAN, Vijay. Sistemas de controle gerencial . 12. ed. SP: McGraw-Hill, 2010 BORGES, Humberto Bonavides. Auditoria de tributos : IPI, ICMS e ISS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria . Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade . Brasília, 2003. FIGUEIREDO, Sandra e CAGGIANO, Paulo César. Controladoria : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997. LONGO, Claudio G. Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015. PERES Jr, J. H.; Oliveira, L. M. Auditoria de demonstrações contábeis : testes, casos práticos e exercícios com respostas. São Paulo: Atlas, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS673	LABORATÓRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO: INCUBADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	05	75
EMENTA			
Desenvolvimento de protótipos de políticas públicas; implementação dos protótipos (total ou parcial), entre os parceiros da incubadora.			
OBJETIVO			
Estimular a criatividade do estudante no desenvolvimento de soluções, via políticas públicas e práticas inovadoras nas organizações sociais de interesse público (organizações, cooperativas, ONGs, etc.), de problemas associados à questão social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. <i>In: Lua Nova</i> , n. 35, 1995.			
ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil . Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.			
SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
SALES, Teresa: Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. <i>In Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , No.25, pp.26-37, 1994.			
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A práxis liberal e a cidadania regulada”. <i>In: Décadas de espanto e uma apologia democrática</i> . Rio de Janeiro: Rocco, 1998.			
VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. <i>In: Revista Brasileira de Administração Pública</i> . Rio de Janeiro: 1996, 30 (2), p. 5-43.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AZEVEDO, Sergio de; PRATES, Antonio A. P.: Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. <i>In: Ciências Sociais Hoje</i> . São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991. pp.122-152.			
JACOBI, Pedro. As políticas sociais e a ampliação da cidadania . 2. Ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.			
ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. <i>In: Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> . V. 12, n. 35, 1997			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS674	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	10	150
EMENTA			
Atividade prática a ser desenvolvida em uma Unidade Concedente de Estágio, ou na própria UFFS, sob a supervisão de um professor da UFFS e de um profissional designado pela UCE.			
OBJETIVO			
Desenvolver um trabalho de observação, análise e sistematização a partir de uma imersão no contexto profissional, a partir do desenvolvimento de um plano de atividades previamente definido, orientado pedagogicamente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MAYO, Herbert B. Manual de Orientação – Estágio Supervisionado. 4ª edição. São Paulo: Thomson Learning, 2009.			
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado . 5ª edição. Campinas: Papirus, 2000.			
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso São Paulo: Atlas, 1999.			
UFFS. Regulamento de Estágios da Universidade Federal da Fronteira Sul .			
UFFS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional . 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1998.			
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p. 6 reimp. 2011.			
VERGARA, Sylvia Constant et al. Métodos de pesquisa em administração . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 287p.			
YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos . 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras . In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . <i>campinas</i> : Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicurí, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . <i>campinas</i> : UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense . Chapecó: Grifos, 1997. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento . <i>campinas</i> : Ed. Unicamp, 2007.			



ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GSA004	FUNDAMENTOS DA SAÚDE PÚBLICA	04	60
EMENTA			
A situação atual de saúde no Brasil. A evolução dos conceitos de saúde e doença, processo saúde e doença, modelos de atenção à saúde através dos tempos. História das Conferências de Promoção à Saúde e da Saúde Pública no Brasil. Processo da Reforma Sanitária e a criação do SUS. Princípios, diretrizes e legislação do SUS. Discussões e reflexões sobre o conceito de saúde pública e saúde coletiva. Fundamentos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento das práticas educativas em saúde.			
OBJETIVO			
Promover a formação de gestores na área da saúde pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERTOLLI FILHO, Claudio. História da saúde pública no Brasil . 4. ed. São Paulo: Ática, 2008. CAMPOS, G. W. S.; GUERRERO, A. V. P. Manual de práticas de atenção básica . Saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. Promoção de saúde: conceitos, reflexões, tendências . Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. MELO, Enirtes C. P.; CUNHA, Fátima T. S. Fundamentos da Saúde . Rio de Janeiro: SENAC, 1999. SCLiar, Moacyr. Do mágico ao social: trajetória da saúde pública . São Paulo: SENAC, 2002. VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular nos serviços de Saúde . 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde . Brasília, 1990. CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). Tratado de saúde coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. _____. Reforma da Reforma: repensando a saúde . São Paulo: Hucitec, 1992. CRUZ, J. F. G. Assistência à Saúde no Brasil: evolução e o Sistema Único de Saúde . Pelotas: Educat, 1998. DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANE, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária . 2. ed. São Paulo: ArtMed Editora, 1996. FINKELMAN, J. (Org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. PAIM, J. S.; FILHO, N. A. A Crise da Saúde Pública e a Utopia da Saúde Coletiva . Salvador: Casa da Qualidade Editora, 2000. REZENDE, A. L. M. de. Saúde, dialética do pensar e do fazer . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. SAUPE, R. (Org.). Educação em Enfermagem: da realidade construída à possibilidade em construção . Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. VASCONCELOS, E. M. et al. Educação popular e a atenção a saúde da família . São Paulo: Hucitec, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1648	PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	04	60
EMENTA			
Pensamento e história das ideias. O lugar das ideias políticas na formação nacional. Momentos, linhagens e personagens do pensamento político brasileiro. O pensamento político na formação da literatura nacional. Desafios emergentes à reflexão política brasileira.			
OBJETIVO			
Construir um panorama geral do pensamento político brasileiro a partir da busca das interfaces entre as obras politológicas, sociológicas e literárias mais relevantes da produção intelectual nacional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (Org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro . São Paulo: Hucitec, 2007. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira . 14 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013. IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil . São Paulo: EDUSC, 2004. RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil . 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007. WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens . São Paulo: Ática, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BEVIR, Mark. A lógica da história das ideias . Bauru: EDUSC, 2008. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento . 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos . São Paulo: Contraponto, 2006. MAIA, João Marcelo Ehlert. A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-. 1822) . Rio de Janeiro: Revan, 2003. NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático . Rio de Janeiro: Zahar, 1997. POCOCK, John. Linguagens do ideário político . São Paulo: EDUSP, 2003. PRADO, Maria Emília (Org.). Dicionário do pensamento brasileiro: obras políticas do Brasil Imperial . Rio de Janeiro: Revan, 2012. RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.). Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro . Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
A definir	OPTATIVA II	4	60
EMENTA			
Componente Curricular a ser cursado dentre os elencados no PPC.			
OBJETIVO			
Oportunizar a flexibilidade curricular ao estudante. Objetivo de acordo com o CCR a ser cursado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS675	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	4	60
EMENTA			
Desenvolvimento do projeto de pesquisa ou intervenção em tema elaborado no componente curricular TCC I. Elaboração e sistematização dos dados: resultados, discussões e considerações finais. Apresentação final do Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia.			
OBJETIVO			
Apresentar as produções de pesquisa acadêmica desenvolvidas no âmbito da área de Administração Pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica . 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.			
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO, F. Metodologia científica: filosofia e prática da pesquisa . São Paulo: Pionera Thomson Learning, 2006.			
ARRABAL, A. K. Teoria e prática da pesquisa científica . 2. ed. Blumenau: Diretiva, 2006.			
AZEVEDO, I. O Prazer da Produção Científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos . 5. ed. Piracicaba-SP: UNIMEP, 1997.			
BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.			
BOAVENTURA, E. M. Como ordenar as ideias . São Paulo: Ática, 1993.			
OLIVEIRA, E. F. A.; FILGUEIRA, M. C. M. Primeiros passos da iniciação científica . Mossoró: Fund. Guimarães Duque, 2004.			
POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica . São Paulo: Cultrix, 1993.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS108	ADMINISTRAÇÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	04	60
EMENTA			
Unidades de Alimentação e Nutrição: definição, tipos, estrutura organizacional, funções administrativas. Planejamento e controle de custos. Gestão em Recursos Humanos direcionada para UANs. Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Métodos de análise do controle de qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições.			
OBJETIVO			
Possibilitar ao acadêmico conhecer e aplicar os instrumentos necessários à administração e organização de uma UAN. Possibilitar ao acadêmico o conhecimento dos métodos de controle de qualidade na produção de refeições.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, E. S.; SPINELLI, M. G. N.; PINTO, A. M. S. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição – um modo de fazer. 4. ed. São Paulo: Metha, 2011. ISOSAKI, M.; NAKASATO, M. Gestão de Serviços de Nutrição Hospitalar . Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2010. KIMURA, A. Y. Planejamento e administração de custos em restaurantes industriais . São Paulo: Varela, 2003. MEZOMO, I. F. B. Os Serviços de Alimentação – planejamento e administração. 5. ed. São Paulo: Manole, 2006. PROENÇA, R. P. C.; SOUSA, A. A.; VEIROS, M. B.; HERING, B. Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições . Florianópolis: UFSC, 2005. REGGIOLLI, M. R.; GONSALVES, M. I. Planejamento de cardápios e receitas para as Unidades de Alimentação e Nutrição . São Paulo: Atheneu, 2002. SILVA JR, E. A. Manual Higiênico-sanitário em Serviços de Alimentação . 6. ed. São Paulo: Varela, 2010. TEIXEIRA, S. M. F. G. et al. Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição . São Paulo: Atheneu, 2006. VAZ, C. S. Alimentação de Coletividade: Uma abordagem gerencial – manual prático do gestor de serviços de refeições coletivas. Brasília: Metha, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABIA (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação). Legislação Brasileira pertinente ao “Controle Higiênico-Sanitário dos Alimentos”; Legislação Brasileira pertinente ao “Programa de Alimentação do Trabalhador” . (Catálogo). ARRUDA, G. A. Manual de boas práticas - Unidades de alimentação e Nutrição. São Paulo: Metha, 2002. v. 2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS. Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades . 9. ed. São Paulo: ABERC, 2009. MANZALLI, P. V. Manual para Serviços de Alimentação: Implementação, boas práticas, qualidade e saúde . 2. ed. São Paulo: Metha, 2010. RAMOS, A. M. F. Manual para funcionários na área de alimentação e treinamento para copeiras hospitalares . São Paulo: Varela, 2001. RIBEIRO, S. Gestão e procedimentos para atingir qualidade – Ferramentas em Unidades de Alimentação e Nutrição – UAN's. São Paulo: Varela, 2005. SANTOS, S. G. F. Treinando manipuladores de alimentos . São Paulo: Varela, 2001.			



SCHILLING, M. Qualidade em Nutrição: métodos de melhorias contínuas ao alcance de indivíduos e coletividades. 3. ed. São Paulo: Varela, 2008.

VALLE, D. P.; MARQUES, V. S. **Biossegurança em unidade de alimentação e nutrição.** São Paulo: Atheneu, 2006.

VIEIRA, S. I.; MICHELS, G. **Guia de alimentação para a qualidade de vida do trabalhador.** São Paulo: LTr, 2004.

Portais: <www.anvisa.gov.br/legis>.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB501	BIOÉTICA	04	60
EMENTA			
Noções sobre ética, moral e direito; diretrizes, declarações e leis em bioética. Histórico da bioética. Modelos explicativos da bioética. A bioética com ênfase em: biotecnologias, genética e direito. Ética ambiental. Importância da bioética no ensino e na pesquisa científica. Estudos de casos.			
OBJETIVO			
Estudar a bioética inserida na área de Ciências Biológicas, objetivando a reflexão sobre temas como respeito à pessoa, privacidade e confidencialidade, vulnerabilidade, interdisciplinaridade e consentimento informado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BELLINO, F. Fundamentos de bioética . EDUSC, 1997. CLOTET, J. Bioética: Uma aproximação . Porto Alegre: EDPUCRS, 2003. COSTA, S.; DINIZ, D. Ensaio: Bioética . Brasiliense, 2006. DURANT, G. A bioética: natureza, princípios e objetivos . São Paulo: Paulus, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BERNARDIM, J. Da biologia à ética . Bioética. São Paulo: Editorial Psy, 1994. DALLAGNOL, D. Bioética: princípios morais e aplicações . DP&A / Lamparina, 2004. MARTINS, C. Tópicos de Bioética . 1. ed. DPL Editora, 2001. MORIN, E. Ciência com Consciência . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. NERI, D. A Bioética em laboratório - Células-tronco, Clonagem e Saúde Humana . São Paulo: Loyola, 2001. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA. Disponível em: < http://www.sbbioetica.org.br >. SGRECCIA, E. Manual de Bioética . São Paulo: Edições Loyola, 1996. v. 1 e 2.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS676	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO	04	60
EMENTA			
As teorias correntes de modernização e de desenvolvimento. Os conceitos e fundamentos do desenvolvimento territorial e regional. O planejamento e organização do espaço. Estratégias espaciais. Gestão social de territórios. Governança do território - o papel do Poder Público e das novas institucionalidades no desenvolvimento territorial. Programas públicos de apoio ao desenvolvimento territorial. Estudos de casos de referência nacional e internacional. Processo de urbanização. Funções urbanas e classificação das cidades e regiões. O crescimento urbano. Análise urbana de Santa Catarina. Organização do espaço urbano. Planejamento urbano.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir aspectos teóricos e conceituais da modernização e do desenvolvimento e suas aplicações territoriais e regionais e mobilizá-los para análise e avaliação dos processos de planejamento, organização e gestão do espaço urbano e do desenvolvimento regional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FERREIRA, Leila da Costa. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998. FRAMPTON, Kenneth. História Crítica da arquitetura moderna . (Tradução Jefferson Luiz Camargo). São Paulo: Martins Fontes, 1997. LAGO, A. & PÁDUA, J.A. O que é ecologia . São Paulo. Abril Cultura/Brasiliense, 1985. POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época . Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. SCULLY JR., Vincent. Arquitetura moderna . São Paulo, Cosac & Naify, 2002. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARBIERI, J.C. Desenvolvimento e meio ambiente . Petrópolis: Vozes, 1997. BELLEN, Hans Michael Van. Indicadores de Sustentabilidade . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna . 5ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. CURTIS, William Jr. Arquitetura moderna desde 1900 . (Tradução Alexandre Salvaterra). 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. GIEDION, Sigfried. Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição . (Tradução Alvamar Lamparelli). São Paulo: Martins Fontes, 2004. HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, H. Capitalismo natural: criando a próxima Revolução Industrial . São Paulo: Cultrix, 2000. PORTOGHESI, Paolo. Depois da arquitetura moderna . (Tradução Ana Luiza Nobre). São Paulo: Martins Fontes, 2002. SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento . São Paulo: Cortez, 2007 VENTURI, Robert. Complexidade e Contradição em arquitetura . (Tradução Álvaro Cabral). 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ZEVI, Bruno. História da arquitetura moderna . Lisboa: Arcádia, 1970.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS010	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens da concepção de cidadania: Grécia e Roma. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Alcance e limites da cidadania burguesa. A tensão entre soberania popular e direitos humanos. Políticas de reconhecimento e cidadania. Relação entre Estado, mercado e sociedade civil na configuração dos direitos. Direitos e cidadania no Brasil na Constituição de 1988: a) Direitos políticos; b) Direito à saúde; c) Direito à educação; d) Financiamento dos direitos fundamentais no Brasil. A construção de um conceito de cidadania global.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1992. CARVALHO, José Murilo. Desenvolvimento da cidadania no Brasil . México: Fundo de Cultura Econômica, 1995. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status . Rio de Janeiro: Zahar, 1967. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, 1988. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org.). Tratado de saúde coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FINKELMAN, Jacobo (Org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política . São Paulo: Loyola, 2002. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. REZENDE, A. L. M. de. Saúde, dialética do pensar e do fazer . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. SAES, Décio Azevedo. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania . Disponível em: < http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf >. SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1977. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos Fundamentais . 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS049	ECONOMIA RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	04	60
EMENTA			
Definições, objeto e metodologia das Ciências Econômicas. Breve histórico do pensamento econômico. Introdução aos problemas econômicos. Noções de oferta e demanda. Tópicos de microeconomia aplicados às atividades do agronegócio. Teoria do consumidor. Teoria da firma. Estrutura de mercados. Medidas de atividade econômica. Instrumentos de política econômica. Comércio internacional. Crescimento e desenvolvimento econômico. Importância da agropecuária e agroindústria para o desenvolvimento econômico. Economia Brasileira.			
OBJETIVO			
Relacionar as atividades agropecuárias dentro do sistema econômico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . Guaíba: Agropecuária, 2002. ARBAGE, A. P. Princípios de Economia Rural . Universidade Federal de Santa Maria-RS. Departamento de Educação Agrícola e Extensão, 2006. BACHA, C. J. C. Economia e Política Agrícola no Brasil . São Paulo: Atlas, 2004. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. <i>In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável</i> , v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./mai. 2002. MENDES, J. T. G. Economia Agrícola . Curitiba: ZNT, 1998. PINHO, D. B. et al. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ACCARINI, José Honório. Economia Rural e Desenvolvimento . Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001. BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . 20. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. MANKIW, N. G. Introdução à Economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2003. PINHO, D. B. et al. Manual de Introdução à Economia . São Paulo: Saraiva, 2006. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2002. SOUZA, N. J. Curso de Economia . São Paulo: Atlas, 2000. TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA096	EXTENSÃO RURAL	02	30
EMENTA			
Extensão rural: origem, princípios e situação atual. Comunicação, difusão de inovações e metodologia do trabalho extensionista. Levantamento, diagnóstico e planejamento do trabalho com produtores rurais. Caracterização de produtores rurais; estrutura agrícola do Brasil e do Paraná. Planejamento e avaliação de programas de extensão.			
OBJETIVO			
Utilizar técnicas extensionistas, oferecendo informações técnicas ao produtor rural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. A. Pesquisa em Extensão Rural . Brasília: ABEAS, 1989. BIASI, C. A. F.; GARBOSSA NETO, A.; SILVESTRE, F. S.; ANZUATEGUI, I. A. Métodos e meios de comunicação para a Extensão Rural . Curitiba, 1979. v. 1 e 2. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Brasília: MDA/NEAD, 2007. 166 p. FONSECA, M. T. L. A Extensão Rural no Brasil , um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 93 p. MÜLLER, J. E. AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. Agroecologia: a semente da sustentabilidade . Florianópolis: Epagri, 2009. 211 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARCAFAR. Manual das Casas Familiares Rurais . Barracão - PR, 1995. BORDENAVE, J. E. D. Além dos meios e mensagens: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência . Rio de Janeiro: Vozes, 1983. 110 p. LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. Extensão rural , desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006. 191 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH996	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLOGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
A educação numa perspectiva histórica e crítica e como campo social de disputa hegemônica. O conhecimento como práxis social. O projeto educacional da modernidade. Crítica da razão moderna e dos fundamentos educacionais. Função social da Escola: principais abordagens. Educação Escolar no Brasil contemporâneo: concepções de escola, de docência e de conhecimento escolar. Tópicos de pesquisa educacional contemporânea.			
OBJETIVO			
Desenvolver uma reflexão sistemática e interdisciplinar acerca das diferentes perspectivas que constituem as práticas educativas, atribuindo ênfase aos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos que possibilitam o pensamento pedagógico crítico contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 2000. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? <i>In</i> : CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). Textos seletos . Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. PAGNI, P. A; SILVA, D. J. (Org.). Introdução à Filosofia da Educação : temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007. SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. LIBÂNEO, José C. Democratização da escola pública . 26 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. HARVEY, David. A condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. JAEGER, Werner. Paideia : a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1989. LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. MANACORDA, Mario A. História da educação : da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Martin Claret, 2010. MORAES, Maria C. M. de (Org.). Iluminismo às avessas : produção de conhecimento e políticas de formação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. Fundamentos filosóficos da educação . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1257	HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA	04	60
EMENTA			
A historicidade da produção do conhecimento científico: a contribuição de diversas áreas do conhecimento; As rupturas a partir do período renascentista e suas relações com a Educação em Ciências; O positivismo clássico e a cientificidade na Educação em Ciências: limites e potencialidades; A potencialidade da Alquimia na construção do conhecimento científico; As epistemologias do século XX e contemporâneas; A historicidade das mulheres negras nas Ciências; A produção do conhecimento das Ciências na cultura indígena; O papel das controvérsias científicas na produção do conhecimento; A História da Química presente em livros didáticos; A perspectiva das Ciências do ocidente e do oriente. Relação do Homem com o meio ambiente ao longo do desenvolvimento científico.			
OBJETIVO			
Potencializar a compreensão do contexto histórico, cultural, político, econômico e epistemológico na produção do conhecimento das Ciências no Brasil e no mundo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVES, Rubem. Entre a ciência e a sapiência: o dilema da Educação . 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; BELTAN, M. H. R. (Org.). Escrevendo a História da Ciência: Tendências, propostas e discussões historiográficas . São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005. BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico . Contraponto, 2002. CHALMERS, Alan. Que é Ciência, Afinal? São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. DESCARTES, René. Discurso Sobre o Método . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas . 10. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CHASSOT, Ático. A Ciência Através dos Tempos . São Paulo: Editora Moderna, 1996. EVES, Howard. Introdução à História da Matemática . Campinas: Editora da Unicamp, 2002. ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. O que é História da Ciência . São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. WHITE, Michael. Rivalidades produtivas: disputas e brigas que impulsionaram a ciência e a tecnologia . Rio de Janeiro: Record, 2003. PÉREZ, Daniel Gil et al. Para uma imagem não deformada do trabalho científico . Ciência & Educação (Bauru), v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001. PORTO, Paulo Alves. História e Filosofia da Ciência no Ensino de Química: Em busca dos objetivos educacionais da atualidade . In: SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MALDANER, Otavio Aloisio. (org.). Ensino de Química em Foco . Ijuí: Editora Ijuí, 2010, p. 159 - 180.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB001	INTRODUÇÃO À ECOLOGIA	02	30
EMENTA			
Níveis de organização (organismo, população, comunidade, ecossistema) e conceitos ecológicos, fatores limitantes, dinâmica de populações, estrutura trófica e fluxo de energia, ciclos biogeoquímicos, biodiversidade e sucessão ecológica.			
OBJETIVO			
Não descritos no PPC de origem (Medicina Veterinária). Objetivo a ser formulado pelo docente que ministrar o CCR.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARRETT, G. W.; ODUM, Eugene P. Fundamentos de Ecologia . Tradução da 5. ed. Norte- Americana. 1. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007. 612 p. BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia . 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 576 p. DAJOS, R. Princípios de Ecologia . 7. ed. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2005. 520 p. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em Ecologia . Porto Alegre: ARTMED, 2000. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia . 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T. L. de; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, M.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução a Engenharia Ambiental . 2. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2005. ODUM, E. P. Ecologia . Tradução CHRISTOPHER, J. Tribe. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S A, 1988. ROCHA, J. C.; ROSA, A. H. Introdução a Química Ambiental . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA065	LEGISLAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ALIMENTOS	04	60
EMENTA			
Higiene na obtenção e preparo dos alimentos. Higiene do manipulador. Limpeza e sanitização. Contaminantes dos alimentos. Qualidade da água. Boas práticas de fabricação. Sistema APPCC. Normas e controle sanitário de alimentos. Legislação aplicada na produção e comercialização de alimentos. Papel da ANVISA e do CODEX ALIMENTARIUS no controle de produtos alimentícios.			
OBJETIVO			
Identificar as técnicas de higiene e manipulação adequada de alimentos. Conhecer a legislação de alimentos vigente no Brasil e no mundo e analisar os sistemas de controle de qualidade em alimentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARRUDA, G. A. Manual de boas práticas . São Paulo: Ponto Crítico, 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS. Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades . 9. ed. São Paulo: ABERC, 2009. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos . 3. ed. São Paulo: Varela, 2008. GIORDANO, J. C.; GALHARDI, M. G. Análise de perigos e pontos críticos de controle - APPCC . 2. ed. <i>campinas</i> -SP: SBCTA - Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, 2007. MADEIRA, M.; FERRÃO, M. E. M. Alimentos conforme a lei . São Paulo: Manole, 2002. REY, A. M.; SILVESTRE, A. A. Comer sem riscos: manual de higiene alimentar para manipuladores e consumidores . Varela, 2009. v. 1 e 2. RIEDEL, G. Controle sanitário dos alimentos . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. SACCOL, A. L. F.; STAGARLIN, L.; HECKTEUHER, L. H. Instrumento de apoio para a implantação das Boas Práticas em empresas alimentícias . Rubio, 2011. SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação . 6. ed. atual. São Paulo: Varela, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO. Compêndio da legislação metrológica: consolidação das normas para alimentos e bebidas . São Paulo: Instituto de Tecnologia de Alimentos, 1991. BERTIN, B.; MENDES, F. Segurança de alimentos no comércio - atacado e varejo . Senac, 2011. FERREIRA, S. M. R. Controle da qualidade em sistemas de alimentação coletiva I . São Paulo: Varela, 2002. FREITAS, S. M. L. Alimentos com alegação diet light: definições, legislação e orientações para consumo . São Paulo: Atheneu, 2005. HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de higiene para manipuladores de alimentos . São Paulo: Varela, 1994. LEDERER, J. Enciclopédia moderna de higiene alimentar . São Paulo: Manole, 1991. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Manual de qualidade, higiene e inocuidade dos alimentos no setor de turismo . São Paulo: Roca, 2003. ORTIZ, S. A. Manual de legislação de embalagens para alimentos no Brasil . <i>campinas</i> : Instituto de Tecnologia de Alimentos, 1980.			



Portais de interesse: <www.anvisa.gov.br/legis>.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA217	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	04	60
EMENTA			
A inclusão de surdos no contexto na escola regular. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da linguagem de movimentos e gestos. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e socio antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. Diálogo e conversação. Didática para a inclusão de surdos em contextos escolares.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais, a sua função em espaços escolares e não escolares e compreender o processo histórico da educação de surdos no Brasil e no mundo como luta pela inclusão social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001. LABORIT, Emmauelle. O Vão da Gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. _____. Língua de Sinais e Educação do Surdo . Série neuropsicológica. São Paulo: TEC ART, 1993. v. 3. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1 . Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA329	PRODUÇÃO CULTURAL	02	30
EMENTA			
Políticas culturais. A arte e a produção cultural. A literatura e o mercado cultural. Projetos culturais na área da literatura. Análise de projetos. Gestão de projetos. Construção de um projeto cultural.			
OBJETIVO			
Compreender o funcionamento da produção cultural na área da Literatura.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
COELHO, Teixeira. A cultura e seu contrário . São Paulo: Iluminuras, 2008. ORTIZ, Renato. Mundialização da cultura . SP, Brasiliense, 1994. PERNIOLA, Mario. Enigmas . Argos: Unochapecó, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 253 p. (Obras escolhidas ;1) CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas : estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 385 p. MALAGODI, Maria Eugênia & CESNIK, Fábio de Sá. Projetos culturais : elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio. SP, Escrituras, 1999. MUYLAERT, Roberto. Marketing Cultural : comunicação dirigida. SP, Editora Globo, 1993. UNESCO. Políticas Culturais Para o Desenvolvimento . Brasília: Unesco, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS677	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	04	60
EMENTA			
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Responsabilidade ambiental e gestão ambiental pública e privada. Sustentabilidade. A governança socioambiental. Dilema entre individualismo corporativo e o bem social. O papel das empresas na sociedade. Marketing Social. Balanço Social. Ferramentas de gestão ambiental. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental. Terceiro Setor. Gestão de resíduos, reciclagem e passivo ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social..			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir as principais as relações entre sustentabilidade nas dimensões social e ambiental e as organizações do setor público, privado, terceiro setor e setor da economia informal.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DIAS, R. <i>Gestão Ambiental</i> . 2. ed; São Paulo: Atlas, 2011. DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado . São Paulo: Paz e Terra, 2003 MELO NETO, F.P; FROES, C. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro . São Paulo: Qualitymark, 2001. NASCIMENTO, L. F; LEMOS, A.D.C; MELLO, M.C. Gestão Socioambiental Estratégica ; Porto Alegre: Bookman, 2014. LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder . Petrópolis: Vozes, 2000. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa . São Paulo: Atlas, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Fernando. O Bom negócio da sustentabilidade . Autor: Nova Fronteira, 2002. ANDRADE, Adriana e ROSSETTI, José Paschoal. Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências . São Paulo, Atlas, 2007. BAUER, R. Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações . São Paulo: Atlas, 1999. GRAYSON, D.; HODEGES, A. Compromisso social e gestão empresarial . São Paulo: Publifolha, 2002. INSTITUTO ETHOS. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades (vários autores) . São Paulo: Pierópolis, 2006. MCINTOSH, M. et al. Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. <i>In: Revista de Contabilidade e Finanças</i> . v.19. n.47, 2008. SERPA, D. A. F.; FOURNEAU, L. F. Responsabilidade Social Corporativa: uma Investigação Sobre a Percepção do Consumidor. <i>In: Revista de Administração Contemporânea – RAC</i> . v.11, n.3, 2007. XAVIER, W.; MARANHÃO, C. Responsabilidade social: a privatização do público. <i>In: O&S</i> , Salvador, v.17, n.53, p. 297-309, abr./jun., 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1083	TEMAS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	02	30
EMENTA			
Ementa a ser definida no semestre da oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1082	TEMAS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO I	02	30
EMENTA			
Ementa a ser definida no semestre da oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GSA279	TEMAS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO II	03	45
EMENTA			
Ementa a ser definida no semestre da oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GSA276	TEMAS ESPECIAIS EM SAÚDE	03	45
EMENTA			
Ementa a ser definida no semestre da oferta.			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1649	TÓPICOS AVANÇADOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	04	60
EMENTA			
Espaço econômico e o conceito de região. Teorias da localização das atividades econômicas. Teorias clássicas do desenvolvimento regional: teoria da base de exportação; Myrdal; Perroux; Hirschman. Desenvolvimento e desequilíbrios regionais. Discussão sobre os limites de crescimento e o desenvolvimento. As questões do desenvolvimento local: análises de experiências. O novo debate regional: novas teorias do crescimento econômico; aspectos da mudança de paradigmas: o desenvolvimento endógeno; Os distritos industriais; Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (APL e SPL); A dicotomia Global/Local. Sistemas Regionais de Inovação.			
OBJETIVO			
Aprofundar aspectos teóricos e conceituais relacionados ao desenvolvimento regional e territorial.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BUARQUE, Sérgio C. Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável - Metodologia de planejamento. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.180 p. SEN. Amartya. Desenvolvimento como liberdade . Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. SCHUMPETER. Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico . São Paulo: Abril Cultural. 1982. THEIS. Ivo M. (org.) Desenvolvimento e Território: questões teóricas, evidências empíricas . Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2008. 278 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada? A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004. CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. Economia e Desenvolvimento Regional . São Paulo: Atlas, 2000. FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico . São Paulo: Paz e Terra, 2000. SOUZA. Nali de Jesus. Desenvolvimento regional . São Paulo: Atlas. 2009. VEIGA. J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro. Garamond. 2005. ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1313	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: gênero e sexualidade, direitos humanos, diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão social, étnica e de gênero.			
OBJETIVO			
Discutir temáticas contemporâneas no contexto educacional como elementos estruturantes da formação de professores, tendo como referência a diversidade como articuladoras das propostas de ensino.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2004. GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O jogo das diferenças – O multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2005. SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Global, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, D. S. (org). Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva. Tubarão, SC; COPIART, 2016. FERNANDES, Florestan. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1975. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. MATTOS, R. A. de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007. MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GSA0329	GESTÃO DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO II	60
EMENTA		
Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: Gestão de cardápios; Gestão de fornecedores, estoque e compras; Gestão de custos; Gestão da produção; Gestão de pessoas; Gestão da qualidade (sensorial e nutricional, higiênico sanitária, de serviço, regulamentar, simbólica e sustentável).		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico conhecer e aplicar os instrumentos necessários a administração, gestão e organização de uma UAN, com enfoque na gestão direcionada a práticas sustentáveis de produção de refeições.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Metha, 2011. PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições . Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2008. SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos . 6. ed. São Paulo: Varela, c1995. TEIXEIRA, S. M. F. G. <i>et al.</i> Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição . São Paulo: Atheneu, 2007. VAZ, Célia Silvério. Alimentação de coletividade: uma abordagem gerencial: manual prático do gestor de serviços de alimentação . 3. ed. Brasília, DF: [s.n.], 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos . 5. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2015. MANZALLI, Priscila Ventura. Manual para serviços de alimentação . 2. ed. São Paulo: Metha, 2010. MEZOMO, Iracema de Barros. Os serviços de alimentação: planejamento e administração . 6. ed. São Paulo: Manole 2015. MUTTONI, Sandra. Administração de serviços de alimentação . Porto Alegre: SER – SAGAH, 2017. (Minha Biblioteca). REGGIOLLI, Márcia Regina. Planejamento estratégico de cardápios para gestão de negócios em alimentação . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. SANT'ANNA, Lina Cláudia. Administração aplicada à produção de alimentos . Porto Alegre: SER – SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca).		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCS0746	ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO RURAL	45
EMENTA		
Introdução aos problemas econômicos. Importância da agropecuária e agroindústria para o desenvolvimento econômico. Breve histórico do pensamento econômico. Tópicos de microeconomia aplicados às atividades do agronegócio. Sistemas econômicos e estruturas de mercado. Oferta, demanda, equilíbrio de mercado. Elasticidades. Instrumentos de política econômica. Comércio internacional. Crescimento e desenvolvimento econômico. Economia Brasileira. Ferramentas de administração e a sua aplicação nos diferentes modelos de produção animal. Capital, custos, juros e balanço patrimonial. Análises de viabilidade e medidas de resultados econômicos. Gestão de propriedades rurais. Empreendedorismo e inovação no meio rural. Marketing aplicado ao agronegócio.		
OBJETIVO		
Relacionar as atividades agropecuárias dentro do sistema econômico e fornecer as noções básicas dos modelos de organização e gestão de propriedades rurais dedicadas a produção animal.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARBAGE, A. P. Fundamentos de economia rural . 2. ed. Chapecó: Argos, 2012. FEIJÓ, R. L. C. Economia agrícola e desenvolvimento rural . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2010. KAY, R. D., EDWARDS, W. M., DUFFY, P. A. Gestão de propriedades rurais . 7. ed. Porto Alegre: Editora McGraw-Hill, 2014. PINHO, D. B; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO Jr, R. (orgs.) Manual de economia . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SILVA, R. A. G. Administração rural: teoria e prática . 3. ed. Curitiba: Juruá, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial : GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1. BATALHA, Mário Otávio (coord.). Gestão agroindustrial : GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: uma abordagem decisória . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (coord.). Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.		
Número de unidades de avaliação	2	



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCB480	ECOLOGIA DE ORGANISMOS, POPULAÇÕES E INTERAÇÕES	60
EMENTA		
Organismos, Populações e Interações: Distribuição espacial de populações. Processos demográficos. Fatores e processos determinantes da densidade e da distribuição populacional. Crescimento e regulação das populações. Modelos de crescimento populacional. Ciclos e flutuações populacionais. Características e estratégias bionômicas. Ecologia comportamental e de interações.		
OBJETIVO		
O CCR de Ecologia de Organismos, Populações e Interações visa à construção do conhecimento sobre a autoecologia, dinâmica de populações e das interações ecológicas, bem como embasar teórica e cientificamente o professor de Ciências e Biologia com o incentivo à pesquisa científica nesta área e sua aplicação prática em questões relacionadas à qualidade ambiental com vistas a conservação biológica e qualidade de vida.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Ecologia de Indivíduos a Ecosistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. DAJOZ, R. Princípios de Ecologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. RICKLEFS, R. E. Economia da natureza . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2011. ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. Fundamentos de Ecologia . 5. ed. São Paulo: Cengage Learning Editora, 2008. 612 p. TOWNSEND, C. L.; BEGON, M.; HARPER, J. N. Fundamentos em Ecologia . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GOTELLI, N. J. Ecologia . Londrina: Editora Planta, 2007. KREBS, J. R.; DAVIES, N. B. Introdução à ecologia comportamental . São Paulo: Atheneu Editora, 1996. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em Ecologia . Porto Alegre/RS: Ed. Artmed, 2000. 252 p. PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação . Londrina, PR: Planta, 2001. 327 p. WILSON, E. O. Biodiversidade . 2. imp. Ed. Nova Fronteira. 1997. 657 p.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GSA0321	LEGISLAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ALIMENTOS	75
EMENTA		
Atuação do profissional nutricionista em Alimentação coletiva. Controle higiênico Sanitário de alimentos. Boas práticas de Fabricação/manipulação durante todo o processo produtivo do alimento (recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo e distribuição). Legislação aplicada na produção e comercialização de alimentos. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Identificar as técnicas de higiene e manipulação adequada de alimentos. Conhecer a legislação de alimentos vigente no Brasil e no mundo e analisar os sistemas de controle de qualidade em alimentos. Proporcionar ao estudante vivências junto à comunidade através de práticas extensionistas relacionadas ao controle higiênico sanitário de alimentos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Metha, 2011. GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos . 5. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2015. SANT'ANA, Helena Maria Pinheiro. Planejamento físico-funcional de unidades de alimentação e nutrição . Rio de Janeiro: Rubio, 2012. SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos . 6. ed. São Paulo: Varela, c1995.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BERTIN, Brigitte; MENDES, Fátima. Segurança de alimentos no comércio: atacado e varejo . Rio de Janeiro, RJ: Ed. Senac Nacional, 2011. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 . Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília: ANVISA, 2004. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 . Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos operacionais padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília: ANVISA, 2002. CARELLE, Ana Claudia. Manipulação e higiene dos alimentos . 2. ed. São Paulo: Erica, 2014. (Minha biblioteca). FERREIRA, Sila Mary Rodrigues. Controle da qualidade em sistemas de alimentação coletiva I . São Paulo, SP: Livraria Varela, 2002. MEZOMO, Iracema de Barros. Os serviços de alimentação: planejamento e administração . 6. ed. São Paulo: Manole, 2015. MUTTONI, Sandra. Administração de serviços de alimentação . Porto Alegre: SER –		



SAGAH, 2017. (Minha Biblioteca).

SANT'ANNA, Lina Cláudia. **Administração aplicada à produção de alimentos**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca).



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GLA107	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
EMENTA		
1. Visão contemporânea da inclusão e da educação especial na área da surdez. 2. Cultura e identidade da pessoa surda. 3. Tecnologias voltadas para a surdez. 4. História da linguagem de movimentos e gestos. 4. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. 5. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. 5. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. 6. Sistematização e operacionalização do léxico. 7. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras; 8. Diálogo e conversação. 9. Didática para o ensino de Libras.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001. LABORIT, Emmauelle. O Vão da Gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. _____. Língua de Sinais e Educação do Surdo . Série neuropsicológica. São Paulo: TEC ART, 1993. v. 3. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1 . 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos. A Aquisição da Linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1692	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA, DA ANTROPOLOGIA E DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
Educação, cultura e sociedade. Educação numa perspectiva multi e interdisciplinar. A sociologia da educação: perspectiva clássica e sua problematização. Tópicos sobre a formação social brasileira. A Antropologia da educação: a alteridade como desafio pedagógico e investigativo. A filosofia da educação: a crítica como princípio formativo. O cotidiano escolar e sua problematização. A educação no contexto neoliberal: desafios para democratização e inclusão escolar e social. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino		
OBJETIVO		
Analisar e discutir a educação a partir das contribuições de clássicos da sociologia, da antropologia e da filosofia da educação, com foco no contexto brasileiro contemporâneo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 2008. BONETI, L. W. Sociologia da educação no Brasil: do debate clássico ao contemporâneo . São Paulo: PUC-PR, 2020. BOURDIEU, P. Escritos de educação . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. LAPLANTINE, F. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2009. LOMBARDI, J. C. Educação e ensino na obra de Marx e Engels . São Paulo: Átomo & Alínea, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BARROS, J. D. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. Revista Brasileira de Educação , Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230093 . Acesso em: 11 nov. 2021. BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente . São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal . São Paulo: Boitempo, 2016. FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes . 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021. MASINI, S. Educação e alteridade . São Paulo: EDUFSCAR, 2010. MAZZONETTO, C.; Viane, <i>et al.</i> Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação . Santa Maria: UFSM, 2017. PINHEL, A. M.; ALVES, B. W. Sociologia brasileira . Curitiba: Intersaberes, 2019. SOUZA, J. A rale brasileira: quem é e como vive? São Paulo: Contracorrente, 2018. SOUZA, J. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica . 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.		



TOSCANO, M. **Introdução à sociologia educacional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2007	RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	60
EMENTA		
Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.		
OBJETIVO		
Propiciar ao aluno a discussão da presença da diferença, da diversidade na sociedade, numa abordagem pluriétnica, multicultural e multidisciplinar, tomando como desafio possibilidades mais democráticas de tratar a diferença, o outro no cotidiano e, ainda, o aprofundamento da temática da formação cultural brasileira questionando as leituras hegemônicas da nossa cultura e de suas características, assim como das relações entre os diferentes grupos sociais e étnicos, bem como as implicações para o trabalho e desenvolvimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARCÍIA CANCLINI, N. Culturas híbridas : estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. RIBEIRO, D. O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SILVA, T. T.(org.). Alienígenas na sala de aula : uma introdução aos estudos culturais em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AZEVEDO, T. Democracia racial : ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988. 54. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC . Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2004. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03. Brasília, DF: SECAD, 2005. MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola . 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf .		
Número de unidades de avaliação	2	



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCA0788	EXTENSÃO RURAL	30
EMENTA		
Extensão rural: origem, princípios e situação atual. Comunicação, difusão de inovações e metodologia do trabalho extensionista. Levantamento, diagnóstico e planejamento do trabalho com produtores rurais. Caracterização de produtores rurais; estrutura agrícola do Brasil e do Paraná. Planejamento e avaliação de programas de extensão.		
OBJETIVO		
Utilizar técnicas extensionistas, oferecendo informações técnicas ao produtor rural.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, M. A. Agroecologia : bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed., ampl. São Paulo, SP: Expressão Popular; Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA, 2012. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural : contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Brasília: MDA/NEAD, 2007. FREIRE, P. Extensão ou comunicação . 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. SCHMITZ, H. Agricultura familiar : extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo, SP: Annablume, 2010. SILVA, R. C. Extensão rural . São Paulo: Erica, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. O. (org.). Reconstruindo a agricultura : idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2009. ARAÚJO NETO, S. E. Extensão rural . Curitiba: Brazil Publishing, 2020. BUAINAIN, A. M. <i>et al.</i> O mundo rural no Brasil do século XXI : a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Embrapa: Brasília, 2014. <i>E-book</i> . Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/107662/1/O-MUNDO-RURAL-2014.pdf . GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. Novo mundo rural . Editora UNESP: São Paulo, 2015. 208 p. INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Estratégias metodológicas da extensão rural no Paraná . Curitiba, PR: EMATER/PR, 2009. v. I. INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Estratégias metodológicas da extensão rural no Paraná . Curitiba, PR: EMATER/PR, 2009. v. II. NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C. (org.). Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil : práticas, avanços e limites metodológicos. Ijuí, RS: Unijuí, 2013.		
Número de unidades de avaliação	2	



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCA0879	INTRODUÇÃO AO DIREITO ANIMAL	60
EMENTA		
Regras e princípios. Constitucionalismo e direitos fundamentais. Dimensões de direitos fundamentais. Senciência e dignidade animal. Noção sobre direito animal. Direito animal e direito ambiental. O direito animal da constituição brasileira de 1988. O direito animal na lei dos crimes ambientais e em outras leis federais. O decreto 24.645/1934. Legislação estadual e municipal de direito animal. O direito animal nos tribunais. O ensino do direito animal no Brasil.		
OBJETIVO		
Capacitar o discente para a compreensão da epistemologia do Direito Animal, com fixação do seu conceito, seu objeto, seus fundamentos e seus princípios.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ACKEL FILHO, D. Direito dos animais . São Paulo: Themis, 2001. ATAIDE JUNIOR, V. P. Introdução ao direito animal brasileiro. Revista Brasileira de Direito Animal , Salvador, v. 13, n. 3, p. 48-76, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.9771/rbda.v13i3.28768 . ÁVILA, H. B. Teoria dos princípios : da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2022. DIAS, E. C. Os animais como sujeitos de direito. Revista Brasileira de Direito Animal , Salvador. v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.9771/rbda.v1i1.10243 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988. 54. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 . Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm DIAS, E. C. A tutela jurídica dos animais . Joinville, SC: Clube dos Autores, 2020. LEVAI, L. F. Direito dos animais . Curitiba: Appris, 2023. RODRIGUES, T. D. O direito & os animais : uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. Direito constitucional ambiental : constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. 5ed. São Paulo: RT, 2017.		
Número de unidades de avaliação	2	



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCA0888	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	60
EMENTA		
Legislação e normas sanitárias. A importância para a saúde pública das Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica e Ambiental. Principais atividades desenvolvidas pelas Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica e Ambiental. Saúde do trabalhador: conceitos; legislações; ambiente de trabalho e saúde; acidentes de trabalho; e noções de Biossegurança.		
OBJETIVO		
Ao final da disciplina, os acadêmicos deverão conhecer os fundamentos de vigilância em saúde (Histórico do desenvolvimento da Vigilância em Saúde no Brasil, Conceito de Risco, O Processo saúde doença, Prevenção e Prevenção, Controle, Erradicação e Eliminação); o meio ambiente e sua relação com a saúde; a Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalho); a vigilância em saúde na legislação vigente e no contexto da região sul do Brasil; a estruturação e as competências das Vigilâncias; os processos de trabalho relacionados às vigilâncias em saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FRANCO, L. J.; PASSOS, A. D. C. Fundamentos de epidemiologia . 2. ed., rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2011. xii, 424 p. LAURENTI, R.; MELLO, J. M. H. P.; LEBRÃO, M. L.; GOTLIEB, S. L. D. Estatísticas de saúde . São Paulo: EPU, 1987. MEDRONHO, R. A.; BOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. Epidemiologia . 2. ed. São Pau: Atheneu, 2009. xxii, 685p. PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1995. 596 p. ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Introdução à epidemiologia . 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: MEDSI, 2006. 282 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AITH, Fernando; DALLARI, Sueli Gandolfi. Vigilância em saúde no Brasil: os desafios dos riscos sanitários do século XXI e a necessidade de criação de um sistema nacional de vigilância em saúde . Rev. Direito Sanit., São Paulo, v. 10, n. 2, out. 2009. Disponível em < https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13165/14972 >. ALVES, R. B. Vigilância em saúde do trabalhador e promoção da saúde: aproximações possíveis e desafios . Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(1):319-322, jan-fev, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.org/pdf/csp/v19n1/14934.pdf >. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Básica / - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 199 p. : il. - (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 21). Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_vigilancia_saude.pdf >. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Gestão da Vigilância em Saúde . Disponível em:		



<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_de_gestao_web.pdf>. Acesso em 24 jul. de 2012.

BRASIL. ANVISA. **Cartilha de vigilância sanitária: cidadania e controle social**. 2ª.ed. Brasília, 2002. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf>.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: FUNASA, 2002. 42 p. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**. Brasília: MS, 2006b. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância em Saúde no SUS: fortalecendo a capacidade de resposta aos velhos e novos desafios**. Brasília, 2006. 228 p. il. (Série B. Textos básicos de saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Ciclo de debates sobre redes regionalizadas de atenção a saúde: desafios do SUS**. Vigilância em Saúde e Promoção da Saúde, relatório descritivo. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/Matriz-4-Sistemas.html#>>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. 278 p. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 6, I).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Guia de vigilância em saúde: volume 1** [recurso eletrônico] – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 3 v. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-1-6a-edicao>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Guia de vigilância em saúde: volume 2** [recurso eletrônico] – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 3 v. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-2-6a-edicao>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Guia de vigilância em saúde: volume 3** [recurso eletrônico] – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 3 v. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-3-6a-edicao>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento** / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – 5.ed. Brasília: Funasa, 2019. 545 p. Disponível em: <https://repositorio.funasa.gov.br/bitstream/handle/123456789/506/Manual_de_Saneamento_Funasa_5a_Edicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf>.

Número de unidades de avaliação

2



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**





CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1383	HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS	60
EMENTA		
A natureza, o papel e a história da Ciência na produção do conhecimento científico. Categorias epistemológicas e a relação com o ensino. Contribuições da História e Filosofia da Ciência no Ensino de Ciências e Biologia. Especificidades entre conhecimento cotidiano, escolar e científico. Relações entre sociedade e conhecimento científico e tecnológico a partir da Alfabetização Científica e da abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).		
OBJETIVO		
Propiciar compreensões e debates sobre a natureza da Ciência, as relações entre sujeito e objeto do conhecimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORGES, R. M. R. Em debate: cientificidade e educação em ciências . Porto Alegre: SE/CECIRS, 1996. CHALMERS, A. F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliensis, 1993. CHASSOT, A. A Ciência através dos Tempos . São Paulo: Moderna (coleção Polêmica), 1994 LOPES, A. R. C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano . Rio de Janeiro: UERJ, 1999. _____. Currículo e epistemologia . Ijuí: Unijuí, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento . Trad. Estela S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. GIL PÉREZ, D. et al. Para uma imagem não deformada do trabalho científico . Contexto e Educação. V. 7, n. 2, Bauru: FE/UNESP, p. 125-153, 2001. HESSEN, J. Teoria do Conhecimento . Trad. João V. G. Cuter, 2.ed, São Paulo: Martins Fontes, 2003. KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas . São Paulo: Editora Perspectiva, 2006. MATTHEWS, M. R. História, filosofia e ensino de ciências: a tendência atual de reaproximação . Caderno Catarinense de Ensino de Física, v. 12, n. 3, p. 164-214, dez. 1995. PEDUZZI, L. O. Q.; MARTINS, A. F. P.; FERREIRA, J. M. H. (Orgs.). Temas de História e Filosofia da Ciência no Ensino . Natal: EDUFRN, 2012. Disponível em DOI: 10.5007/2175-7941.2013v30n1p227		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1312	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	30
EMENTA		
Aspectos históricos, éticos e epistemológicos da Educação Especial. Escola e educação inclusiva. Os sujeitos da educação inclusiva: surdos, cegos, deficientes (auditivos, visuais, mentais, físicos, múltiplos) e transtornos (de aprendizagem, globais, do espectro autista), síndrome de Down e altas habilidades. O atendimento especializado (em classes, escolas ou serviços especializados).		
OBJETIVO		
Abordar a diversidade e os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a inclusão nas práticas escolares e didático-pedagógicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALENCAR, E. M. L. S. Tendências e desafios da educação especial . Brasília: MEC, 1994. BRASIL. Decreto Nº6.571, de 17 de setembro de 2008 . Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2007. (Dispõe sobre o atendimento educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007). GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas – intervenção psicoeducacional . Porto Alegre: Artmed, 2007. GOÊS, Maria Cecília R. De; LAPLANE, Adriane L. F. de (Org.). Políticas e praticas da educação inclusiva . São Paulo: Autores Associados, 2004. JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2002. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AMARAL, A. Pensar a diferença/deficiência . Brasília: CORDE, 1994. ANDRÉ, Marli (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula . Campinas-SP: Papirus, 1999. BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). Educar na diversidade: material de formação docente . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 58-73. BRASIL. Saberes e praticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física . Brasília: MEC, SEESP, 2004. BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual-volume 1 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. (Série Atualidades pedagógicas). BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência múltipla-volume 1 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. (Série Atualidades pedagógicas).		



PUESCHEL, Siegfried (Org.). **Síndrome de Down:** guia para pais e educadores. 11. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 53-98. (Série Educação Especial).

RIVIÈRE, Angel. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL, Cezar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 3.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas:** mitos e realidades. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCB496	TÓPICOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
Histórico, evolução e perspectivas da Educação Ambiental. Compromissos Mundiais da Educação Ambiental. Diferentes tipos de abordagens e metodologias em Educação Ambiental. Educação ambiental nos ambientes urbano, rural e em unidades de conservação. Desenvolvimento sustentável. Pesquisa e extensão em Educação Ambiental.		
OBJETIVO		
Construir conhecimento em educação ambiental abordando valores éticos e de formação da cidadania através de abordagens diferenciadas promovendo o pensamento crítico e sensitivo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico . São Paulo: Ed. Cortez, 2012. REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social . São Paulo: Cortez, 2010. REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014. TRISTÃO, M. A educação ambiental na formação de professores: rede de saberes . São Paulo: Annablume, 2004. TRISTÃO, M.; JACOBI, P. R. (Org.). Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa . São Paulo: Annablume, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas . São Paulo: Gaia, 2000. GALIAZZI, M. do C.; FREITAS, J. V. de. Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental . Ijuí: Unijuí, 2005. LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira . Brasília: MMA: Diretoria de Educação Ambiental, 2005. LOUREIRO, C. F. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental . São Paulo: Cortez, 2004. NOAL, F.; BARCELOS, V. (Org.). Educação Ambiental e cidadania . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas . Rio de Janeiro: Vozes, 2009. SATO, M.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em Educação Ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Org.). Educação Ambiental e cidadania . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. TAMAI, I. (Coord.). Caminhos e aprendizagens: educação ambiental, conservação e desenvolvimento . Brasília, 2000. TAMAI, I. O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental . São Paulo: Annablume, 2002. ZAKRZEWSKI, S.; BARCELLOS, V. (Org.). Educação ambiental e compromisso social: pensamentos e ações . Erechim: Edifapes, 2004.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1385	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	60
EMENTA		
Educação popular. Educação, cultura e trabalho. A história e as políticas da educação de jovens e adultos no Brasil. Currículo e EJA.		
OBJETIVO		
Reconhecer a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino prevista para garantir o direito à educação àqueles/as que não tiveram acesso durante o seu período de escolarização, compreendendo suas características curriculares fundamentadas nos princípios da Educação Popular		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRANDÃO, C. R. De angicos a ausentes: 40 anos de educação popular. Porto Alegre: CORAG, 2001. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. PAIVA, V. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003. PAIVA, J. Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: Faperj e DP et al., 2009. PINTO, Á. V. Sete lições para educação de adultos. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010. SOARES, L. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DI PIERRO, M. C. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Caderno Cedes, ano XXI, n. 55, nov. 2001. BRANDÃO, C. R. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. KLEIMAN, A. B. O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001. MARTINS FILHO, L. J. Alfabetização de jovens e adultos: trajetórias de esperança. Florianópolis: Insular, 2011. SCHWARTZ, S. Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1386	SEXUALIDADE E DIVERSIDADE	60
EMENTA		
A cidadania sexual e afetiva, direitos sexuais reprodutivos, direitos sexuais, Estado laico, famílias, diversidades sexuais e políticas de superação das desigualdades de gênero e das violências. A escola e o trato com as questões da diversidade sexual e das relações de gênero. A teoria queer.		
OBJETIVO		
Estimular o debate e a reflexão crítica a respeito da questão da sexualidade como elemento constitutivo da condição humana abordando temáticas como relações de gênero, diversidade sexual, direitos sexuais e o papel da educação sexual na contemporaneidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais : adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, 2006. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I : a vontade de saber. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2013. FURLANI, Jimena (Org.). Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças . Florianópolis: UDESC; SECAD/Ministério da Educação, 2008 LOURO, Guacira Lopes (Organizador). O corpo educado : pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. _____. ; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Organizador). Corpo, gênero e sexualidade : um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. NUNES, César A.. Desvendando a sexualidade . Campinas: Papirus, 2006		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BUTLER, J. Problemas de gênero . Feminismo e subversão da identidade. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. BOURDIEU, P. A dominação masculina . São Paulo: Bestbolso, 2014. CORRÊA, M. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: Colcha de Retalhos : Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1993. JUNQUEIRA, R.D. (Org.) Diversidade Sexual na Educação : problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009. RIBEIRO, P.R.M. (Org.) Sexualidade e Educação : aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. MAIA, A.C.B. Sexualidade e Deficiências nas Ciências Humanas . São Paulo: Unesp, 2006. LOURO, G. L. Um corpo estranho . Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. ALTMANN, H. Educação física escolar : relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015 FÁVERO, O.; IRELAND, T. D. (Org.) Educação como exercício de diversidade . Brasília:		



UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1387	TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seu papel social, político e cultural. Educação a Distância (EaD): seu contexto histórico e suas ferramentas de aprendizagem. A educação do campo: suas práticas e conceitos. Formação humana e desenvolvimento sustentável. Medidas socioeducativas e seu contexto de atuação: jovens e adolescentes, políticas públicas e metodologias de ação.		
OBJETIVO		
Compreender os diferentes contextos educacionais no que diz respeito aos referenciais teórico-metodológicos, políticas públicas e a ação docente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do Campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Bazílio, L. C. & Kramer, S. Infância, educação e direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2003. BELLONI, M. L. Educação à distância . Campinas: Autores Associados, 2006. CARVALHO, H. M. O Campesinato no século XXI . Petrópolis: Vozes, 2005. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta . 12 ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FIORENTINI, L. M. R. e MORAES, R. de A. Linguagens e interatividade na educação à distância . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra . 3 ed. São Paulo: Petrópolis, 2002 GOFFMAN, E. (1999). Manicômios, prisões e conventos . São Paulo: Perspectiva, 1999. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org). Educação a distância: O estado da arte . São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009. MAGLAIVE, G. Ensinar adultos . Portugal: Porto, 1995. MORAES, R. C. Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico . São Paulo: SENAC, 2010. SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Volpi, M. (Org.). (1997). O adolescente e o ato infracional . São Paulo: Cortez. 1997. _____. Sem liberdade, sem direitos . A privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001. WANDERLEY, M. N. B. O Mundo Rural como um espaço de Vida . Porto Alegre, UFRGS, 2009.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1000	DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
EMENTA		
A diversidade e a inclusão na organização e adaptação do currículo. A produção do conhecimento na diversidade. Especificidades dos sujeitos da educação inclusiva em suas diferentes características. Relações de mediação entre escola e família: encaminhamentos, diagnósticos e acompanhamento extraescolar. A inclusão nos processos de ensino e aprendizagem e suas implicações nas práticas escolares e didático-pedagógicas. Acessibilidade. Tecnologias assistidas.		
OBJETIVOS		
Abordar as especificidades dos sujeitos da educação inclusiva considerando as necessidades de adaptação curricular dos processos de ensino e de aprendizagem para promover a inclusão nas práticas escolares e didático-pedagógicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALENCAR, E. M. L. S. Tendências e desafios da educação especial . Brasília: MEC, 1994. BRASIL. Decreto Nº6.571, de 17 de setembro de 2008 . Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2007. (Dispõe sobre o atendimento educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007). GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas – intervenção psicoeducacional . Porto Alegre: Artmed, 2007. GOÉS, Maria Cecília R. De; LAPLANE, Adriane L. F. de (Org.). Políticas e praticas da educação inclusiva . São Paulo: Autores Associados, 2004. JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2002. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AMARAL, A. Pensar a diferença/deficiência . Brasília: CORDE, 1994. ANDRÉ, Marli (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula . Campinas-SP: Papirus, 1999. BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). Educar na diversidade: material de formação docente . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 58-73. BRASIL. Saberes e praticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física . Brasília: MEC, SEESP, 2004. BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual-volume 1 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. (Série Atualidades pedagógicas). BRASIL. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência múltipla-volume 1 . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação		



Especial, 2001. (Série Atualidades pedagógicas).

PUESCHEL, Siegfried (Org.). **Síndrome de Down:** guia para pais e educadores. 11. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 53-98. (Série Educação Especial).

RIVIÈRE, Angel. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL, Cezar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 3.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas:** mitos e realidades. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCS589	PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	30
EMENTA		
Pensamento e história das ideias. O lugar das ideias políticas na formação nacional; momentos, linhagens e personagens do pensamento político brasileiro; o pensamento político na formação da literatura nacional; desafios emergentes à reflexão política brasileira.		
OBJETIVOS		
Construir um panorama geral do pensamento político brasileiro a partir da busca das interfaces entre as obras politológicas, sociológicas e literárias mais relevantes da produção intelectual nacional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro . São Paulo: Hucitec, 2007. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira . 14 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013. IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil . São Paulo: EDUSC, 2004. RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil . 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007. WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens . São Paulo: Ática, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BEVIR, Mark. A lógica da história das ideias . Bauru: EDUSC, 2008. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento . 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. CARVALHO, Olavo de. O futuro do pensamento brasileiro: estudos sobre o nosso lugar no mundo . 2. ed. Rio de Janeiro: Realizações, 2007. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil . 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FAORO, Raymundo. Os donos do poder . 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . 52. ed. São Paulo: Global, 2013. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1999. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos . São Paulo: Contraponto, 2006. MAIA, João Marcelo Ehlert. A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-. 1822) . Rio de Janeiro: Revan, 2003. NUNES, Edson. A Gramática Política Do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático . Rio de Janeiro: Zahar, 1997. POCOCK, John. Linguagens do ideário político . São Paulo: EDUSP, 2003.		



PRADO, Maria Emília (Org.). **Dicionário do pensamento brasileiro: obras políticas do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.). **Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1253	TÓPICOS EM EDUCAÇÃO	30
EMENTA		
A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seu papel social, político e cultural. Educação a Distância (EaD): seu contexto histórico e suas ferramentas de aprendizagem. A educação do campo: suas práticas e conceitos. Formação humana e desenvolvimento sustentável. Medidas socioeducativas e seu contexto de atuação: jovens e adolescentes, políticas públicas e metodologias de ação.		
OBJETIVO		
Compreender os diferentes contextos educacionais no que diz respeito aos referenciais teórico-metodológicos, políticas públicas e a ação docente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do Campo. Petrópolis , RJ: Vozes, 2004. BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2003. BELLONI, M. L. Educação à distância . Campinas: Autores Associados, 2006. CARVALHO, H. M. O Campesinato no século XXI . Petrópolis: Vozes, 2005. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta . 12 ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
FIORENTINI, L. M. R. e MORAES, R. de A. Linguagens e interatividade na educação à distância . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra . 3 ed. São Paulo: Petrópolis, 2002. GOFFMAN, E. (1999). Manicômios, prisões e conventos . São Paulo: Perspectiva, 1999. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org). Educação a distância: O estado da arte . São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009. MAGLAIVE, G. Ensinar adultos . Portugal: Porto, 1995. MORAES, R. C. Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico . São Paulo: SENAC, 2010. SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. VOLPI, M. (Org.). (1997). O adolescente e o ato infracional . São Paulo: Cortez. 1997. _____. Sem liberdade, sem direitos . A privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001. WANDERLEY, M. N. B. O Mundo Rural como um espaço de Vida . Porto Alegre, UFRGS, 2009.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1254	SEXUALIDADE E DIVERSIDADE	30
EMENTA		
A cidadania sexual e afetiva, direitos sexuais reprodutivos, direitos sexuais, Estado laico, famílias, diversidades sexuais e políticas de superação das desigualdades de gênero e das violências. A escola e o trato com as questões da diversidade sexual e das relações de gênero. A teoria queer.		
OBJETIVO		
Estimular o debate e a reflexão crítica a respeito da questão da sexualidade como elemento constitutivo da condição humana abordando temáticas como relações de gênero, diversidade sexual, direitos sexuais e o papel da educação sexual na contemporaneidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais : adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, 2006. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I : a vontade de saber. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2013. FURLANI, Jimena (Org.). Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças . Florianópolis: UDESC; SECAD/Ministério da Educação, 2008 LOURO, Guacira Lopes (Organizador). O corpo educado : pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. _____. ; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Organizador). Corpo, gênero e sexualidade : um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. NUNES, César A.. Desvendando a sexualidade . Campinas: Papirus, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade . (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. BOURDIEU, P. A dominação masculina . São Paulo: Bestbolso, 2014. CORRÊA, M. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil . Campinas: UNICAMP, 1993. JUNQUEIRA, R.D. (Org.) Diversidade Sexual na Educação : problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009. RIBEIRO, P.R.M. (Org.) Sexualidade e Educação : aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. MAIA, A.C.B. Sexualidade e Deficiências nas Ciências Humanas . São Paulo: Unesp, 2006. LOURO, G. L. Um corpo estranho . Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. ALTMANN, H. Educação física escolar : relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.		



FÁVERO, O.; IRELAND, T. D. (Org.) **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GEX934	CIRCULAÇÃO E TEXTUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA	30
EMENTA		
Aspectos conceituais acerca da divulgação científica e seu papel na sociedade. Relação entre a circulação do conhecimento e a divulgação científica. Cultura científica. Educação formal, não formal, informal. O gênero do discurso da divulgação científica. Leitura crítica da divulgação científica.		
OBJETIVOS		
Possibilitar a compreensão do papel da divulgação da ciência na sociedade e de como esta prática influencia na produção do conhecimento científico, problematizando as potencialidades e limitações de sua inserção na Escola enquanto um gênero discursivo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, M. J. P. M. Linguagens, leituras e ensino da ciência . Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998. CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias . Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006. CUNHA, M. B.; GIORDAN, M. (Orgs.). Divulgação científica na sala de aula: perspectivas e possibilidades . Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2015, 360 p. LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDAO, H. N. (Org). Gêneros do discurso na escola: mitos, conto, cordel, discurso político, divulgação científica . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. ZAMBONI, L. M. S. Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica . Campinas, SP: Autores Associados, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, M. J. P.M de. Discursos da ciência e da escola: ideologia e leituras possíveis . Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. BUENO, W. da C. Jornalismo científico no Brasil: compromissos de uma prática dependente . Tese apresentada a Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1985. CUNHA. M.B da. A percepção de ciência e tecnologia dos estudantes de ensino médio e a divulgação científica . Tese apresentada a Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009, 363 p. FIORESI, C. A. Textos de Divulgação Científica e as Histórias em Quadrinhos: um estudo das interpretações de estudantes do ensino médio . Cascavel: Unioeste, 2016. 249 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. IVANISSEVICH, A. A divulgação científica na mídia . Revista Ciência & Ambiente, nº 23. Universidade Federal de Santa Maria, dez. 2001. IVANISSEVICH, A. A mídia como intérprete — formação e informação científicas: jornalismo para iniciados e leigos . São Paulo: Summus, 2005. p. 13-30.		



SILVA, H. C. **O que é divulgação científica?** Ciência & Ensino, v. 1, n. 1, 2006.
VOGT, C. **A espiral da Cultura Científica.** Revista Com Ciência, 2003.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1697	GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	60
EMENTA		
A gestão do Estado, os sistemas de ensino e as escolas. A gestão dos sistemas de ensino e nas escolas; poder disciplinar, normalização e cultura escolar. Gestão democrática e participativa da educação: participação nos processos de decisão e a constituição de cultura democrática no governo da escola e da sala de aula. A escola, planejamento e processos avaliativos: o papel da (o) diretora (or) e da (o) coordenadora (or). A constituição do Projeto Político Pedagógico orientado pelos princípios da gestão democrática. Trabalho coletivo como princípio do processo educativo. A (o) professora (or) gestora (or) e a superação da dicotomia: administrativo versus pedagógico. A constituição da coordenação e o seu papel de articulador na formação continuada de professoras (es) e outras (os) profissionais da educação. O Conselho de Escola e a relação escola e comunidade escolar. A gestão e a coordenação: o caso da educação infantil, da escola do campo e dos espaços educativos não escolares. Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino		
OBJETIVO		
Compreender o papel da coordenação e gestão escolar na constituição de uma escola democrática como elemento essencial para a consolidação de uma educação de qualidade e inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARCHANGELO, A <i>et al.</i> O coordenador pedagógico e a educação continuada. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001. ANDRADE, E.; ANDRIOLI, L. A.; FRANTZ, W. (orgs.). Educação no contexto de globalização: reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. O coordenador pedagógico e a formação docente. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. PARO, V. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2002 VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AGUIAR, M. A. S.; FERREIRA, N. S. C. (orgs.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas, SP: Papirus, 2008. APPLE, M.; BEANE, J. (orgs.). Escolas democráticas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. ARAÚJO, U. F. Assembleia escolar: um caminho para resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004. AZANHA, J. M. P. Autonomia da escola, um reexame. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p037-046_c.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021. COSTA, V. L. C. Descentralização da educação no Brasil: As reformas recentes no ensino		



fundamental. **Caderno de Pesquisa**, Campinas: UNICAMP/NEPP, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno38.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LUIZ, M. C. **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

NAURA, S. C. F (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 6. edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, V. H. **Administração escolar**: à luz dos clássicos da pedagogia. São Paulo: Xamã, 2011.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1699	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA	60
EMENTA		
A sociedade constituída de identidades plurais com base na diversidade de raças, gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros traços indenitários. A Educação das relações Étnico-Raciais. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. História das (os) indígenas no Brasil. Racismo Estrutural no Brasil. Ideologia da Democracia Racial. Negritude e Escola. Cultura Negra e Educação Brasileira: o caso das (os) professoras (os) negras (os). Educação Indígena, políticas públicas e o Estado brasileiro. Educação Superior Indígena. Educação escolar indígena e movimentos sociais, organizações e instituições. A (o) indígena e a cidadania. . Atividades de extensão vinculadas ao CCR e definidas no plano de ensino.		
OBJETIVO		
Discutir e problematizar as relações étnico-raciais no contexto histórico-social, cultural e educacional brasileiro e promover o reconhecimento e a vivência da diversidade como essencial para a formação inicial e continuada de Professoras (es).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Ministério da Educação. Índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje . Brasília: MEC, 2006. CANCLINI, N. G. Culturas híbridas . São Paulo: EDUSP, 1998. CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (orgs.). Ênfases e omissões no currículo . São Paulo: Papirus, 2001. HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita à história contemporânea . São Paulo: Selo Negro, 2008. MACEDO, J. R. História da África . São Paulo: Contexto, 2013. SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola . São Paulo: Global, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AZEVEDO, C. M. M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX . São Paulo: Anablume, 2004. CUNHA, M. C. Histórias dos índios no Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 2012. GILROY, P. O Atlântico negro . Rio de Janeiro: Editora 34, 2001. GRUPIONI, L. D. As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação escolar Indígena . Brasília: MEC/SEF, 2001. GUARINELLO, L. A. Os primeiros habitantes do Brasil: coleção a vida no tempo do índio . São Paulo: Atual, 2001. LOPES, N. Enciclopédia brasileira de diáspora africana . São Paulo: Selo Negro, 2005 SILVA, W. A. Lendas e mitos dos índios brasileiros: coleção indígenas . São Paulo: FTD, 2015. SILVA, A. C. A África e os africanos na história e nos mitos . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.		



NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro edições, 2009.
RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1199	PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	30
EMENTA		
Pensamento e história das ideias. O lugar das ideias políticas na formação nacional. Momentos, linhagens e personagens do pensamento político brasileiro. O pensamento político na formação da literatura nacional. Desafios emergentes à reflexão política brasileira.		
OBJETIVOS		
Construir um panorama geral do pensamento político brasileiro a partir da busca das interfaces entre as obras politológicas, sociológicas e literárias mais relevantes da produção intelectual nacional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Org.). Um enigma chamado Brasil : 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro . São Paulo: Hucitec, 2007. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira . 14 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013. IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil . São Paulo: EDUSC, 2004. RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil . 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007. WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro : idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BEVIR, Mark. A lógica da história das ideias . Bauru: EDUSC, 2008. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. CARVALHO, Olavo de. O futuro do pensamento brasileiro : estudos sobre o nosso lugar no mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Realizações, 2007. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas : o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FAORO, Raymundo. Os donos do poder . 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . 52. ed. São Paulo: Global, 2013. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1999. KOSSELLECK, Reinhart. Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto, 2006. MAIA, João Marcelo Ehlert. A terra como invenção : o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Corcundas e constitucionais : a cultura política da Independência (1820-. 1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003. NUNES, Edson. A Gramática Política Do Brasil : Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. POCOCK, John. Linguagens do ideário político . São Paulo: EDUSP, 2003.		



PRADO, Maria Emília (Org.). **Dicionário do pensamento brasileiro:** obras políticas do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.). **Intérpretes do Brasil:** leituras críticas do pensamento social brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH1200	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	30
EMENTA		
Aspectos históricos e legais da Educação Especial: políticas educacionais. Escola e educação inclusiva. Deficiências (auditiva, visual, mental, física, múltipla e transtornos globais). Autismo, síndrome de Down. Modalidades de atendimento: suporte e recursos. Tecnologias assistivas. Altas habilidades.		
OBJETIVOS		
Contribuir com a formação do educador aprofundando a compreensão geral sobre as tendências atuais da Educação Especial/Inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALENCAR, E. M. L. S. Tendências e desafios da educação especial . Brasília: MEC, 1994. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC, 2008. Disponível em: < portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2014. BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm >. GOÊS, Maria Cecília R. de; LAPLANE, Adriane L. F. de (Org.). Políticas e práticas da educação inclusiva . Campinas, SP: Autores Associados, 2004. GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional . Porto Alegre: Artmed, 2007. JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRÉ, Marli Elisa D. A. de (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula . Campinas, SP: Papyrus, 2012. BRASIL. Ministério da Educação. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental . Brasília: MEC, 2005. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12664:educacao-inclusiva-atendimento-educacional-especializado-para-a-deficiencia-mental&catid=192:seesp-esducacao-especial >. Acesso em: 20 jul. 2014. _____. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física . Brasília: MEC, 2004. Disponível em: < portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciafisica.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2014. _____. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual . Brasília: MEC, 2001. v. 1. (Série Atualidades pedagógicas). Disponível em: < portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2014. _____. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental:		



deficiência múltipla. Brasília: MEC, 2001. v. 1. (Série Atualidades pedagógicas). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=17143&co_midia=2>. Acesso em: 20 jul. 2014.

DUK, Cyntia (Org.). O enfoque da educação inclusiva. In: _____. **Educar na diversidade:** material de formação docente. Brasília: MEC, 2005. p. 58-73.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MITTLER, Peter. Educação de necessidades especiais: uma perspectiva internacional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 2001, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC MINAS, 2001. p. 34-41.

PUESCHEL, Siegfried (org.). **Síndrome de Down:** guia para pais e educadores. Tradução de Lucia Helena Reily. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

RIVIÈRE, Angel. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL, Cezar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar. Tradução de Marcos A. G. Domingues. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GLA338	FELICIDADE: A ÉTICA DO CUIDADO DE SI	30
EMENTA		
A felicidade, a ética e o cuidado de si: concepções em diferentes contextos e grupos culturais. A formação acadêmica e a qualidade de vida. Dimensões comportamentais e cognitivas ligadas às percepções de felicidade contemporânea. O conceito de felicidade e suas articulações em diferentes áreas do conhecimento: Antropologia, Filosofia, Psicologia e Artes.		
OBJETIVOS		
Contribuir com a formação de futuros profissionais proporcionando um espaço em âmbito acadêmico de reflexões e vivências voltadas à qualidade de vida, conhecendo o conceito de felicidade em diferentes áreas do conhecimento: Antropologia, Filosofia, Psicologia e Artes.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARROS, Manoel. Memórias Inventadas: a infância . São Paulo: Planta do Brasil, 2003. EPICURO. Carta da Felicidade (a Meneceu) . São Paulo: UNESP, 2002. FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica do Sujeito . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1937-1931) . Rio de Janeiro: Imago, 1996. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém . 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. PESSOA, Fernando. Poesia completa de Alberto Caeiro . São Paulo: Companhia das Letras, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARROS FILHO, Clóvis de; KARNAL, Leandro. Felicidade ou morte . Campinas: Papirus 7 mares, 2016.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCS0882	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	60
EMENTA		
Evolução histórica da transformação digital no setor público. Princípios norteadores do Governo Digital e sua aplicação prática. Processo de digitalização de serviços públicos com foco na experiência do cidadão. Conceitos fundamentais de inovação e suas tipologias no setor público. Inovação aberta e colaborativa na administração pública. Empreendedorismo público: formas, modelos e aplicações. Fatores que influenciam a inovação em organizações públicas: desafios, barreiras e elementos indutores. Abordagens contemporâneas para resolução de problemas públicos: Laboratórios de Inovação, Design Thinking e metodologias ágeis aplicadas à gestão e à entrega de serviços públicos.		
OBJETIVO		
Compreender os fundamentos e as dinâmicas da transformação digital no setor público. Refletir sobre os desafios, limites e potencialidades da inovação no setor público. Desenvolver competências técnicas e comportamentais para atuar como agente empreendedor/transformador no setor público.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHESBROUGH, Henry; VANHAVERBEKE, Win; WEST, Joel. Novas fronteiras em inovação aberta. São Paulo: Blucher, 2017. EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/4282 MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2020. REIMÃO, Clovis. Governo digital: em defesa do ser humano. Londrina: Thoth Editora, 2025. SILVA, Rodrigo Belmonte da. Gestão pública: inovações e modelos. Curitiba: CRV, 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública. Brasília: ENAP, 2019. ISIDRO FILHO, Antônio. Gestão pública inovadora: um guia para a inovação no setor público. Curitiba: CRV, 2018. LEITE, Leonardo de Oliveira. E-gov.estratégico: governo eletrônico para gestão do desempenho da administração pública. Curitiba: Appris, 2015. SANO, Hironobu. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: ENAP, 2020. SILVA-JUNIOR, Alessandro Carlos. Comportamento intraempreendedor e abordagens de inovação no setor público: um estudo a partir de laboratórios de inovação em governos na América do Sul. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Viçosa, 2022. Disponível em: https://locus.ufv.br/items/54532f1f-e9bd-462b-a462-f90e8fea1f81		



Número de unidades de avaliação:	2
----------------------------------	---



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCS0881	TEMAS ESPECIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS	60
EMENTA		
Políticas públicas e perspectivas conceituais. Intersetorialidade e interdisciplinaridade nas políticas públicas. Questões socioambientais na contemporaneidade. Sustentabilidade socioambiental: aspectos teóricos-conceituais e práticos. Do global ao local: problemas e políticas socioambientais. Agenda socioambiental e outras agendas: interfaces, desafios e possibilidades. A agenda socioambiental na Administração Pública e nas Políticas Públicas. Integração entre políticas ambientais, econômicas e sociais. Governança pública e participação: desafios no socioambiental. Estudos de casos de políticas públicas socioambientais.		
OBJETIVO		
Discutir sobre políticas públicas com foco na dimensão socioambiental contemporânea e suas interfaces, apresentando e debatendo aspectos teórico-conceituais e estudos de casos sobre o tema no campo da Administração Pública, mais especificamente das Políticas Públicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAKAKI, N. de O.; CLAUDINO, G. dos S. Políticas públicas ambientais no Brasil: caminhos e perspectivas dos principais marcos. Revista Ensin@ UFMS, v. 5, n. 9, p. 399-421, 2024. Disponível em: . Acesso em: 04 jul. 2025. MOURA, A. M. M. de. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. 352 p. Disponível em: . Acesso em: 03 jul. 2025. SILVA, J. A. da. Políticas públicas ambientais: abordagem teórica e prática. 2021. 240 f. Dissertação (Mestrado) ? Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 04 jul. 2025. ROSA, J. G. L. da; LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. de. Políticas públicas: introdução [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p. Disponível em: . Acesso em: 04 jul. 2025. TACHIZAWA, T. ANDRADE, R. O. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. São Paulo: GEN Atlas 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FRONER, Y. As políticas públicas no Brasil em relação às diretrizes internacionais de sustentabilidade. Revista de Estudios Brasileños, v. 5, n. 10, p. 25-38, 2018. Disponível em: Acesso em: 03 jul. 2025. JANNUZZI, P. de M.; CARLO, S. de. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. Bahia anál. dados, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2018. DOI: Disponível em: Acesso em: 04 jul. 2025. PRZYBYSZ, L. C. B.; NAVROSKI, E. P.; WAGNER, A. F. Políticas Públicas Ambientais. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012. Disponível em: . Acesso em: 04 jun. 2025. SIQUEIRA, L. de C. Política ambiental para quem?. Ambiente & Sociedade, v. 11, p. 425-437, 2008. Disponível em: . Acesso em: 03 jul. 2025.		



SOLER, F.; PALERMO, C. ESG (ambiental, social e governança): da teoria à prática. São Paulo: Saraiva Jur.

Número de unidades de avaliação:

2

Componentes curriculares optativos inseridos conforme RESOLUÇÃO N° 2/CG APBB RE/UFFS/2025



9 PROCESSOS PEDAGÓGICO, DE GESTÃO DO CURSO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

9.1 CONCEPÇÕES ACERCA DO PROCESSO PEDAGÓGICO

A concepção de currículo no âmbito deste PPC, fundamentada no PPI da UFFS e nas Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Administração Pública expressa a tentativa de oportunizar aos estudantes um processo formativo alinhado a um conceito de formação que vai além da instrumentalização para o mundo do trabalho (e, nesse sentido, meramente profissionalizante), constituindo-se, antes, como uma forma de combate à *semiformação* (LEO MAAR, 2003)²⁹.

Para favorecer esta concepção de formação integral da pessoa, o curso de Bacharelado em Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza*, concebe os atos de ensinar e aprender como processos distintos em sua constituição, mas interdependentes em sua funcionalidade. Nesse sentido, aprender é entendido como ato de apropriar-se, de tornar próprio, por meio de diferentes processos de mediação social, simbólica e pedagógica, dos conhecimentos humanos produzidos historicamente, enquanto ensinar é tomado como ato de intervir deliberadamente, intencionalmente no processo de desenvolvimento integral de uma pessoa (em suas dimensões cognitiva, política, ética, psíquica, etc.).

9.2 OS PROCESSOS DE GESTÃO

A coordenação didático-pedagógica será efetuada pelo Colegiado do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante e pela Coordenação do Curso. Em cada uma dessas instâncias, será observada a necessidade de diálogo permanente com docentes e estudantes, dentro dos princípios de uma gestão democrática e participativa. Nesta mesma direção, caberá ao colegiado e ao NDE, liderados pela Coordenação do Curso, a tarefa de avaliação permanente do processo pedagógico assumido pelo coletivo, visando diagnósticos que auxiliem a tomada de decisão e qualificação do percurso formativo.

29 LEO MAAR, Wolfgang. Adorno, Semiformação E Educação. In: **Educação & Sociedade**, vol. 24, núm. 83, agosto, 2003



9.2.1 Coordenação e Colegiado do curso

Conforme estipulado pelo Regulamento da Graduação da UFFS, os cursos de graduação da UFFS possuem uma Coordenação (constituída por um coordenador e seu coordenador adjunto) e pelo Colegiado de Curso. As competências da coordenação estão previstas no Art. 4º, 9º, 10 e 11, e as regras gerais de composição e funcionamento do colegiado no Título III (Artigos 5º a 8º).

O Colegiado do Curso é o órgão com função normativa, deliberativa e consultiva do planejamento acadêmico concernente às atividades de pesquisa, ensino e extensão. Conforme indicador 2.12 do instrumento de avaliação de cursos do INEP, a atuação do Colegiado de Curso, visando a excelência de suas práticas, deve considerar, cumulativamente: a atuação, institucionalização, representatividade dos segmentos, periodicidade, devido registro e fluxo de encaminhamento de decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho. As demais normas de composição e funcionamento do Colegiado do Curso de Administração Pública estão previstas no seu Regimento Interno e consoantes com o regulamento da Graduação da UFFS.

9.2.2 Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante NDE foi um conceito criado pela Portaria Nº 147/MEC, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. O NDE possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do Curso, com atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Inciso IV do Art. 2º). É uma Instância colegiada e interdisciplinar, tem suas atribuições definidas pela referida Portaria e vincula-se à Coordenação do Curso. Em conformidade com o da referida portaria, o NDE do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFFS é composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente.



O NDE é constituído por um mínimo de cinco professores com Dedicação Exclusiva, todos membros do Corpo Docente do Curso, sob a presidência nata do Coordenador do Curso e tem as seguintes atribuições:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública.
- e) Coordenar as atividades de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Conforme a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010 e a resolução interna da UFFS (Resolução Nº 1/2011 – CONSUNI/CGRAD), o Núcleo Docente Estruturante do curso será composto por docentes indicados pelo colegiado de curso, devendo, estes, "ministrar, pelo menos, uma disciplina a cada ano no curso" (*caput* do Art. 4º da Res. Nº 1/2011–CONSUNI/CGRAD) e terá, em sua composição, conforme §1º da mesma resolução:

- a) no mínimo 5 (cinco) professores, pertencentes ao Domínio Específico do curso - dentre eles o Coordenador -, que tenham experiência de trabalho docente, atuação na extensão e na pesquisa e produção acadêmica na área;
- b) 1 (um) docente do Domínio Comum e
- c) 1 (um) docente do Domínio Conexo.

O Critério para ser considerado “curso de excelência” pelo INEP no que tange à composição do NDE considera que este deva possuir, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuarem em regime de tempo integral (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuírem titulação *stricto sensu*; ter o coordenador de curso como integrante; atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.



9.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem observará tanto a dinâmica curricular do curso quanto os caminhos pelos quais se realizam as relações de aprendizagem e de desenvolvimento do perfil de egresso desejado.

Em diálogo com o Regulamento da Graduação da UFFS (Resolução Nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014, alterada pela Res. Nº 9/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018), os processos de avaliação do ensino e da aprendizagem observarão o caráter diagnóstico, processual, contínuo e cumulativo, formativo e retroalimentador da avaliação. O princípio da avaliação *diagnóstica* busca saber como o estudante está se desenvolvendo, subsidia a tomada de decisões e redimensiona a prática pedagógica; o da avaliação *processual* considera o andamento do processo ensino/aprendizagem, frente aos objetivos de cada componente curricular, afim de compreender como o discente aprende e como o docente está ensinando; o da avaliação *contínua* e *cumulativa* considera a avaliação como prática constante e articulada; o da avaliação *formativa* busca estimular o ato reflexivo do docente e do discente frente aos saberes necessários ao perfil de formação do curso; por fim, a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem também será *retroalimentadora* do próprio processo, a fim de se qualificarem as práticas pedagógicas acumuladas e adotadas.



10 AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado e do desempenho dos estudantes dar-se-á, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação na UFFS será desenvolvida por dois processos, a saber:

- a) **Avaliação interna:** também denominada de autoavaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará as atividades desenvolvidas no curso, assim como e o desempenho dos estudantes.
- b) **Avaliação externa:** realizada por comissões de especialistas, designadas pelo INEP e que tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais. No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso.

Não obstante estes dois processos, o Curso de Graduação em Administração Pública também fará sua própria autoavaliação. O curso conta com uma comissão composta por membros docentes, discentes e técnicos-administrativos em educação com o objetivo de avaliar e mensurar, anualmente, a qualidade de itens, como corpo docente, perfil do corpo discente, estrutura física dos ambientes utilizados para as atividades do Curso, acervo bibliográfico, atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão e a integração curso-universidade-comunidade. A realização de seminários anuais de avaliação das práticas do curso e do seu PPC serão tarefas prioritárias, cuja realização se fará articulada com a Comissão de Avaliação Interna em diálogo com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFFS.



10.1 DA COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

No início de cada ano letivo, uma comissão fará a autoavaliação do Curso, referente ao ano letivo anterior. Designada em reunião do Colegiado, a comissão de autoavaliação terá como membros, obrigatoriamente:

- a) Coordenador do Curso, atuando na presidência da comissão;
- b) No mínimo dois membros docentes que ministraram componentes curriculares no Curso no ano de avaliação;
- c) No mínimo, dois discentes com matrícula ativa no Curso, tanto no ano vigente quanto no ano de avaliação;
- d) No mínimo, um técnico-administrativo em educação que desempenhe atividades direta ou indiretamente relacionadas ao Curso;

Também está prevista a participação de membros da comunidade externa na comissão de autoavaliação do Curso.

São atribuições da Comissão de Autoavaliação:

- a) Reunir-se ordinária e extraordinariamente para discutir assuntos relacionados à autoavaliação;
- b) Elaborar o instrumento de autoavaliação, que deverá ser composto por questões abertas e/ou objetivas, bem como suas técnicas de aplicação;
- c) Apresentar ao Colegiado do Curso o instrumento de autoavaliação proposto e suas técnicas de aplicação;
- d) Após a aplicação do questionário, sistematizar percentualmente as informações coletadas;
- e) Produzir o relatório de autoavaliação anual;
- f) Apresentar ao Colegiado do Curso o relatório de autoavaliação;
- g) Apresentar, em forma de seminário, o relatório de autoavaliação, para que acadêmicos, docentes, técnicos-administrativos em educação e demais membros da comunidade acadêmica possam ter acesso e dialogar sobre o assunto.

10.2 DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO



O relatório de autoavaliação, produzido anualmente pela comissão responsável, é um documento que servirá como instrumento de planejamento e indução a promoção da qualidade do curso. O Relatório de Autoavaliação será produzido atendendo determinação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), consistindo num instrumento que aponte as fragilidades e potencialidades institucionais e, como tal, pode ser uma importante ferramenta de gestão, visando a melhoria da qualidade do curso. Em consonância com os critérios estipulados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES do INEP, as dimensões de avaliação do curso são as seguintes:

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Políticas institucionais no âmbito do curso
Objetivos do curso
Perfil profissional do egresso
Estrutura curricular
Conteúdos curriculares
Metodologia do curso
Estágio curricular supervisionado
Atividades complementares
Trabalhos de conclusão de curso
Apoio ao discente
Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa
Atividades de tutoria
Tecnologias de Informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem
Ambiente virtual de Aprendizagem
Material didático
Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
Número de vagas
Integração com as redes públicas de ensino
Integração do curso com o sistema local e regional de saúde

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Núcleo Docente Estruturante – NDE
Equipe multidisciplinar
Atuação do coordenador
Regime de trabalho do coordenador de curso
Corpo docente: titulação
Regime de trabalho do corpo docente do curso
Experiência profissional do docente
Experiência no exercício da docência na educação básica
Experiência no exercício da docência superior
Experiência no exercício da docência na educação a distância
Experiência no exercício da tutoria na educação a distância
Atuação do colegiado de curso ou equivalente
Titulação e formação do corpo de tutores do curso
Experiência do corpo de tutores em educação a distância
Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA DO CURSO



Espaço de trabalho para docentes em tempo integral
Espaço de trabalho para o coordenador
Sala coletiva de professores
Salas de aula
Acesso dos alunos a equipamentos de informática
Bibliografia básica e complementar por unidade curricular
Laboratórios didáticos de formação básica e específica
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Ambientes profissionais vinculados ao curso



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade é um princípio de estruturação da atividade acadêmica que procura relacionar dialeticamente o *ensino* (entendido como apropriação do conhecimento historicamente produzido), a *pesquisa* (entendida como produção de novos conhecimentos) e a *extensão* (entendida como intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas). Constitui, assim, uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade *para a sociedade*.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença de cada um desses elementos, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Nesse sentido, a mera coexistência de ações não significa sua indissociabilidade. Se a indissociabilidade for contemplada de forma isolada, corre-se o risco de considerá-la como um fim em si mesma e não como meio para consolidação de um projeto de Universidade.

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deriva de demandas por mudanças acerca da função da Universidade. Sua inserção na Constituição de 1988 (Art. 207) visava afirmar o paradigma de uma universidade socialmente referenciada, tomada como expressão da construção de um projeto democrático de sociedade e forjou o norte da redefinição do significado do trabalho acadêmico ao aproximar a ideia clássica de formação superior ao diálogo com as necessidades sociais. Alteram-se, portanto, os fundamentos da educação superior.

A indissociabilidade aponta para a atividade reflexiva e problematizadora sobre o futuro profissional do estudante. Ao adotar a flexibilização curricular, o curso de Administração Pública pretende adotar uma concepção de formação que não se limite aos ensinamentos em sala de aula; que os ensinamentos possam ocorrer nas atividades de ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura em todos os espaços em que se exercitem relações democráticas, produtoras de saberes e práticas efetivamente cidadãs. A isso, está atrelado o entendimento que cabe ao estudante ser protagonista de sua formação acadêmica, dentro e fora de sala de aula, contribuindo para com a formulação e implementação de políticas públicas (e tornando-as mais eficazes e efetivas) na solução de problemas ou produzindo conhecimentos novos.



Nesta direção, e em atenção à Resolução 07/2018 do CNE³⁰, o curso de Administração Pública do *Campus* Realeza propõe articular a vivência da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão na formação dos Estudantes a partir da inserção, na matriz curricular, de alguns componentes curriculares específicos. São eles:

Componente Curricular	Horas de planejamento e avaliação sobre as práticas de extensão	Horas de prática de extensão	Total
Desenvolvimento regional e poder local	5	10	15
Planejamento na administração pública	5	10	15
Teoria do cooperativismo	5	10	15
Metodologias de avaliação de serviços públicos	5	10	15
Direitos humanos	5	5	10
Extensão, universidade e sociedade	30	60	90
Políticas públicas e questão social	5	10	15
Laboratório de pesquisa e extensão: observatório de gestão municipal e do desenvolvimento regional do sudoeste do Paraná	30	30	60
Gestão de pessoas na administração pública	5	10	15
Laboratório de pesquisa e extensão: incubadora de políticas públicas	15	45	60
TOTAL	110	200	310

Além da carga horária total de extensão prevista nestes CCRs, 100 horas das Atividades Curriculares Complementares do curso serão destinadas a atividades de extensão. Na dedicação destas horas, os estudantes poderão optar pela participação em projetos e ações de extensão ofertados pela UFFS ou por outras instituições, conforme descrito no item 8.7 deste PPC.

30 A Resolução n 07/2018 (de 18/12/2018) do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira em atenção à Meta 12.7 do PNE (2014-2024). Em seu Artigo 4, estipula que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”, por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, devidamente registrados, aprovados, acompanhados e avaliados por instâncias administrativas institucionais, e ainda, registradas na documentação dos estudantes como forma de reconhecimento formativo.



12 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O docente envolvido no projeto da UFFS é entendido como um mediador do processo de aprendizagem e deve observar o compromisso social da instituição (expresso em seu Estatuto) em sua atividade profissional. Por isso, o entendimento e a sensibilidade acerca da realidade sociocultural da Mesorregião da Fronteira do Mercosul – e, em especial, acerca da realidade do Sudoeste paranaense – assume grande relevância, pois os docentes estarão vinculados a uma realidade concreta que se expressa no conjunto dos estudantes do curso. O perfil docente do Curso de Administração Pública observará os propósitos expressos no perfil de egresso, o que exige uma atuação pautada pelo conhecimento de sua área, pela reflexão crítica e dialógica alicerçada no domínio do estado da arte da produção do conhecimento de seu campo de atuação, pela solidariedade, sensibilidade social, pela ética profissional. O Curso observará com cuidado a política de formação profissional para a docência universitária em âmbito institucional e por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).

O perfil docente do curso de Administração Pública deverá estar pautado nas seguintes características:

- a) prevalência de formação pedagógica também para os docentes do Domínio Específico;
- b) formação *stricto sensu* em uma das áreas de conhecimento que compõem a matriz curricular do curso;
- c) capacidade de articular a prática aos conhecimentos teóricos reivindicados pelo administrador público;
- d) compreensão crítica e analítica da *res publica* e do contexto sócio-histórico no qual a UFFS está inserida;
- e) capacidade de mobilizar o aluno para uma ação reflexiva sobre o processo de ensino-aprendizagem e no contexto social no qual está inserido;
- f) capacidade de interagir, dialogar, propor questionamentos, socializar conhecimentos e examinar criticamente saberes, atentando inclusive para a articulação dos três domínios formativos do currículo;
- g) competência para orientar os alunos nas diversas atividades desenvolvidas na UFFS, sejam elas de ensino, de pesquisa ou de extensão, relacionando teoria e prática;
- h) capacidade de articular atividades de pesquisa, ensino e extensão;
- i) domínio de novas tecnologias pertinentes aos processos de ensino e aprendizagem;



j) busca constante de qualificação profissional e formação continuada.

A qualificação do corpo docente e a formação continuada será estimulada pelas políticas de capacitação existentes na UFFS (Licenças capacitação e Afastamentos inscritos na Lei Nº 12.772/2012). Além disso, atualmente, nos *campi* da UFFS estão estruturados os Núcleos de Apoio Pedagógico (Resolução Nº 13/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2013), os quais objetivam a formação continuada dos docentes, especialmente no que tange à formação para a docência no ensino superior, além de discussões acerca do currículo institucional, do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), da relação interdisciplinar com outros cursos de graduação e, ainda, sobre temáticas transversais como inclusão, diversidade, etc. A UFFS conta, também, com uma política de apoio à participação em eventos científicos nacionais e internacionais (Resolução Nº 4/CONSUNI-CPPG/UFFS/2012), com o intuito de garantir que os seus docentes interajam com a comunidade científica, levando a conhecer suas ações de ensino, pesquisa e extensão, assim como atualizar-se em relação à sua área de atuação.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 QUADRO DOCENTE

O quadro docente que atuará no Curso de Administração Pública, atendendo ao Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública (Resolução Nº 1-CNE/CES, de 13 de janeiro de 2014), compreende conjunto das formações específicas requeridas para a integralização curricular da proposta pedagógica, envolvendo a área da Administração e seu foco na gestão pública e desenvolvimento regional, a área das Ciências Contábeis, do Direito, da Ciência Política, da Filosofia e da História, assim como de áreas afins ao curso. O corpo docente, organizado por fase, titulação, regime de trabalho e súmula do currículo *vitae* encontra-se descrito na tabela abaixo:

Quadro de vinculação dos docentes aos componentes curriculares:

Domínio/ CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Introdução ao Pensamento Social	Marcos Antonio Beal	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UNIFEBE/2003 Mestrado: Sociologia/UFPR/2008 Doutorado: Sociologia/UFSC/2014
Informática básica	Marcelo Zanetti	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Análise de Sistemas/UNICENTRO/2003 Mestrado: Informática/PUC-PR/2006 Doutorado: Informática/PUC-PR/20017
Fundamentos da Administração pública	Leocádia Cândido da Silva	ME.	40h D.E. (IFPR-ACT)	Graduação: Administração/ UNIOESTE/ 2005 Especialização: Gestão Pública/FAE/2009 Mestrado: Ciências Contábeis e Administração/UNOCHAPECÓ/em andamento
Formação social brasileira	Antonio Marcos Myskiw	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: História/UNIOESTE/2000 Mestrado: História/UFF/2002 Doutorado: História/UFF/2009
Fundamentos de Ciência Política	Marcos Antônio Beal	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UNIFEBE/2003 Mestrado: Sociologia/UFPR/2008 Doutorado: Sociologia/UFSC/2014
2ª FASE				
Produção Textual Acadêmica	Clóvis Alencar Butzge	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Letras-Português/UNIOESTE/1999 Mestrado: Linguística/UNIOESTE/2006 Doutorado: Linguística/UFSC/em andamento
Introdução à Filosofia	Gilson Luís Voloski	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UPF/1993 Mestrado: Educação/UPF/2005 Doutorado: Educação/UFSC/2013
Estatística básica	Marcelo Zanetti	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Sistemas/UNICENTRO/2003 Mestrado: Informática/PUC-PR/2006 Doutorado: Informática/PUC-PR/20017
Instituições de	Concurso em	DR.	40Hh. D.E.	Graduação: Direitos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Direito Público e Privado	andamento		(UFFS-RE)	Doutorado: Educação
Desenvolvimento Regional e Poder Local	Janete Stoffel	DR.	40h D.E. (UFFS-LS)	Graduação: Ciências Econômicas/UNIJUÍ/1998 Mestrado: Desenvolvimento Regional/UNIJUÍ/2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional/UNISC, 2013
3ª FASE				
Iniciação à prática científica	Saulo Gomes Timóteo	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Letras Português e suas Literaturas/UNICENTRO/2007 – Jornalismo/UNICENTRO/2007 Mestrado: Estudos Literários/UFPR/2010 Doutorado: Literatura Portuguesa/USP/2014
Matemática financeira	Everton Artuso	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Matemática/UTFPR/2009 Mestrado: Matemática/UNESP/2012 Doutorado: Matemática/UFRGS/2016
Instituições de Direito Público e Privado	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação
Direito Constitucional	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direitos Doutorado: Educação
Planejamento na Administração Pública	Tiago da Costa	DR.	40h D.E. (UFFS-LS)	Graduação: Administração/IAP/2005 Mestrado: Administração/UDESC/2009 Doutorado: Administração/UDESC/2020
Teoria do cooperativismo	Jaci Poli	ME.	40h D.E. (IFPR-ACT)	Graduação: Estudos Sociais/UNOCHAPECÓ/1976 Mestrado: História/UFPR/2009
4ª FASE				
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Emerson Martins	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2001 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2005 Doutorado: Psicologia/UFSC/2017
Políticas Educacionais	Ronaldo Aurélio Gímenes Garcia	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: História/UNESP/1990 – Pedagogia/Centro Universitário Claretiano de Batatais/2004 Mestrado: História/UNESP/1996 Doutorado: Educação/UFSCAR/2010
Direito Administrativo	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	Marisa Biali Corá	ME.	40h D.E. (IFPR-ACT)	Graduação: Administração/UNIPAR/2008 Mestrado: Desenvolvimento Regional/UTFPR/20014
Administração de Materiais na Administração Pública	Tiago da Costa	DR.	40h D.E. (UFFS-LS)	Graduação: Administração/IAP/2005 Mestrado: Administração/UDESC/2009 Doutorado: Administração/UDESC/2020
5ª FASE				
Licitação, Contratos e Convênios	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação
Finanças públicas	Gilberto Laske	ME.	40h D.E. (IFPR-ACT)	Graduação: Administração/FACIMAR/1991; Ciências Contábeis/UNIOESTE/2001 Especialização: Auditoria e Gerência/UNIOESTE/1998
Economia brasileira	Janete Stefffel	DR.	40h D.E. (UFFS-LS)	Graduação: Ciências Econômicas/UNIJUÍ/1998



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



contemporânea				Mestrado: Desenvolvimento Regional/UNIJUÍ/2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional/UNISC, 2013
Direitos humanos	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação
Extensão, Universidade e Sociedade	Tiago da Costa	DR.	40h D.E. (UFFS-LS)	Graduação: Administração/IAP/2005 Mestrado: Administração/UDESC/2009 Doutorado: Administração/UDESC/2020
6ª FASE				
Ciência, tecnologia e sociedade	Jackson Luis Martins Cacciamani	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Ciências-Química/FURG/2000 Mestrado: Ciência de Alimentos/FURG/2004 Doutorado: Educação em Ciências/FURG/2012
Direito Tributário	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação
Políticas Públicas e Questão social	Emerson Martins	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2001 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2005 Doutorado: Psicologia/UFSC/2017
Contabilidade Pública e Orçamento Público	Antonio Maria da Silva Carpes	DR.	40h D.E. (UFFS-LS)	Graduação: Ciências Contábeis/UTI//1999 Mestrado: Contabilidade e Controladoria/UNISINOS, 2004. Doutorado: Ciências Contábeis/FURB/2015
Laboratório de pesquisa e extensão: Observatório de Gestão Municipal e do Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná	Antonio Marcos Myskiw	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: História/UNIOESTE/2000 Mestrado: História/UFG/2002 Doutorado: História/UFG/2009
7ª FASE				
Análise de Conjuntura	Clóvis Alencar Butzge	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Letras-Português/UNIOESTE/1999 Mestrado: Linguística/UNIOESTE/2006 Doutorado: Linguística/UFSC/em andamento
Ética na Administração pública	Emerson Martins	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2001 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2005 Doutorado: Psicologia/UFSC/2017
Optativa 1	A definir			A definir
Gestão de Pessoas na Administração Pública	Leocádia Cândido da Silva	ME.	40h D.E. (IFPR-ACT)	Graduação: Administração/UNIOESTE/2005 Especialização: Gestão Pública/FAE/2009 Mestrado: Ciências Contábeis e Administração/UNOCHAPECÓ/em andamento
Estágio Curricular Supervisionado I	José Oto Konzen	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UIJUÍ/1994 Mestrado: Educação/UFSC/2001 Doutorado: Educação/UFG/2001
8ª FASE				
Legislação e Gestão	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação



Ambiental				
Trabalho de Conclusão de Curso I	Marcos Antônio Beal	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UNIFEBE/2003 Mestrado: Sociologia/UFPR/2008 Doutorado: Sociologia/UFSC/2014
Auditoria e Controladoria	Gilberto Laske	ME.	40h D.E. (IFPR-ACT)	Graduação: Administração/FACIMAR/1991; Ciências Contábeis/UNIOESTE/2001 Especialização: Auditoria e Gerência/UNIOESTE/1998
Laboratório de pesquisa e extensão: Incubadora de políticas públicas	Concurso em andamento	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Direito Doutorado: Educação
Estágio Curricular Supervisionado II	José Oto Konzen	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UIJUÍ/1994 Mestrado: Educação/UFSC/2001 Doutorado: Educação/UFG/2001
9ª FASE				
História da Fronteira Sul	Antonio Marcos Myskiw	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: História/UNIOESTE/2000 Mestrado: História/UFF/2002 Doutorado: História/UFF/2009
Fundamentos da saúde Pública	Amelia Dreyer Machado	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Nutrição/UFBA/1990 Mestrado: Engenharia da Produção/UFSC/2004
Pensamento Político Brasileiro	Marcos Antônio Beal	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UNIFEBE/2003 Mestrado: Sociologia/UFPR/2008 Doutorado: Sociologia/UFSC/2014
Optativa II	A definir			A definir
Trabalho de Conclusão de Curso II	Marcos Antônio Beal	DR.	40h D.E. (UFFS-RE)	Graduação: Filosofia/UNIFEBE/2003 Mestrado: Sociologia/UFPR/2008 Doutorado: Sociologia/UFSC/2014

13.2 O ACORDO COM O IFPR

Como é possível observar na tabela anterior, além do quadro docente próprio, o curso contará com a colaboração de docentes dos *campi* Capanema e Barracão do Instituto Federal do Paraná, por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2021³¹. Tal acordo tem por objeto o estabelecimento de "ações de complementaridade e fortalecimento dos cursos de graduação em ambas as instituições. Este objeto contempla ações conjuntas nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração (planejamento, assessoramento etc.), assim como na busca de parcerias para atuação nas áreas de inovação tecnológica e em outras áreas estratégicas". O Acordo tem previsão de duração inicial de 5 (cinco) anos, com possibilidade de renovação para mais 5 (cinco) anos. Dentre as ações prioritárias da proposta estão o fortalecimento do curso de licenciatura em Matemática do IFPR/*Campus* Capanema e

31 O ACT prevê ainda a disponibilização de docentes para atuarem no curso de Pedagogia, mas esses dados serão tratados em plano de viabilidade específico para esse curso.



a criação do curso de Comércio Exterior no IFPR/*Campus* Barracão, assim como a criação dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e de Bacharelado em Administração Pública na UFFS/*Campus* Realeza.

Importante destacar que os *campi* de ambas instituições apresentam características comuns e complementares que facilitam sua associação: todos se localizam em cidades de pequeno porte, em torno das quais orbitam um conjunto importante de municípios, tendo como setor estruturante de suas economias a atividade agrícola, especialmente aquela representada pela agricultura familiar; todos possuem perfis idênticos de estudantes ingressantes nos cursos; todos se encontram em região de fronteira; as cidades que abrigam a todos possuem indicadores socioeconômicos bastante semelhantes em termos de renda per capita, IDH, coeficiente de Gini etc. Essa proximidade geográfica e semelhanças socioeconômicas e culturais, assim como a disposição mútua dos gestores locais das instituições em favor da cooperação, constituem-se em fatores preponderantes da indução desta iniciativa, por facilitar a implementação e a operacionalização de ações com vistas à maior integração de várias atividades acadêmicas e administrativas.

Dentro do escopo deste Acordo de Cooperação Técnica, a Direção do *Campus* Realeza solicitou e recebeu, na data de 9 de dezembro de 2020, o Ofício nº 15/2020/CAPANEMA/DG/IFPR/CAPANEMA-IFPR, em que são indicados os docentes que poderão contribuir no desenvolvimento da oferta dos cursos de licenciatura em Pedagogia e de Bacharelado em Administração Pública. Assim, na tabela abaixo, estão descritas as possibilidades de contribuição advindas do IFPR, com descritivo de sua área de formação, carga horária disponível por semestre e semestre de atuação:

Docentes do IFPR/*Campus* Capanema que atuarão na oferta do curso de Administração Pública da UFFS/*Campus* Realeza

Nome	Área de formação	C.H. disponível por semestre	Semestre
Gilberto Laske	Graduação em Administração e em Contabilidade/Especialização em pós graduação Lato Sensu em Auditoria e Gerência	60 horas	1 e 2
Jaci Poli	Graduação em Estudos Sociais/ Mestre em História	60 horas	1 e 2
Joaquim Honório de Lima	Tecnólogo em Sistemas de Informação/ Mestre em Computação aplicada	60 horas	1 e 2
Leocádia Cândido da Silva	Graduação em Administração/Especialista em Gestão Pública com Ênfase em Controle Interno	60 horas	1 e 2
Marisa Biali Corá	Graduação em Administração com ênfase em comércio exterior. Mestre em Desenvolvimento Regional Especialista em Gestão Empresarial - Ênfase em Finanças.	60 horas	1 e 2



Os docentes citados na tabela acima atuarão preferencialmente em componentes curriculares do Domínio Específico do Curso, além de orientar atividades vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Destaque-se que, em seus currículos, vários docentes possuem experiências acumuladas de inserção em processos de gestão pública e de organizações sociais voltadas para o associativismo e o cooperativismo, que contribuirão significativamente para a formação do egresso demandado na justificativa e explicitado no perfil de formação da proposta pedagógica do curso.



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

14.1 SALAS DE AULA

O *Campus Realeza* conta com 26 salas de aula devidamente equipadas no Bloco “A”, a maior parte delas com capacidade para receber 50 alunos. Há uma sala com capacidade para 70 alunos (306) e outras três com capacidade para 20 estudantes (307, 410 e 411) e que fogem do padrão das demais. Como a proposta de oferta do curso é para o período noturno, com o funcionamento das 20 turmas ligadas às quatro licenciaturas já existentes e operantes no mesmo turno, tem-se uma capacidade de espaço disponível suficiente para atender a demanda do Curso. Contudo, para dar conta do perfil do egresso desenhado e dos requisitos pedagógicos estruturados neste projeto pedagógico, as salas de aula do curso necessitarão, ao longo do tempo, acumular recursos audiovisuais e de tecnologia da informação que possibilitem viabilizar a proposta de aprendizagem colaborativa desenhada. Nesse sentido, considerando que o curso pretende ofertar até 20% de sua carga horária modalidade não presencial, será necessário que a Instituição invista na criação de uma tele sala (ou sala de aula informatizada). Para isto, será necessária a aquisição de equipamentos, tais como: telas (monitores) de projeção, câmera de projeção, computador central (para transmissão do sinal), conexão de internet, sistema de Power over Ethernet - PoE (para ligar os computadores dos estudantes em uma mesma central de transmissão, e permitir o compartilhamento instantâneo de arquivos), telefone IP, dentre outros.

No que tange aos espaços físicos letivos do curso, há ainda que se ressaltar a preocupação com as condições de acessibilidade para pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, que se encontra amparada no disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009 e N° 7.611/2011, e na Portaria N° 3.284/2003. Embora a UFFS tenha avançado nas práticas de acessibilidade, instituindo o Núcleo de Acessibilidade (composto, por sua vez, da Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação e dos Setores de Acessibilidade dos *campi*)³² e a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação (instituída pela Resolução N° 4/2015 – CONSUNI/CGRAD), esta questão ainda carece de práticas mais

³² O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução N° 6/2015 – CONSUNI/CGRAD.



efetivas de cuidado. O Curso de Administração Pública desenvolverá, em consonância com o Núcleo de Acessibilidade e com a Política Institucional, ações que visem assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

14.2 BIBLIOTECA

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *Campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *Campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação



seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

Com relação à ampliação do acervo físico, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A biblioteca do *Campus* Realeza tem disponível uma matriz de distribuição de recursos para aquisição de material bibliográfico que leva em conta 3 insumos: prevalência das bibliografias básicas sobre as complementares; custo médio do exemplar; número de estudantes atendidos. Com base nisso, faz o rateio do recurso disponibilizado ao *Campus* para aquisição de material por parte da Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. O curso de Administração Pública, além de acrescentar valores ao orçamento do *Campus* para aquisição de material bibliográfico, integra o rateio anual dos recursos destinados, a fim de oportunizar aos estudantes a literatura básica para sua formação.

Por fim, além do acervo próprio, outras fontes bibliográficas importantes para a formação dos estudantes serão utilizadas: a UFFS integra o rol das instituições que acessam o



Portal de Periódicos da CAPES que oferece vasto conteúdo, capaz de subsidiar grande parte das atividades do curso. Além desta fonte, outras ainda serão utilizadas, tais como a Biblioteca Virtual sobre Administração Pública (BVAP/EA) da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Biblioteca do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPUBLICA) e a Biblioteca Virtual de Administração Pública da FAPESP. O conjunto das bibliografias básicas do curso foi pensado a partir da disponibilidade de materiais distribuídos gratuitamente por esses bandos de dados, de forma a atender os estudantes de forma imediata.

14.3 LABORATÓRIOS

14.3.1 Incubadora de políticas públicas

A incubadora de políticas públicas do Curso de Administração Pública do *Campus Realeza* objetiva se estruturar como uma rede de pesquisa e extensão articulada com outras universidades, institutos de pesquisa, governos e setor produtivo e tem como missão contribuir para a concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a Região, seus estados e municípios, apoiadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais. A incubadora busca compatibilizar, integrar e consolidar os estudos dos fenômenos socioeconômicos, político-institucionais e ambientais a nível macro, meso e microrregional, com o propósito de contribuir para:

- a) o debate dos problemas econômicos, sociais e ambientais da região Sudoeste do Paraná;
- b) a sistematização das informações produzidas no âmbito dos grupos de pesquisa a ela filiados;
- c) o acompanhamento e avaliação das políticas públicas na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, seus estados e municípios;
- d) a formulação de políticas de desenvolvimento regional e outras políticas públicas;
- e) a geração e transferência de métodos e técnicas modernas de gestão pública;
- f) a produção e transferência de tecnologias sociais para comunidades urbanas e rurais excluídas do mercado formal de trabalho na região.



A Incubadora funcionará mobilizando os diferentes conhecimentos técnicos que integram a proposta deste curso, assim como os conhecimentos dos membros da rede que integrará a incubadora. Fisicamente, será instalada junto a um dos laboratórios multiuso do *Campus Realeza*, não demandando a construção de novas estruturas, tão somente o aporte de itens de consumo e permanentes ao longo do tempo, recursos esses que poderão advir dos projetos incubados.

14.3.2 Observatório da gestão Municipal e do desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná

O Observatório da gestão Municipal e do desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná funcionará como uma plataforma online, que reunirá as principais bases de dados sobre a gestão dos municípios, além de oferecer inteligência estratégica para as iniciativas que promovam o desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná, assim como suporte técnico para o monitoramento e avaliação de tais projetos. O elenco de atividades abrangerá:

- a) Suporte técnico a gestão fiscal dos Municípios do Sudoeste;
- b) Atuar como parceiro estratégico da Agência Regional de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná na implementação do Plano de Desenvolvimento Regional integrado - Sudoeste (PDRI 2019-2029);
- c) Produção sistemática de relatórios e informações estratégicas para atender os projetos de desenvolvimento regional das organizações públicas que integram PDRI 2019-2029.

As ações do Observatório serão desenvolvidas pelo conjunto dos professores, profissionais e estudantes do curso, a partir das linhas de pesquisa e extensão delineadas como desdobramentos deste projeto pedagógico, no formato de grupos de estudo, grupos de pesquisa e congêneres.

14.4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A Coordenação do Curso de Administração Pública funcionará no Bloco dos Professores do *Campus Realeza*, em gabinete exclusivo. A Secretaria do Curso funciona junto



à Secretaria Geral dos Cursos e dispõe de 1 (um) secretário. Além disso, no piso térreo, sala 103 do Bloco A, funciona a Secretaria Acadêmica do *Campus*, responsável pelos serviços acadêmicos e diretamente relacionada à Diretoria de Registro Acadêmico.

A demanda dos trabalhos de suporte técnico administrativo do curso encontra-se absorvida pelos servidores já existentes na Secretaria Geral de Cursos, Secretaria Acadêmica setores de suporte técnico administrativo organizados em torno da Coordenação Acadêmica do *Campus Realeza*.



15 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A UFFS conta com uma política própria de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades. Superdotação da UFFS, instituída pela Resolução N° 4/2015-CONSUNI/CGRAD. Para dar conta da implementação desta Política, em sua estrutura administrativa, a UFFS, conta com uma Divisão de Acessibilidade, ligada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD), que articula o trabalho desenvolvido no Núcleo de Acessibilidade, que congrega, por sua vez, os Setores de Acessibilidade existentes nos *campi*. Seu Regulamento (Resolução N° 6/2015-CONSUNI/CGRAD), em seu Art. 2º, prevê que “o Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no que se refere ao acesso e permanência destes públicos” na instituição.³³

O Setor de Acessibilidade do Campus Realeza é composto por:

- a) Pedagoga (Andreia Florêncio Eduardo de Deus);
- b) Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (Tatiani Cristina Ferreira de Lima).
- c) Pesquisadores especialistas na área (Professores Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia e Cristiane de Quadros).

Importante mencionar, também, que o *Campus* Realeza está implantando o curso de Licenciatura em Pedagogia, que qualificará o tratamento dispensado pela instituição no tocante às questões de acessibilidade e no adequado atendimento das demandas dos estudantes oriundos destes públicos.

A partir da institucionalização da Política e dos instrumentos administrativos e pedagógicos a ela associados, o Setor de Acessibilidade do Campus Realeza, como integrante do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, busca desenvolver ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes, fortalecendo e potencializando seu processo de inclusão, visando, também, atender à Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Dentre as principais ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação, podem ser citadas:

³³ Ver forma de atendimento à legislação específica Lei n° 12.764/2012 no título 8.



a) Projeção e adequação da acessibilidade arquitetônica

- Rigoroso atendimento à NBR9050 na projeção de novas edificações e adaptação/reforma dos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;

b) Acompanhamento pedagógico

- Elaboração de parecer pedagógico descritivo pelo professor da disciplina ao qual o aluno com transtorno do espectro autista está matriculado, a fim de detalhar o processo de ensino e aprendizagem;
- Realização de aulas de apoio por parte do professor junto ao aluno com transtorno do espectro autista, possibilitando, além do apoio oferecido em sala de aula, a oferta de horários específicos de trabalho extraclasse.

c) Acessibilidade comunicacional

- Ações de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.
- Inclusão de instrumentos de acessibilidade as páginas da UFFS na internet, assim como nas ferramentas didático-pedagógicas disponibilizadas aos estudantes;
- Presença, em sala de aula e nos eventos institucionais de Tradutor e Intérprete de LIBRAS;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual.

d) Ações de formação e capacitação



- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo nos bacharelados;
- Oferta de bolsas para atuação no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;
- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre organização da prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada ao intérprete de LIBRAS, por parte dos professores, do material a ser utilizado em aula, com envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

Com o desenvolvimento de tais ações, o curso de Administração Pública do *Campus Realeza* procura atender não apenas a regulamentação interna da instituição, mas também promover a cultura de inclusão e respeito pelas diferenças, para as quais também atuam legislações nacionais e internacionais, tais como o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004³⁴, a Portaria nº 03, de 07 de maio de 2007³⁵ e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009³⁶.

34 Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

35 Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG

36 Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE. **Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná: Ciclo 2019/2029**. Francisco Beltrão, 2019.

BRASIL. **Resolução 1/2014-CNE/CES nº 1**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Administração Pública. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 4/2005-CNE/CES**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Autonomia da Administração Pública**. Audiência Pública de 5 de abril de 2010 – Auditório do Conselho Nacional de Educação.

CNE. Parecer CNE/CES Nº 266/2010. **Acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração**. Brasília, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa, princípio científico e educativo**. Editora Cortez, 12 Ed., 1996.

FIRJAN. **Índice Firjan de Gestão Fiscal**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

KANT, Immanuel. **Que é Esclarecimento?** Em: MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 95-99.

LAFER, Celso. **A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política**. Em: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 233-235.

LEO MAAR, Wolfgang. Adorno, Semiformação E Educação. *In: Educação & Sociedade*, vol. 24, núm. 83, agosto, 2003

LLOSA, Mario Vargas. Em defesa do romance. *In: Revista Piauí*, edição de outubro de 2009.

MOROSINI, Marília Costa (Editora-chefe). **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. Vol.2. INEP/RIES, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/483>. Acesso em: 06/01/2018.

NASCIMENTO, Elimar. **Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. XVIII Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 23 a 27 de novembro de 1994.

NICOLESCU, Barasab. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2002.



NICOLINI, Mendes A. **Aprender a governar:** a aprendizagem dos dirigentes públicos para as carreiras de Estado. Tese (doutorado) — Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEMESP. **Mapa da educação superior no Brasil.** 2016. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/educacao-10/>>. Acesso em: 05 de Novembro de 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SESU. **Despacho alusivo à exceção para o curso de Administração Pública dentre as habilitações do curso de Administração.** Brasília, 2006.

UFFS. **Plano de Desenvolvimento institucional.** Resolução Nº 5/CONSUNI/UFFS/2019.

VENDRAMINI, Patrícia. **Análise do Curso de Administração Pública da UDESC-ESAG à luz das competências.** Tese (doutorado) — Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.



**ANEXO 1: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - BACHARELADO**

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Dispõe sobre a participação dos discentes do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado no Estágio Curricular Supervisionado, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico do Curso e a Resolução Nº 9/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018.

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Administração Pública da UFFS - *Campus* Realeza e abarca os estágios obrigatório e não-obrigatório, nos termos da Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, de 13 de agosto de 2015, da Resolução Nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018, e da Lei Nº 11.788/2008.

**CAPÍTULO I
DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO**

Art. 2º O Curso de Administração Pública, em conformidade com o Regulamento de Estágio da UFFS, concebe o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

**CAPÍTULO II
DA IMPORTÂNCIA E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO**



Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado é uma prática educativa desenvolvida em articulação com o ambiente de trabalho, que objetiva proporcionar aprendizagens práticas e reflexivas vinculadas ao perfil de formação do curso, mediadas pedagogicamente.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado envolve atividades de aprendizagem social, cultural, política e profissional numa situação real de trabalho no âmbito das organizações públicas estatais e não estatais, caracterizando-se como oportunidade para:

- I – observar e refletir sobre a natureza das organizações e o desenvolvimento das atividades vinculadas ao planejamento, execução e avaliação de sua vida funcional;
- II – integrar teoria e prática mediante a realização de diagnósticos, identificação de problemas, elaboração de alternativas e aprofundamento de estudos;
- III – fortalecer o compromisso e a qualificação para atuar na administração e na gestão pública, na gestão social e/ou na gestão de políticas públicas;
- IV – proporcionar ao corpo docente um processo de formação continuada, articulada com o contexto local e regional, para mapear e identificar novos temas e problemas de investigação;
- V – proporcionar vivência profissional na área de formação, envolvendo o desenvolvimento de habilidades profissionais e o posicionamento pessoal frente as exigências requeridas pelo ambiente de trabalho.

Art. 5º São objetivos gerais do Estágio Curricular Supervisionado:

- I – Proporcionar ao estagiário vivências em situação de trabalho, intermediadas pelos conhecimentos curriculares, que contribuam para o exercício futuro da profissão;
- II – Difundir os conhecimentos da área da Administração Pública em espaços institucionais e organizacionais de natureza pública e social como perspectiva de qualificação dos serviços ofertados;
- III – Familiarizar o acadêmico com o comportamento sócio-econômico-político das organizações;
- IV – Possibilitar o diagnóstico e análise dos procedimentos administrativos das organizações, além de proposição de possíveis alternativas de solução de problemas identificados no estágio;
- V – Mapear temáticas e identificar problemas para aprofundamento de estudos.

CAPÍTULO III



DAS UNIDADES CONCEDENTES DE ESTÁGIO E DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Art. 6º As Unidades Concedentes de Estágio (UCE) são organizações públicas estatais e não estatais, entidades empresariais de caráter público e entidades sem fins lucrativos, nos termos definidos pela Comissão Nacional de Classificação (IBGE, 2018), localizadas na região de abrangência do *Campus* Realeza, no Estado do Paraná e na Região Sul do País, que estejam conveniadas junto à UFFS ou junto a agente integrador de estágio conveniado com a UFFS e ofereçam condições para a prática profissional em Administração Pública, em conformidade com os objetivos do estágio:

- I – Órgãos vinculados à Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal;
- II – Entidades empresariais de natureza pública, envolvendo Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Cooperativas;
- III – Entidades sem fins lucrativos.

§ 1º As UCE deverão oferecer condições para o planejamento e execução conjunta das atividades de estágio, aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos do campo específico de trabalho, vivência efetiva de situações reais de vida e trabalho num campo profissional.

§ 2º O relacionamento formal entre a UFFS e a UCE, em especial a realização de convênios, deverá respeitar o estabelecido pela Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/ UFFS/2015.

Art. 7º Durante a vigência do estágio, o estagiário deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais, que, no caso de estágio não-obrigatório, será contratado pela UCE e no estágio obrigatório, a contratação ficará por conta da UFFS, podendo ser assumida pela UCE, caso haja interesse, conforme dispõe a Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/ UFFS/2015.

Art. 8º A atividade de estágio desenvolvida pelo estudante junto ao campo de estágio deverá ter a supervisão de um profissional da UCE ou de servidor da UFFS, técnico ou docente, nos termos do Artigo 4º da Resolução Nº 4/CONSUNI CGAE/UFFS/2018, e orientação de um docente da UFFS.

CAPÍTULO IV DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO



Art. 9º O supervisor de estágio será indicado pela UCE dentre seus profissionais, com formação ou experiência profissional na área de atuação do estagiário, que acompanhará as atividades do acadêmico.

Parágrafo único. O supervisor poderá ser um servidor da UFFS, nos termos do Artigo 4º da Resolução Nº 4/CONSUNI CGAE/UFFS/2018.

Art. 10 São atribuições do supervisor de estágio:

- I - colaborar na elaboração do plano de atividades de estágio;
- II - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Orientação;
- III - assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;
- IV - orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;
- V - controlar a frequência do estagiário;
- VI - emitir avaliação sobre as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
- VII - informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;
- VIII - participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

CAPÍTULO V

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 11 O professor orientador do estágio será definido pelo Colegiado de Curso, em articulação com as demandas discentes, respeitando-se as áreas de formação e a disponibilidade docente.

§ 1º O número máximo de acadêmicos sob orientação de cada professor será definido pelo Colegiado de Curso.

§ 2º Será atribuída a carga horária correspondente a 01 (um) crédito semestral por grupo de 03 (três) estudantes matriculados, a ser distribuída aos professores orientadores, nos termos da Resolução Nº 4/CONSUNI CGAE/UFFS/2019.

Art. 12 São atribuições dos professores orientadores:

- I – Assessorar os acadêmicos na elaboração do plano de atividades, em diálogo com o supervisor de estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio;



- II – Acompanhar o acadêmico ou turma de acadêmicos, no desenvolvimento da atividade de estágio, no campo de Estágio;
- III - Zelar pela realização de Estágio em UCE vinculadas ao perfil de formação do Curso de Administração Pública;
- IV – Orientar e acompanhar o acadêmico nas diversas etapas de realização do estágio e na elaboração do relatório final;
- V – Avaliar o processo do estágio dos acadêmicos sob sua orientação;
- VI – Fornecer informações ao coordenador de Estágios do Curso de Administração Pública;
- VII – Participar das atividades programadas pelo coordenador de Estágios;
- VIII - Outras atribuições não descritas neste artigo, desde que pertinentes às atividades de estágio.

CAPÍTULO VI

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO COMPONENTE CURRICULAR

Art. 13 O professor responsável pelo Componente Curricular (CCR) será definido pelo Colegiado de Curso por ocasião do planejamento semestral da oferta de Componentes Curriculares.

Parágrafo único. Será atribuída a carga horária correspondente a 01 (um) crédito semestral por turma de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 14 São atribuições dos professores responsáveis pelo CCR:

- I – Planejar, desenvolver e avaliar o CCR Estágio Curricular Supervisionado;
- II – Ministrar aulas presenciais para apresentação do CCR, discussão da Legislação pertinente ao estágio, apresentação de áreas temáticas, e orientação da elaboração do plano de atividades e do relatório de estágio;
- III – Realizar seminários de discussão, socialização e avaliação do CCR;
- IV – Realizar os registros acadêmicos necessários ao componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado, incluindo os resultados das avaliações

Parágrafo único. Em seu Plano de Ensino, o professor deverá definir o cronograma de atividades, incluindo o prazo para a finalização do plano de atividades pelo acadêmico, condicionante do início das atividades junto à UCE, bem como do prazo para entrega do relatório final.



CAPÍTULO VII

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

Art. 15 A Coordenação de Estágios será exercida por professor designado pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo Único. Será atribuída à função de Coordenação de Estágios a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 16 São atribuições do coordenador de Estágios:

- I – coordenar as atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCEs);
- II – definir, em conjunto com o corpo de professores orientadores de estágio, os campos de Estágio;
- III – promover a articulação entre a universidade e as UCE;
- IV – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;
- V – fornecer informações necessárias aos professores orientadores e aos supervisores externos;
- VI – coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professores orientadores e supervisores de estágio;
- VII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios aos diversos órgãos da Administração Acadêmica da UFFS;
- VIII – acompanhar e supervisionar todas as etapas do estágio observando o que dispõe este regimento e demais normas aplicáveis, especialmente o que dispõe a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- IX - avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular no caso do estágio não-obrigatório;
- X - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;
- XI - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- XII - orientar os acadêmicos do Curso com relação aos estágios;



- XIII - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao Curso e buscar equacionar as vagas junto às UCEs, de forma projetiva;
- XIV - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do Curso;
- XV - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;
- XVI - promover a socialização das atividades de estágio junto ao Curso, intercursos e UCEs;
- XVII - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do Curso;
- XVIII - integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticos relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio no *Campus Realeza*;
- XIX - participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS.

CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DO ACADÊMICO

Art. 17 São obrigações do acadêmico estagiário:

- I – matricular-se no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado, no caso do estágio obrigatório, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
- II – entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio;
- III - assinar o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo 1);
- IV – elaborar o plano de atividades de estágio junto com o supervisor de estágio da UCE e o professor orientador;
- V – participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- VI – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o que dispõe este Regulamento, a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- VII – elaborar relatório de estágio;
- VIII – respeitar os horários e normas estabelecidos pela UCE;
- IX - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- X – manter a ética no desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio;



XI – cumprir as atividades descritas no plano de atividades do estágio, atendendo as orientações didáticas do professor orientador;

XII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à Coordenação de Estágios do curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*.

CAPÍTULO IX

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 18 O Estágio Curricular Supervisionado abarca as modalidades obrigatória e não obrigatória, assim concebidas:

I – O estágio curricular obrigatório constitui-se em componente integrante da matriz curricular cujo cumprimento é requisito para aprovação e obtenção do diploma;

II - O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, vinculada ao perfil acadêmico-profissional-social do curso, que poderá ser computada como Atividade Curricular Complementar, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 19 O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório será realizado ao longo da sétima e oitava fase do Curso, em dois componentes de 150 horas, totalizando 300 horas, a fim de atender as seguintes ações:

I – O Estágio Curricular Supervisionado I será dedicado à elaboração de um projeto de estágio, tendo por base a observação do ambiente de trabalho junto ao campo de estágio;

II – O Estágio Curricular Supervisionado II será dedicado à inserção do acadêmico no espaço profissional e produção, levantamento de problemática e produção de uma reflexão sistematizada com indicação de possíveis alternativas.

§ 1º As atividades de estágio obrigatório do curso se articulam com as atividades de extensão previstas no PPC do Curso, de forma que problemáticas emergentes no contexto da extensão poderão converter-se em ponto de partida de projeto de estágio.

§ 2º As problemáticas identificadas no desenvolvimento dos estágios poderão ser objeto de aprofundamento de estudos no Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 20 A organização dos CCRs do Estágio Curricular Supervisionado, em ambos os componentes (ECS-1 e ECS-2), envolve o desenvolvimento de atividades e a destinação de cargas horárias assim distribuídas:



- I – 30 horas dedicadas às aulas presenciais organizadas conforme Plano de Ensino, devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso;
- II – atividades desenvolvidas no campo de estágio, contemplando ao menos 60 horas;
- III - atividades de estudo, leitura e análise bibliográfica requeridas para a elaboração do plano de estágio e do relatório final pelo estudante, contemplando ao menos 60 horas.

CAPÍTULO X

DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 21 A realização do Estágio Curricular Supervisionado compreende as seguintes etapas:

- I – solicitação de matrícula no CCR de Estágio Curricular Supervisionado, no caso do estágio obrigatório;
- II – definição da UCE, da área de interesse e do supervisor para realização do estágio;
- III – definição do professor orientador;
- IV – formalização do estágio entre a UCE e a UFFS, conforme Resolução Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- V – efetivação do seguro contra acidentes pessoais;
- VI – elaboração do plano de atividades;
- VII – execução das atividades de estágio previstas no plano de atividades por parte do acadêmico;
- VIII – elaboração, apresentação e entrega do relatório final;
- IX – avaliação e registro das notas atribuídas, no caso do estágio obrigatório;
- X – arquivamento dos documentos produzidos durante a realização do estágio.

CAPÍTULO XI

DO PLANO DE ATIVIDADES

Art. 22 O plano de atividades será elaborado pelo acadêmico, assessorado pelo professor orientador e pelo supervisor de estágio, e conterá, além da identificação do acadêmico e da UCE, a descrição das atividades a serem executadas durante a realização do estágio.

§ 1º O plano de atividades deverá estar concluído e aprovado pelo professor orientador, nos prazos definidos no Plano de Ensino do respectivo CCR.



§ 2º Para o estágio não-obrigatório, o plano de atividades deverá ser entregue e aprovado pelo professor orientador, antes do início das atividades na UCE.

§ 3º O Colegiado de Curso definirá o modelo de Plano de Atividades, observados os modelos disponíveis na UFFS.

CAPÍTULO XII DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 23 O acadêmico elaborará, ao final de suas atividades de estágio, um relatório final, de caráter sistemático e crítico-reflexivo, em que descreve e analisa as atividades realizadas à luz dos conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo do curso e aponta alternativas às problemáticas identificadas e/ou perspectivas de aprofundamento de estudos.

Parágrafo único. Caberá ao professor do CCR de Estágio propor um modelo de relatório, de forma a assegurar o seu caráter crítico-reflexivo.

CAPÍTULO XIII DA AVALIAÇÃO

Art. 24 A avaliação final do estágio vinculado ao CCR de Estágio Curricular Supervisionado será realizada pelo professor responsável pelo CCR e pelo professor orientador em diálogo com o supervisor e respeitará o sistema de avaliação adotado pela UFFS.

§ 1º A avaliação somente poderá ser realizada quando todos os requisitos previstos neste regimento forem concretizados, em especial a elaboração e entrega do relatório final, dentro dos prazos estabelecidos.

§ 2º O professor orientador poderá solicitar ao acadêmico correções e/ou alterações no seu relatório, que deverá ser ajustado nos termos propostos e entregue para fins de compor o relatório final e ser objeto de avaliação final nos prazos estabelecidos pelo professor.

§ 3º Em seu Plano de Ensino, o professor do CCR definirá a forma de recuperação das atividades para os casos em que não houver sido atingido a nota mínima exigida, considerando o plano de atividades e/ou o relatório final de estágio.



CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 O acadêmico poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não-obrigatório, o qual obedecerá ao exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento.

Art. 26 As demais orientações e casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágios e/ou Coordenação do Curso, sujeitos à aprovação do Colegiado do Curso, nos limites da respectiva competência.



**ANEXO 2: REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
BACHARELADO**

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Dispõe sobre a realização do TCC no âmbito do curso de Graduação em Administração Pública da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Realeza*.

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Administração Pública é o resultado de um processo de investigação individual que o acadêmico desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, sob a orientação de um professor designado pelo Colegiado de Curso, expresso na forma de trabalho monográfico. O TCC é compreendido como atividade culminante do percurso formativo, vinculado ao perfil do egresso do Curso.

Art. 2º Trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante do percurso curricular obrigatório, desenvolvido nos componentes curriculares TCC I e TCC II, dedicados à elaboração do projeto de pesquisa e à sua execução e apresentação pública, respectivamente.

**CAPÍTULO II
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I -
O PROJETO DE PESQUISA**

Art. 3º O TCC I do Curso de Administração Pública é Componente Curricular (CCR) obrigatório, ofertado na oitava fase do Curso, com carga horária de 45 horas, dedicado à elaboração de um projeto de pesquisa.



Art. 4º O Projeto de pesquisa apresentado no componente TCC I deverá contemplar um tema-problema vinculado ao perfil de formação do curso, ter originalidade e seguir as normas éticas de pesquisa.

Art. 5º O Projeto apresentado ao final do TCC I deverá atender aos itens definidos pelo Colegiado de Curso para este fim e seguir a formatação de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.

Art. 6º A elaboração do projeto de pesquisa será acompanhada por um professor orientador, envolvendo a delimitação do tema-problema, a organização textual e sua qualificação.

Art. 7º O estudante deverá apresentar o projeto de pesquisa ao final do TCC I, em Seminário de Qualificação, com a presença do orientador e mais um avaliador, a ser definido pelo orientador e orientado.

Art. 8º Uma vez aprovado o Projeto de TCC, a mudança de tema somente poderá ocorrer havendo concordância do professor orientador e do coordenador do TCC, sendo requerida nova avaliação.

Art. 9º No desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC I, o acadêmico deverá cumprir os seguintes prazos:

- I - No início do semestre, o estudante matriculado no componente curricular de TCC I deverá formalizar sua intenção de pesquisa ao docente coordenador do TCC mediante preenchimento de formulário próprio definido pelo Colegiado de Curso;
- II– Entregar ao coordenador do TCC I o Termo de Compromisso de Orientação até 40 dias após o início do período letivo regular com assinatura do professor orientador;
- III - Respeitar os prazos estabelecidos pelo coordenador do TCC I e pelo professor orientador.

CAPÍTULO III

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - DESENVOLVIMENTO E FINALIZAÇÃO DA PESQUISA



Art. 10 O TCC II é Componente Curricular (CCR) obrigatório, ofertado na nona fase do Curso, com carga horária de 60 horas, dedicado à execução do projeto de pesquisa aprovado no TCC I e à sua defesa pública.

Art. 11 A apresentação da pesquisa será em formato de monografia, seguindo o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.

Art. 12 A versão do texto monográfico destinada à avaliação em banca de defesa deverá ser entregue somente após as correções realizadas pelo professor orientador, e será encaminhada ao coordenador do TCC II, através da plataforma Moodle.

Art. 13 A monografia deverá ser apresentada e defendida em seminário público, planejado semestralmente pelo Colegiado de Curso, com banca de avaliação.

Art. 14 Cabe ao coordenador do TCC II encaminhar cópia digital da monografia para os membros da banca examinadora, no prazo de quinze dias antes das apresentações orais.

Art. 15 Após a defesa e feitas as correções sugeridas pela banca, sob orientação do professor orientador, o estudante deverá entregar para a Coordenação de TCC a Ficha de Acompanhamento do Orientador com a indicação da carga horária de orientação, devidamente assinada pelo orientador e orientado.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso definirá formulário de acompanhamento do orientador.

Art. 16 Finalizadas as correções sugeridas pela banca e procedida a análise destas pelo Orientador, o estudante deverá encaminhar à Coordenação de Curso uma cópia digital da monografia, com ficha catalográfica e termo de cessão de direitos autorais (UFFS), bem como declaração do orientador relativa à correção textual.

Art. 17 A versão final da monografia deverá ser destinada à Biblioteca da UFFS, para catalogação e publicização em repositório institucional.



Art. 18 No desenvolvimento das atividades do TCC II, o estudante deverá respeitar os seguintes prazos:

I - Formalizar junto ao coordenador de TCC II a banca avaliadora da defesa da monografia e previsão de data, em até 15 (quinze) dias antes da entrega da versão para defesa;

II - Entregar monografia ao coordenador do TCC II até 20 (vinte) dias antes da apresentação oral;

III – Realizar a defesa oral do trabalho, em conformidade com o calendário proposto pelo coordenador do TCC e aprovado pelo Colegiado do Curso;

IV – Entregar a versão final do trabalho monográfico, em até 15 (quinze) dias após a defesa, respeitando os termos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caberá ao coordenador de TCC, em diálogo com a Coordenação de Curso, determinar o período da realização do seminário de defesa pública, que não poderá extrapolar a data estabelecida no calendário acadêmico para o fechamento das notas do semestre.

CAPÍTULO IV DA BANCA EXAMINADORA

Art. 19 O professor orientador indicará a banca examinadora, que deverá ser composta por ele, como presidente da banca, e mais três membros docentes, pesquisadores, pessoas com formação, experiência e/ou notório saber na área da Administração Pública, sendo dois titulares e um suplente.

Art. 20 Caberá ao coordenador do TCC homologar a composição das bancas examinadoras e o agendamento das datas e horários das defesas públicas.

Parágrafo único. Em caso de recurso, caberá ao coordenador de TCC encaminhar ao professor orientador, que presidiu a banca, para análise da banca e emissão de parecer.

Art. 21 A banca examinadora avaliará a qualidade do trabalho escrito e a apresentação oral do discente, tendo por critérios a clareza, a objetividade, a criticidade e a sistematicidade na apresentação da problemática, no desenvolvimento da exposição e na elaboração das conclusões.



Art. 22 O tempo de apresentação por discente será de, no mínimo, 10 minutos e, no máximo, de 15 minutos para a qualificação do Projeto (TCC I) e, de 20 minutos e, no máximo, de 30 minutos para a defesa da monografia, sem interpelações por parte da banca examinadora e da audiência.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO

Art. 23 Os instrumentos e pesos da avaliação dos CCRs TCC I e II serão determinados no Plano de Ensino semestral, aprovado pelo Colegiado de Curso.

§1º A defesa em banca de qualificação do projeto (TCC I) e a defesa final da monografia é obrigatória e comporá as avaliações de ambos CCRs.

§2º O orientador deverá atribuir nota aos seus orientados referente ao acompanhamento e elaboração do Projeto de Pesquisa (TCC I) e das atividades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa (TCC II), de acordo com determinado no Plano de Ensino dos respectivos CCRs.

Art. 24 Após a apresentação do Trabalho de Conclusão pelo discente, segue-se a arguição da banca, com prazo máximo de 10 minutos, para cada membro, na qualificação do Projeto (TCC I) e, de 15 minutos, para cada membro na defesa da monografia.

CAPÍTULO VI DA ORIENTAÇÃO

Art. 25 O professor orientador deverá, preferencialmente, ser docente do Curso, devendo as demais indicações para orientação docente serem aprovadas pelo Colegiado do Curso.

§1º Os docentes do Curso de Administração Pública incluindo os vinculados aos Acordos de Cooperação Técnica.

§2º São considerados docentes do Curso de Administração Pública aqueles que ministram CCRs no decorrer do Curso, inclusive aqueles vinculados aos Acordos de Cooperação Técnica

§3º Os docentes do Curso poderão orientar até 04 (quatro) estudantes e os demais até 02 (dois) estudantes por CCR (TCC I e TCC II).



Art. 26 Cabe ao professor orientador:

- I - orientar o estudante em todas as etapas do processo de elaboração do projeto, de sua qualificação e da execução da pesquisa, elaboração do texto monográfico e defesa pública, no TCC I e TCC II, respectivamente;
- II – assegurar o cumprimento dos prazos no desenvolvimento das atividades;
- III – assinar Termo de Compromisso de Orientação e proceder à avaliação do acadêmico através da ficha de acompanhamento nos termos deste regulamento;
- IV – realizar as correções textuais que precedem à qualificação do projeto e à defesa pública do texto monográfico, bem como aos ajustes textuais indicados pela banca examinadora;
- V – presidir a banca de defesa pública do texto monográfico.

Art. 27 Caso haja interesse de alteração de orientador, o discente deverá encaminhar solicitação com justificativa ao coordenador de TCC para apreciação e deliberação em Colegiado de Curso.

CAPÍTULO VII DO COORDENADOR DE TCC

Art. 28 O coordenador de TCC integra o corpo docente do Curso de Administração Pública da UFFS – *Campus* Realeza, sendo alocada a carga horária de 02 (dois) créditos para cada CCR (TCC I e TCC II).

Art. 29 O coordenador de TCC tem as seguintes atribuições:

- I – ser o professor responsável pelos CCRs TCC I e TCC II;
- II – comunicar às normas de TCC aos estudantes;
- III – centralizar o recebimento dos formulários de intenção de pesquisa com sugestão de orientação no componente curricular TCC I, bem como do Termo de Compromisso de Orientação;
- IV - encaminhar as solicitações de inclusão de coorientador e de alteração de orientador à apreciação do Colegiado de Curso;



- V - apreciar as solicitações de alteração de projeto no decorrer do processo e dar os encaminhamentos requeridos;
- VI - acompanhar o cumprimento das atividades de elaboração do TCC junto aos orientadores;
- VII - organizar os seminários de qualificação e de defesa oral, incluindo a agenda e a constituição das bancas de avaliação do TCC I e II, em conformidade com o calendário acadêmico;
- VIII – organizar com a Coordenação do Curso eventos para socialização de trabalhos de relevância social junto à comunidade regional.

CAPÍTULO VIII

DO ESTUDANTE MATRICULADO NO TCC

Art. 30 Cabe ao estudante matriculado nos componentes de TCC I e II realizar todas as atividades relacionadas à elaboração do projeto de pesquisa e sua qualificação, à execução da pesquisa e à sua defesa pública e finalização, nos termos estabelecidos por este regulamento.

Art. 31 No desenvolvimento das atividades vinculadas ao TCC, o estudante deverá:

- I - manifestar sua intenção de pesquisa através de formulário próprio definido pelo Colegiado de Curso;
- II - assinar o Termo de Compromisso de Orientação de TCC, junto com o professor orientador, e entregar ao coordenador de TCC;
- III - assinar a Ficha de Acompanhamento de Orientação, junto com o professor orientador, e entregar ao coordenador do TCC;
- IV - atender aos requisitos vinculados à qualificação do projeto de pesquisa e à defesa do trabalho final;
- V - proceder às correções textuais solicitadas pelo orientador e pela banca de avaliação;
- VI – respeitar os prazos estabelecidos para todas as etapas relacionadas à elaboração do projeto de pesquisa e à execução da pesquisa.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 32 A versão final do texto, acompanhada do parecer do Orientador sobre o cumprimento dos ajustes requeridos, será entregue ao coordenador do TCC II, que encaminhará o trabalho à Biblioteca do *Campus* para sua publicização.

Art. 33 A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau.

Art. 34 Os casos omissos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

Art. 35. Este Regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública.



ANEXO I
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DO TCC
TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

I - Identificação do estudante	
Nome:	Matrícula:
II – Identificação do trabalho	
Título do Trabalho:	Linha de Pesquisa:
Palavras-chave:	
Nome do Orientador:	
Co-orientador (se houver):	
III - Compromisso do estudante com a realização do projeto:	
“Eu, _____, comprometo-me a realizar o trabalho acima referido, de acordo com as normas e os prazos determinados pelo curso de Administração Pública, UFFS, <i>Campus Realeza</i> .”	
_____ Assinatura	
IV - Compromisso de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso:	
“Eu, _____, comprometo-me a orientar o trabalho acima referido, de acordo com as normas e os prazos determinados pelo curso de Administração Pública, UFFS, <i>Campus Realeza</i> .”	
_____ Assinatura do Orientador	
Observações:	

Realeza, _____ de _____ de _____.



ANEXO 3: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre a participação dos discentes do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado em atividades curriculares complementares, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico do Curso e a Resolução Nº 9/CONSUNI/CGAE/ UFFS/2018.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As atividades curriculares complementares (ACCs) são atividades de cunho pedagógico, científico, cultural, político, humanístico e social, as quais são realizadas pelos discentes paralelamente à integralização dos componentes curriculares e fazem parte da carga horária obrigatória total do curso.

Art. 2º Em acordo com as *Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública* (BRASIL, 2014), as ACCs têm por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento aos componentes curriculares do Curso de Administração Pública, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica.

Art. 3º As ACCs são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular de forma interdisciplinar, visando uma formação integral e cidadã, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão junto à comunidade.

CAPÍTULO II



DA INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 4º As ACCs aceitas para integralização no Curso de Administração Pública são divididas em quatro grupos: Ensino, Extensão, Gestão e Pesquisa.

Art. 5º A carga horária mínima prevista para integralização de ACCs é de 210 (duzentas e dez) horas, correspondentes a 14 créditos, podendo estas serem efetivadas nas modalidades presencial ou à distância.

§ 1º O discente deverá integralizar, obrigatoriamente, 100 horas em Extensão, haja vista garantir, no cômputo com os demais CCRs do curso, que 10% da matriz curricular seja composta de atividades extensionistas, atendendo o que estabelecem as *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira* (BRASIL, 2018).

§ 2º As demais 110 horas poderão ser integralizadas a partir da combinação, em qualquer proporção, de atividades que integrem os demais grupos (Ensino, Gestão e Pesquisa), respeitando-se o limite de aproveitamento em cada grupo conforme detalhado no Capítulo III deste regulamento.

§ 3º As atividades complementares de ensino, extensão, gestão e pesquisa que poderão ser realizadas e suas respectivas cargas-horárias máximas para validação encontram-se descritas no Capítulo III e também sistematizadas no Anexo I deste Regulamento.

Art. 6º Somente serão consideradas as atividades realizadas pelo discente a partir do seu ingresso no Curso de Administração Pública da UFFS, *Campus Realeza*, exceto em caso de reingresso, transferência ou reopção de curso.

Parágrafo único. Nos casos de reingresso, transferência ou reopção de curso, o discente deverá apresentar a documentação comprobatória de ACCs realizadas antes do ingresso no Curso de Administração Pública da UFFS, conforme instruções do Capítulo IV deste Regulamento, para que sejam apreciadas pela Comissão de Validação.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA E DAS FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES



Art. 7º No grupo “Ensino” se enquadram atividades formativas ofertadas pela UFFS ou outras instituições, que podem ser realizadas através de participação em:

- I - Programa de Educação Tutorial (PET);
- II - Projeto de monitoria;
- III - Evento científico como ouvinte;
- IV - Palestras, cursos e oficinas como ouvinte;
- V - Visita técnica não obrigatória;
- VI - Curso de idiomas ou de informática;
- VII - Estágio curricular não obrigatório;
- VIII - Programa de residência em gestão pública;
- IX - Componente curricular isolado em curso de graduação;
- X - Outras atividades de ensino, passíveis de avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 60 (sessenta) horas de atividades de ensino ao longo do curso.

Art. 8º No grupo “Extensão” se enquadram atividades extensionistas ofertadas pela UFFS ou outras instituições, que podem ser realizadas através de participação em:

- I - Programa de Educação Tutorial (PET);
- II - Projeto de extensão como bolsista ou voluntário;
- III - Projeto de cultura como bolsista ou voluntário;
- IV - Evento como ministrante de palestras, cursos e oficinas;
- V - Comissão organizadora de evento que envolva a área de Administração Pública;
- VI - Monitoria em eventos acadêmicos;
- VII - Grupo artístico-cultural vinculado à UFFS,
- VIII - Programa de intercâmbio institucional, nacional ou internacional;
- IX - Incubadora de gestão pública;
- X - Outras atividades de extensão, passíveis de avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 100 (cem) horas de atividades de extensão ao longo do curso.

Art. 9º No grupo “Gestão” se enquadram atividades de atuação não remunerada em órgãos públicos ou privados sem fins lucrativos, que podem ser realizadas através de participação em:



- I - Setor administrativo ou pedagógico do *Campus* Realeza como voluntário;
- II - Em centro acadêmico e/ou diretório central de estudantes como membro eleito;
- III - Colegiado de curso como representante estudantil;
- IV - Conselho consultivo ou deliberativo da UFFS como representante estudantil;
- V - Conselho municipal, estadual ou federal na condição de membro eleito ou representante de categoria;
- VI - Conselho ou diretoria de entidade de utilidade pública;
- VII - Conselho ou diretoria de entidade de classe ou cooperativa como membro eleito;
- VIII - Setor administrativo de órgão público como voluntário;
- IX - Outras atividades de gestão, passíveis de avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 60 (sessenta) horas de atividades de gestão ao longo do curso.

Art. 10. No grupo “Pesquisa” se enquadram atividades de pesquisa ofertadas pela UFFS ou outras instituições, que podem ser realizadas através de participação em/publicação de:

- I - Programa de Educação Tutorial (PET);
- II - Projeto de iniciação científica como bolsista ou voluntário;
- III - Atividades regulares de projeto de pesquisa ou de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq;
- IV – Evento científico com apresentação de trabalho oral ou pôster (10 (dez) horas por apresentação);
- V - Resumo em anais de evento científico (10 (dez) horas por publicação);
- VI - Texto completo em anais evento científico (20 (vinte) horas por publicação);
- VII - Trabalho científico em periódico científico indexado (30 (trinta) horas por publicação);
- VIII - Capítulo de livro (30 (trinta) horas por publicação);
- IX - Outras atividades de pesquisa, passíveis de avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser aproveitada a carga total da atividade realizada, limitada ao máximo de 60 (sessenta) horas de atividades de pesquisa ao longo do curso.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES



Art. 11. Compete ao discente apresentar à Secretaria Acadêmica do *Campus* o pedido de validação de suas ACCs em formulário próprio, acompanhado dos documentos comprobatórios, respeitando os prazos definidos em calendário acadêmico da graduação e os procedimentos institucionais em vigor.

Parágrafo único. Compreende-se, aqui, como documento comprobatório declaração e/ou certificado que ateste a atividade realizada e carga horária correspondente, e, em caso de publicação, uma cópia do original.

Art. 12. Cabe à Coordenação de Curso definir uma Comissão de Validação composta por, ao menos, dois docentes responsáveis por avaliar os pedidos, os quais emitirão parecer que embasará a validação das ACCs.

§ 1º A Comissão de Validação deverá se reunir ao menos uma vez por semestre para apreciação de pedidos e emissão de pareceres.

§ 2º A Coordenação de Curso fará os encaminhamentos de registro das ACCs nos históricos escolares dos discentes junto aos setores acadêmicos do *Campus*.

§ 3º Caso o discente discorde do parecer de validação, poderá encaminhar recurso à Coordenação de Curso, que o encaminhará à Comissão de Validação para reavaliação.

§ 4º Em última instância, caberá ao Colegiado de Curso dirimir possíveis desacordos entre discente e Comissão de Validação.

Art. 13. Às ACCs não serão atribuídas nota e frequência e não serão consideradas para fins de cálculo do Índice Acadêmico Acumulado (IAA).

Art. 14. Atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar este Regulamento serão nulos, perdendo o discente o direito de computar a carga horária referente à atividade submetida de forma irregular.

§ 1º Ao discente caberá o direito de recurso junto ao Colegiado de Curso.

§ 2º Caberá ao Colegiado de Curso analisar as denúncias e recursos quanto a possíveis irregularidades e emitir parecer conclusivo.

Art. 15. Os casos omissos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.



Art. 16. Este regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública.



ANEXO I

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

**QUADRO DE VALIDAÇÃO DE CARGA-HORÁRIA DAS ATIVIDADES
CURRICULARES COMPLEMENTARES**

Grupo	Carga-horária do Grupo		Atividades realizadas através de participação em:	Carga horária máxima da atividade
	Mínima	Máxima		
Ensino	0 h	60 h	I - Programa de Educação Tutorial (PET);	60 h
			II - Projeto de monitoria;	60 h
			III - Evento científico como ouvinte;	60 h
			IV - Palestras, cursos e oficinas como ouvinte;	60 h
			V - Visita técnica não obrigatória;	60 h
			VI - Curso de idiomas ou de informática;	60 h
			VII - Estágio curricular não obrigatório;	60 h
			VIII - Programa de residência em gestão pública;	60 h
			IX - Componente curricular isolado em curso de graduação;	60 h
			X - Outras atividades de ensino, passíveis de avaliação.	60 h
Extensão	100 h	100 h	I - Programa de Educação Tutorial (PET);	100 h
			II - Projeto de extensão como bolsista ou voluntário;	100 h
			III - Projeto de cultura como bolsista ou voluntário;	100 h
			IV - Evento como ministrante de palestras, cursos e oficinas;	100 h
			V - Comissão organizadora de evento que envolva a área de Administração	100 h



			Pública;	
			VI - Monitoria em eventos acadêmicos;	100 h
			VII - Grupo artístico-cultural vinculado à UFFS,	100 h
			VIII - Programa de intercâmbio institucional, nacional ou internacional;	100 h
			IX - Incubadora de gestão pública;	100 h
			X - Outras atividades de extensão, passíveis de avaliação.	100 h
Gestão	0 h	60 h	I - Setor administrativo ou pedagógico do <i>Campus</i> Realeza como voluntário;	60 h
			II - Em centro acadêmico e/ou diretório central de estudantes como membro eleito;	60 h
			III - Colegiado de curso como representante estudantil;	60 h
			IV - Conselho consultivo ou deliberativo da UFFS como representante estudantil;	60 h
			V - Conselho municipal, estadual ou federal na condição de membro eleito ou representante de categoria;	60 h
			VI - Conselho ou diretoria de entidade de utilidade pública;	60 h
			VII - Conselho ou diretoria de entidade de classe ou cooperativa como membro eleito;	60 h
			VIII - Setor administrativo de órgão público como voluntário;	60 h
			IX - Outras atividades de gestão, passíveis de avaliação.	60 h
Pesquisa	0 h	60 h	I - Programa de Educação Tutorial (PET);	60 h
			II - Projeto de iniciação científica como bolsista ou voluntário;	60 h
			III - Atividades regulares de projeto de pesquisa ou de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq;	60 h
			IV – Evento científico com apresentação de trabalho oral ou pôster (10 (dez) horas por apresentação);	60 h



			V - Resumo em anais de evento científico (10 (dez) horas por publicação);	60 h
			VI - Texto completo em anais evento científico (20 (vinte) horas por publicação);	60 h
			VII - Trabalho científico em periódico científico indexado (30 (trinta) horas por publicação);	60 h
			VIII - Capítulo de livro (30 (trinta) horas por publicação);	60 h
			IX - Outras atividades de pesquisa, passíveis de avaliação.	60 h



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**

